

**Adelino Oliveira de Sousa**

**O ENSINO DO PORTUGUÊS  
EM FRANÇA**

**Que política de língua  
para as associações  
da comunidade portuguesa?**

**Dissertação de Mestrado em  
Português Língua Não-Materna**

**Realizada sob a orientação científica  
do Professor Doutor Ricardo Salomão**

**Agosto 2013**



## **Agradecimentos**

Agradeço em primeiro lugar ao Professor Doutor Ricardo Salomão pela orientação científica deste trabalho.

Agradeço também a Doutora Adelaide Cristóvão, coordenadora do Ensino Português em França sob a direção do Camões, Instituto da Cooperação e da Língua, pelos dados e esclarecimentos que me facultou.

Expresso um reconhecimento ao Doutor Miguel Costa, responsável do Serviço Associativo do Consulado Geral de Paris, pela divulgação do inquérito junto das associações.

Um agradecimento especial a José Cardina, presidente da Coordenação das Coletividades Portuguesas em França e às associações que aceitaram responder ao inquérito com os dados necessários à realização deste estudo.

Finalmente um “*merci*” à minha filha, pelo interesse manifestado e à minha esposa, a francesa mais portuguesa que conheço, pela partilha da sua experiência associativa e pelo apoio solidário ao longo deste mestrado.

## **Palavras-chave**

Política de língua, associações, comunidade portuguesa, ensino da língua portuguesa, promoção da língua, integração da língua.

## **Resumo**

Este estudo pretende contribuir para uma política de difusão do ensino do português em parceria com a rede associativa da comunidade portuguesa em França. Começa por definir os conceitos de política de língua e de diversidade linguística, para depois abordar algumas das características sociolinguísticas desta comunidade e da sua rede associativa. Procede à análise dum *corpus* constituído pelas respostas de 42 dirigentes associativos para descrever a maneira como estas associações contribuem ou não para a promoção da língua portuguesa em França. Apresenta também uma análise estatística da situação atual do ensino do português. Termina fazendo algumas sugestões a implementar na rede associativa, para uma integração mais ampla do português nos currículos escolares franceses, nomeadamente através da difusão de informação que dê uma imagem positiva e moderna da língua, mostrando as vantagens de aprender português aos pais, às escolas e ao conjunto da opinião pública francesa.

### **Mots clés:**

Politique de langue, associations, communauté portugaise, enseignement de la langue portugaise, promotion de la langue, intégration de la langue.

### **Résumé**

Cette étude veut contribuer à une politique de diffusion de l'enseignement du portugais en partenariat avec le réseau associatif de la communauté portugaise en France. Elle commence par présenter les concepts de politique de langue et de diversité linguistique pour ensuite aborder quelques caractéristiques sociolinguistiques de la communauté portugaise. En analysant un *corpus* constitué par les réponses de 42 responsables associatifs, elle décrit la manière dont ces associations s'impliquent dans la promotion de la langue portugaise. Elle présente aussi une analyse statistique de la situation actuelle de l'enseignement de cette langue en France. En conclusion l'étude présente des suggestions pour une intégration plus large du portugais dans l'enseignement français en diffusant une image positive et moderne de la langue et de l'intérêt de son apprentissage auprès de l'opinion publique française.

## Índice

<b>Introdução .....</b>	<b>8</b>
<b>1. DESCRIÇÃO DA METODOLOGIA UTILIZADA.....</b>	<b>11</b>
<b>2. OS CONCEITOS DE POLÍTICA DE LÍNGUA.....</b>	<b>14</b>
2.1. A política de língua .....	15
2.2. Planear uma política de língua.....	17
2.3. A política de língua na sua dimensão micro .....	19
<b>3. OS CONCEITOS DE DIVERSIDADE LINGUÍSTICA E DE PLURILINGUISMO NA EUROPA.....</b>	<b>22</b>
3.1. Preservar a diversidade linguística.....	23
3.2. Cultivar a competência plurilíngue.....	24
3.3. Valorizar o potencial das línguas.....	26
3.4. Promover uma imagem positiva da língua portuguesa.....	28
<b>4. CARACTERÍSTICAS DA COMUNIDADE PORTUGUESA E DA SUA RELAÇÃO COM A LÍNGUA E PORTUGAL.....</b>	<b>31</b>
4.1. O alojamento e a família.....	32
4.2. A nacionalidade e o domínio da língua francesa.....	33
4.3. O êxito escolar e o nível de estudos.....	34
4.4. O acesso ao emprego e o mercado de trabalho .....	36
4.5. A transmissão da língua na família.....	37
4.6. A política e a relação com Portugal .....	39
<b>5. AS ASSOCIAÇÕES DE PORTUGUESES E A SUA IMPLICAÇÃO NA PROMOÇÃO DA LÍNGUA.....</b>	<b>41</b>
5.1. Tipologia das associações.....	42
5.2. A divulgação de informação sobre o ensino pelas associações e meios utilizados.....	45
5.3. A organização de cursos de português nas associações: razões deste ensino, número e origem dos alunos.....	46
5.4. Os professores de português nas associações: número, manuais utilizados, certificação e avaliação .....	47
5.5. Pedidos de apoio à Coordenação de Ensino Português em França (CEPE) .....	48
5.6. Opinião sobre o ensino de português em França: o acordo de cooperação e a mobilização dos pais.....	49
5.7. Opinião sobre o contributo das associações para a valorização e divulgação da língua portuguesa .....	51
5.8. Opinião sobre o nível de preparação e avaliação dos professores em geral, para ensinar Português Língua Estrangeira e propostas para melhorar .....	52

5.9.	Opinião sobre o financiamento do ensino de português em França e nas associações.....	53
5.10.	Opinião sobre a integração do ensino da língua portuguesa no currículo escolar francês .....	55
5.11.	Opinião sobre a criação de uma escola internacional portuguesa em França e o seu financiamento .....	56
<b>6.</b>	<b>O ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA NOS CURRÍCULOS ESCOLARES FRANCESES.....</b>	<b>57</b>
6.1.	Um contexto monolíngue .....	58
6.2.	Breves referências sobre a evolução do ensino português (EPE) e do ensino do português em França.....	58
6.3.	Análise da situação atual do ensino do português em França .....	62
6.3.1.	No ensino primário (do 1º ao 5º ano) .....	62
6.3.2.	No <i>collège</i> e <i>lycée</i> (do 6º ao 12º ano).....	64
6.3.3.	No ensino superior.....	66
6.3.4.	A formação pedagógica dos professores.....	67
6.3.5.	Um défice de imagem positiva .....	68
<b>7.</b>	<b>QUE POLÍTICA PARA A PROMOÇÃO DO ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA NO ESTRANGEIRO? .....</b>	<b>70</b>
7.1.	O ensino da língua aos filhos dos emigrantes .....	71
7.2.	A motivação das comunidades portuguesas no estrangeiro .....	73
7.3.	A língua portuguesa como língua estrangeira .....	74
7.4.	A integração da língua portuguesa em currículos estrangeiros .....	75
7.5.	Uma política de promoção da língua para além das comunidades portuguesas dinamizada pela lusofonia .....	77
<b>8.</b>	<b>PROPOSTAS DE POLÍTICA DE LÍNGUA A IMPLEMENTAR NA REDE ASSOCIATIVA.....</b>	<b>82</b>
8.1.	Valorizar a riqueza da educação bilingue aprendendo a língua portuguesa .....	83
8.2.	Valorizar a riqueza da diversidade linguística .....	84
8.3.	Afirmar o valor económico da língua portuguesa .....	84
8.4.	Difundir informação aos lusodescendentes e a um público mais vasto.....	85
8.5.	Promover intercâmbios e produtos culturais em língua portuguesa .....	87
8.6.	Sensibilizar os diferentes decisores locais .....	89
8.7.	Responsabilizar os respetivos governos pela integração da língua portuguesa nos currículos escolares franceses .....	90
8.8.	Criar parcerias com outros atores da formação em línguas para diversificar a oferta .....	93
8.9.	Assumir falar a nossa língua.....	93

<b>Conclusão.....</b>	<b>95</b>
<b>Bibliografia .....</b>	<b>100</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>104</b>
<b>ANEXO 1 Quadros de informação estatística .....</b>	<b>105</b>
<b>ANEXO 2 Questionário sobre o ensino de português em França.....</b>	<b>115</b>
<b>ANEXO 3 Respostas ao questionário sobre o empenhamento das associações no ensino de português em França .....</b>	<b>121</b>

## Introdução

A realização deste estudo foi motivado por vários fatores entre os quais a minha experiência na vida associativa e de professor de português em França, a atual situação do ensino de português neste país e a recente política de promoção da nossa língua. Um dos objetivos do governo é o de apostar no valor estratégico das comunidades portuguesas no estrangeiro e nomeadamente das suas associações. Nesta perspetiva o XIX Governo Constitucional pretende “*Eleger o ensino do português como âncora da política da diáspora*” (2011-2014:109). O governo lembra que compete ao estado promover a divulgação e o estudo do português “...*mediante ações e meios diversificados que pretendam, nomeadamente, a sua inclusão nos planos curriculares de outros países, devendo ser incentivadas e apoiadas pelo Estado as iniciativas de associações de portugueses e as de entidades estrangeiras, públicas e privadas, que contribuam para a prossecução daqueles objetivos.*” (Portaria n.º 102/2013 sobre a aplicação de uma taxa de frequência).

Em França existem atualmente 592 associações de portugueses conhecidas pelos consulados em junho de 2013 das quais 372 se manifestam ativas na organização de atividades e eventos. A quase totalidade destas associações têm um objetivo cultural mas será que elas valorizam e divulgam o ensino da língua e cultura portuguesas em França?

Esta é uma realidade sobre a qual existem alguns preconceitos. Estas associações são por vezes acusadas de se substituírem ao ensino oficial e serem a causa do encerramento de turmas de português no sistema educativo francês. A atividade destas associações merece ser melhor entendida para compreender o seu funcionamento, os seus pontos fortes e fracos numa perspetiva construtiva.

O conhecimento da implicação da rede associativa na promoção da língua portuguesa também pode ajudar a compreender a função e o papel que estas associações desempenham em complementaridade com o ensino oficial.

Este estudo pretende assim contribuir para uma política de ensino e difusão do português em parceria com a rede associativa.

Começarei por fazer uma breve abordagem teórica dos *Conceitos de política de língua e de diversidade linguística*, por autores fundamentais que se tornaram referências nesta

matéria. Em seguida abordarei as *Características da comunidade portuguesa e da sua relação com a língua e Portugal*. O conhecimento sociolinguístico desta realidade é fundamental para a definição de uma política de língua.

No capítulo *Tipologia das associações de portugueses e a sua implicação na promoção da língua*, procedo à análise do questionário elaborado para este estudo (Anexo 2). Farei uma tipologia das associações presentes no *corpus* constituído pelas respostas ao questionário e tentarei definir o seu perfil e analisar a sua implicação na promoção da língua portuguesa e as estratégias utilizadas. Trata-se de observar a política de língua no seio de 42 associações da comunidade portuguesa. As hipóteses prévias são as seguintes: Uma grande maioria das associações de portugueses têm um objetivo cultural, mas que estratégias utilizam para a valorização e divulgação do ensino de português em França? Será que preferem organizar os seus próprios cursos em vez de reivindicar a integração da língua portuguesa no currículo escolar francês? O objetivo é descrever a maneira como estas associações contribuem ou não para o ensino de português em França através de sua comunicação, da organização de cursos ou tomadas de posição para a defesa deste ensino.

No capítulo seguinte, *O ensino da língua portuguesa nos currículos escolares franceses*, apresento a evolução e uma análise da situação atual do ensino do português e do ensino português EPE<sup>1</sup> em França a partir de dados estatísticos.

Em *Que política para a promoção do ensino da língua portuguesa no estrangeiro?* apenas saliento alguns aspetos que se destacam nos programas dos sucessivos governos em relação ao ensino do português no estrangeiro sobretudo centrado nas comunidades portuguesas e que deixaram de lado o ensino do português como língua estrangeira e a sua integração nos sistemas educativos.

Finalmente apresento algumas *Sugestões para uma política de língua a implementar na rede associativa* para melhor alargar e integrar o ensino de português no sistema escolar francês. Estas recomendações foram elaboradas a partir do diagnóstico da realidade

---

<sup>1</sup> Ensino Português no Estrangeiro: Rede de ensino do estado para assegurar aos filhos dos cidadãos portugueses que se encontrem ou residam no estrangeiro o ensino da língua portuguesa e o acesso à cultura portuguesa. Esta modalidade de ensino encontra-se regulada no Decreto-Lei n.º 165/2006, de 11 de agosto, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 165 -C/2009, de 28 de julho, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 234/2012, de 30 de outubro.

sociolinguística da comunidade portuguesa, das suas associações, da situação atual do ensino de português em França e da minha própria experiência como professor e responsável associativo. As iniciativas das associações de portugueses em França para a valorização da língua e cultura portuguesas, constituem um tema que não tem sido muito estudado. Este estudo pode contribuir para uma política de língua mais descentralizada e atenta às condições locais. Ele pretende lançar propostas de ação para dar mais visibilidade à nossa língua e cultura em França, para além da comunidade portuguesa e da sua rede associativa.

# **1. DESCRIÇÃO DA METODOLOGIA UTILIZADA**

Trata-se de um estudo de caso de natureza qualitativa e quantitativa, a partir de um diagnóstico do empenhamento das associações da comunidade portuguesa na promoção e divulgação do ensino do português em França. Para o enquadramento teórico do estudo achei necessário começar por apresentar os conceitos básicos de política de língua, de planeamento linguístico e de diversidade linguística, para respeitar a terminologia, e estruturar a planificação e o desenvolvimento desta investigação.

Afim de definir o perfil sociolinguístico da comunidade portuguesa em geral e dos lusodescendentes em particular, recorri a dados estatísticos recentes fornecidos pelo INSEE<sup>2</sup> e da análise das inscrições feitas pelos pais dos alunos do 1º ao 5º ano para 2013/2014, no site do Camões, I.P.. (Quadro 3. Anexo 1).

Para mostrar um breve panorama do ensino português (EPE) e do ensino do português em França recorri a dados respetivamente do Ministério da Educação Nacional de Portugal, do Instituto Camões e do *Ministère de l'Éducation Nationale Française*.

Para estudar o perfil das associações e as suas estratégias de implicação na promoção da língua elaborei um questionário (Anexo 2), cujos resultados detalhados apresento no anexo 3. Interoguei os consulados para conhecer o número de associações da comunidade portuguesa em França. Os dados dos consulados correspondem apenas às associações mais ativas com as quais estão em contacto nas suas áreas consulares. Seria necessário um trabalho de investigação mais aprofundado para obter dados mais objetivos sobre a rede associativa da comunidade portuguesa em França.

Segundo os dados dos consulados existem em França 592 associações em 2013, das quais apenas 372 são consideradas realmente ativas na organização de atividades e eventos. (Quadro 4, Anexo 1). Foi com base neste número que foi lançado o questionário sobre a implicação das associações no ensino português em França. O questionário foi testado por um grupo experimental constituído por uma seleção aleatória de 15 associações num encontro nacional da CCPF<sup>3</sup>.

Depois da testagem e da correção o questionário foi enviado à rede associativa em parceria com a CCPF e os vários consulados. Apesar de ter sido enviado as 592 associações

---

<sup>2</sup> INSEE: Institut National de la Statistique et des Etudes Economiques.

<sup>3</sup> CCPF: Coordenação das Coletividades Portuguesas em França.

apenas consegui obter respostas de 42 dirigentes associativos (presidentes e secretários) representando 4.685 sócios. (Quadro 1.3. Anexo 3). As respostas obtidas (71% da região parisiense) são relativamente representativas da presença da comunidade portuguesa e das suas associações. (Quadro 1.4. Anexo 3). Segundo uma estimativa de Branco (2012:8), a região de *Ile de France*, continua a concentrar cerca de metade (46%) do efetivo dos portugueses residentes em França.

O questionário foi dirigido unicamente a dirigentes associativos, explicando o objetivo da pesquisa e salientando a importância do rigor nas suas respostas. Ele está estruturado em 3 partes com perguntas fechadas e algumas perguntas abertas. Os informantes deveriam responder a 36 questões com as diferentes variáveis, permitindo a identificação do responsável e da sua associação, a implicação da associação na promoção da língua e finalmente a sua opinião sobre o ensino do português em França.

No questionário tive a preocupação de formular questões simples e objetivas para melhor assegurar a autenticidade das respostas obtidas, começando pelas perguntas de identificação e terminando com as questões mais difíceis. O *corpus* assim constituído forneceu dados quantitativos e qualitativos que foram analisados e interpretados, partindo das hipóteses formuladas *a priori* e do enquadramento teórico.

Também procedi à análise do discurso político dos programas dos sucessivos governos salientando apenas os aspetos que se destacam sobre a implicação das comunidades portuguesas no ensino do português no estrangeiro e a inserção deste ensino nos currículos escolares dos países de acolhimento.

O interesse científico desta modesta investigação é o de tentar identificar de que maneira as associações da comunidade portuguesa em França são, e poderão ser cada vez mais, parceiros incontornáveis numa política de língua que permita a inclusão mais ampla do português no sistema escolar francês.

## **2. OS CONCEITOS DE POLÍTICA DE LÍNGUA**

## 2.1. A política de língua

Desde 1950 que vários autores propõem denominações diferentes para os termos “política de língua e planeamento linguístico”: *language engineering* (Miller, 1950), *language development* (Noss, 1967), *language regulation* (Gorman, 1973) e, mais recentemente, *language management* (Jernudd & Neustupný, 1986). Esta evolução que tentava encontrar respostas às problemáticas de cada época, acabou por generalizar o termo *Language Planning*, assim como *Language Policy*, em Portugal denominado política de língua, como exemplifica a publicação intitulada *Uma Política de Língua para o Português* (Mateus, 2002).

Vários autores propõem uma definição do conceito de política de língua. Cooper, (1989:45), propõe uma definição geral e abrangente deste domínio científico: “*Language planning refers to deliberate efforts to influence the behaviour of others with respect to the acquisition, structure, or functional allocation of their language codes.*” Cooper propõe uma definição tipológica em três áreas: “*Status Planning, Corpus Planning e Acquisition Planning*”. Estes três domínios são interdependentes: o aumento do número de falantes de uma determinada língua pode ter uma influência no aumento de usos dessa língua, próprio do *Status Planning* e até pelos fenómenos próprios das línguas em contacto, ter uma influência sobre o funcionamento e os novos usos dessa língua utilizados pelos novos falantes que são objeto do *Corpus Planning*. A área da *Acquisition Planning* afirma a importância do ensino da língua como um instrumento de política de língua.

O âmbito de intervenção de uma política de língua pode abranger, como afirma Calvet (2002:17) “*tout comportement conscient, toute pratique consciente de nature à changer soit la forme des langues, soit les articulations entre les langues et les rapports sociaux.*” Podemos assim definir como política de língua, as decisões tomadas por um estado, um governo, um ator social ou autoridade, destinadas a orientar a utilização de uma ou várias línguas sobre um território. Beacco e Byram (2003 :15), propõem também uma definição de política linguística como:

«...une action volontaire, officielle ou militante, destinée à intervenir sur les langues, quelles qu’elles soient (nationales, régionales minoritaires, étrangères...) dans leurs formes (les systèmes d’écriture, par exemple), dans leurs fonctions sociales

*(choix d'une langue comme langue officielle) ou dans leur place dans l'enseignement. La politique linguistique peut être menée par des citoyens ou des groupes, par des partis politiques et dans un cadre associatif ou privé.”*

Pode haver assim políticas linguísticas sem intervenção legislativa da parte do estado. Em muitos casos a política linguística é simplesmente o reconhecimento da existência de práticas linguísticas. Para ter êxito uma política de língua não se impõe. Os seus objetivos devem ser desejados pela população para obter o seu apoio e cooperação. Não pode existir conflito entre as práticas linguísticas de uma comunidade e as decisões do poder. Por isso um dos fatores para o êxito de uma política linguística é a necessidade, como afirma Calvet (1996 :122), “(...) *Que la politique linguistique soit expliquée à la population et acceptée par elle*”.

Também podemos falar de intervenção involuntária da parte das entidades públicas. A este propósito Da Silva (2005: 64), refere a medida adotada pelo governo dos Países Baixos de, a partir do ano letivo 2004/2005 cessar o apoio económico estatal ao ensino da língua portuguesa, aos filhos dos cidadãos portugueses e de outros lusófonos emigrados neste país. As decisões políticas respeitantes ao ensino de línguas, como afirma Beacco e Byram (2003 :14), devem ter em conta pelo menos dois tipos de considerações:

*«...les premières rapportent les mesures envisagées à des principes généraux, comme l'équité sociale, les libertés individuelles, la tolérance, le modèle de société, l'économie de marché, qui sont censés légitimer ces décisions. Les autres sont d'ordre technique et se situent sur le plan de l'adéquation des mesures envisagées aux ressources disponibles, aux priorités collectives, aux délais de réalisation, aux effets escomptés.»*

Por outro lado também é necessário que as decisões tomadas em política de língua sejam fundamentadas em estudos. Como afirma Da Silva (2005:74), “... *uma política de língua terá tanto mais pertinência, e hipóteses de sucesso e eficácia, quando maior for a sua capacidade de prever, prevenir, antecipar problemas que a sociedade e a comunidade linguística possa enfrentar.*” É com esta preocupação que antes de elaborar uma proposta de política para a promoção do ensino da língua portuguesa em França este estudo pretende ter em conta os fatores específicos locais analisando o perfil sociolinguístico da comunidade

portuguesa e da sua rede associativa assim como a situação atual da língua portuguesa no sistema educativo francês.

## 2.2. Planear uma política de língua

A definição de uma política de língua deve ser seguida pela sua implementação planeando o que foi definido como política enunciando uma estratégia, isto é descrevendo os meios mais eficazes e o orçamento necessário para atingir os objetivos definidos.

Um exemplo de planeamento linguístico como resultado de uma vontade política é apresentado pela análise de Parker (2000). A nível legislativo a defesa do prestígio do francês começou com a *Ordonnance de 1539*, foi reafirmado depois com a revolução francesa (*loi du 2 thermidor, An II*) e mais recentemente com a lei *Bas Lauriel de 1975* e com a *Loi Toubon* sobre a utilização do francês no comércio e nos média para contrariar a propagação do inglês. Para promover e defender a língua francesa, as autoridades criaram não só um arsenal legislativo (leis, decretos...) mas também criaram meios financeiros e múltiplas instituições. A história da língua francesa mostra que ela é o resultado de atos políticos. Como afirma Bourdieu (1982:26): “ *la langue ne s’impose pas par sa seule force propre et qu’elle doit ses limites géographiques à un acte politique d’institution, acte arbitraire et méconnu comme tel.*” Ela é o resultado da intervenção política para a sua defesa, o seu planeamento e a sua promoção tanto a nível do *Status Language* como a nível do *Corpus Language*.

A experiência de Ontário no Canadá (2004:3-5) mostra que planear uma política de língua necessita de um quadro legal que defenda a língua e a proteja. Planear implica a definição de objetivos como por exemplo o de permitir um ensino qualitativo, formar jovens com uma forte identidade cultural ou dinamizar as instituições educativas. Implica também a definição dos meios de implementação como por exemplo, através da administração escolar, dos pais ou dos vários organismos da comunidade.

A análise da experiência linguística do Quebec, apresentada pelo *Centre international de recherches sur le bilinguisme* (1981:56-65) mostra que uma política de língua necessita de meter em prática uma estratégia para passar da situação insatisfatória à situação desejada. Nesta estratégia é necessário ter em conta o tempo (para o debate, a

terminologia, o material pedagógico), o controlo administrativo da mudança (pessoas ou organismos), os meios (da parte do estado e do setor privado) e os recursos financeiros do estado adequados. Nesta perspetiva é possível fazer uma mudança linguística planificada se houver um bom conhecimento da situação inicial, uma definição realista dos objetivos, o acordo da população, uma estratégia e um controlo.

Uma ausência de intervenção oficial da parte do estado pode também constituir uma estratégia de planeamento linguístico por omissão. Esta estratégia pode conduzir ao desaparecimento de uma comunidade linguística. Como afirma De Swaan (2004 :146), a intervenção do estado é necessária para proteger e promover uma língua: *“Aussi longtemps que l’Etat protégera la langue nationale, il n’y aura pas, sans doute, de risque réel d’extinction, mais cette perspective, pour improbable et lointaine qu’elle soit, doit absolument être reconnue et évaluée.»*

Um trabalho de concertação entre os países lusófonos seria necessário para implementar uma política de proteção e de promoção da língua portuguesa no espaço europeu e na comunicação internacional. Para a elaboração e a aplicação desta política será necessário fazer um diagnóstico aprofundado da situação do português e dos problemas a resolver. Segundo Rousseau (2007:61), um planeamento linguístico deve conter várias etapas, como o conhecimento da situação sociolinguística existente, a avaliação das potencialidades do mercado linguístico a nível nacional, regional e internacional, o nível de procura da língua, a avaliação dos recursos linguísticos existentes, a definição dos objetivos desejados, a elaboração do plano de trabalho e o controlo e avaliação da estratégia posta em prática. Os objetivos a atingir devem ser realistas, claros, bem definidos e aceites pelo conjunto dos atores implicados.

A experiência de planeamento linguístico do Quebeque mostra também que não basta simplesmente uma ação planificadora exterior feita pelo estado através de leis, decretos e regulamentos. É também necessário um empenhamento do conjunto das forças sociais (empresas, organizações, grupos de cidadãos...) das quais depende o sucesso de uma política de língua. Esta é a questão que abordamos no capítulo seguinte.

### 2.3 A política de língua na sua dimensão micro

No seio da sociedade a língua desempenha várias funções institucionais como língua veicular do ensino, língua de comunicação na economia e no trabalho, na administração pública, nos meios de comunicação social e na literatura. A dimensão mais visível numa política de língua é a vertente “macro” relacionada com as decisões políticas de governos e que têm como objetivos por exemplo a educação ou a legislação. Mas uma política de língua não se limita às decisões tomadas unicamente pelas autoridades políticas ou por outros atores sociais afim de regular a utilização da língua num determinado espaço. A vertente “micro” relacionada com as opções pessoais dos pais ou das associações, também são práticas de política de língua. A língua tem também uma função importante na vida privada como língua das relações afetivas, na comunicação familiar e nos contactos entre as pessoas a nível particular. Ela enquadra as atividades humanas na sua dimensão micro como afirma Salomão (2007:2):

*“Assim, apesar de ser mais visível a vertente “macro” destas atividades, ou seja, as que se relacionam com as decisões políticas de governos ou, mais genericamente, do poder instituído, e que têm como objetivo, e objeto, grandes áreas (normalmente multiplicadoras) como a educação, a legislação, etc. existem igualmente outras áreas – “micro” – onde as atividades, apesar de não menos importantes, refletem igualmente as preocupações da disciplina.”*

Nesta perspetiva, as opções tomadas pelas associações de portugueses de promover ou não a língua e a cultura portuguesas nas suas atividades; as decisões dos pais de inscrever ou não os seus filhos nas aulas de português nos países onde residem constituem também opções de planeamento linguístico ou de política de língua. Autores como Annamalai (2003:120) afirmam também esta dimensão micro e privada, como uma área de intervenção da política de língua,

*“The private domain is that where individuals contract with others with regard to language use. Some examples of locales of the private domain are home, local market, place of entertainment. The policy of language use at home where the husband and wife speak different languages is a prototypical example of contract and consent – or adherence to social convention – with no law to enforce the choice.”*

Por outro lado como afirma Beacco e Byram (2003 :15), as decisões sobre o ensino das línguas são unicamente tomadas a nível das grandes instâncias macro políticas e ausentes do debate público:

*“...on intervient le plus souvent sous forme de décisions à caractère réglementaire, prises au niveau ministériel ou, plus simplement, à celui des Directions générales ou régionales des enseignements. Ces décisions sont présentées comme étant justifiées par la demande sociale dominante ou par leur pertinence technique (par exemple, le choix des langues à enseigner à l'école élémentaire). Elles semblent relever d'évidences partagées ou d'accords entre spécialistes de l'éducation, n'impliquant pas de débats publics.»*

Uma reflexão comum é necessária implicando todos os atores da sociedade civil até à sua dimensão micro: cidadãos, pais, professores, associações... A ausência de debate público sobre o ensino das línguas corre o risco de que sejam unicamente as forças do mercado a impor formas de homogeneização linguística.

A comunidade portuguesa é uma das mais numerosas em França. Será que esta comunidade se considera como um dos atores da política de língua? Estará ela consciente da força que pode ter no debate público e nas instâncias micropolíticas? Que política de língua praticam as associações? Será que a rede associativa desta comunidade salvaguarda ou abandona a sua riqueza linguística e cultural? Os pais ainda praticam a língua portuguesa em casa e com os amigos? Inscrevem os filhos nas aulas de português? Reivindicam a integração do português no currículo escolar dos seus filhos? Estas são algumas das questões que abordaremos nos capítulos 4, 5 e 6. Vimos que as decisões tomadas em política de língua devem ser fundamentadas em estudos que tenham em conta os fatores específicos locais. Por isso analisaremos nesses capítulos o perfil sociolinguístico da comunidade portuguesa, da sua rede associativa assim como a situação atual da língua portuguesa no sistema educativo francês.

Vimos também que na área da política de língua, o seu ensino é um instrumento incontornável para a sua preservação e aquisição de novos falantes. Por isso para completar o

enquadramento teórico deste estudo vamos abordar no capítulo seguinte os conceitos de diversidade linguística e de plurilinguismo na Europa para também ter em conta as suas diretivas para o ensino e aprendizagem das línguas.

**3. OS CONCEITOS DE DIVERSIDADE  
LINGUÍSTICA  
E DE PLURILINGUISMO NA EUROPA**

### 3.1. Preservar a diversidade linguística.

A Comissão Europeia e o Conselho da Europa têm procurado definir uma política linguística para o ensino - aprendizagem das línguas que promova a cidadania europeia e preserve a diversidade linguística servindo o interesse de todos os seus membros. O Conselho da Europa desde a sua fundação em 1949 definiu uma política linguística, através de programas coordenados por duas instituições: a *Language Policy Division* em Strasbourg em França, e o *European Centre for Modern Languages*, em Graz na Áustria. Estas instituições tinham como objetivo ajudar os estados membros a promoverem o plurilinguismo e a formação plurilingue dos seus cidadãos, desenvolvendo assim a herança europeia de diversidade linguística e cultural. Nesta primeira etapa da construção europeia as línguas tinham já um papel importante a desempenhar na coesão da Europa.

Nos anos 70 o ensino das línguas era sobretudo visto como uma forma de fazer face aos problemas sociais ligados à imigração e de favorecer a integração de trabalhadores migrantes e das suas famílias nos países de acolhimento. O Conselho da Europa chama a atenção para o valor cultural das línguas e da preservação das línguas de origem dos migrantes e do respeito pelas diferenças na educação. Uma Diretiva da Comissão Europeia de 25 de julho de 1977<sup>4</sup>, implementada apenas em 1981 afirma que os filhos dos emigrantes cidadãos membros da CEE, durante a idade escolar, têm o direito de aprender a sua língua e cultura de origem nos estabelecimentos escolares dos países de acolhimento.

Mais tarde, o artigo 22º da *Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia* e a *Resolução de 13 de dezembro de 2001* do Parlamento Europeu defendem também o acesso à aprendizagem da língua e cultura maternas.

O ponto 2, do artigo 165º do Tratado de Lisboa estabelece que “ *a ação da União tem por objetivo: desenvolver a dimensão europeia na educação, nomeadamente através da aprendizagem e divulgação das línguas dos Estados-Membros.*”

Uma das formas de concretizar estes objetivos seria o de permitir aos jovens ter acesso à aprendizagem da sua língua materna, devendo esta fazer parte do quadro normal dos currículos escolares dos países onde se encontram. Atualmente existem nos países europeus,

---

<sup>4</sup> Council Directive, 77/486/EEC, *on education of children of migrant workers.*

dois principais tipos de políticas relativas ao ensino da língua materna para alunos imigrantes no ensino básico e secundário segundo o relatório da EACEA, EURYDICE (2009:21):

*“A primeira abordagem consiste em organizar a oferta do ensino no âmbito de acordos bilaterais celebrados entre o país de acolhimento e os países de onde provêm as principais comunidades imigrantes presentes no seu território. (...) A segunda abordagem, que é mais comum, consiste em adotar o princípio de que todos os alunos imigrantes têm direito ao ensino da sua língua materna, apesar de este estar geralmente sujeito à existência de um limiar mínimo de procura e à disponibilidade dos recursos necessários. Estes últimos são, nesse caso, assegurados pelo sistema educativo nacional.”*

Portugal adotou a primeira abordagem para o ensino primário em França onde o português é ensinado como ELCO<sup>5</sup> (Ensino da Língua e Cultura de Origem) ou como ELVE (Ensino de Língua Viva Estrangeira). O financiamento dos professores é feito por Portugal com base num acordo bilateral. Ao abrigo deste acordo bilateral de cooperação, o governo português assegura o ensino da língua portuguesa em França com o envio de professores durante os anos do primário e de assistentes para o *collège* e *lycée* (do 6º ao 12º ano).

### 3.2. Cultivar a competência plurilíngue

A política linguística do Conselho da Europa é presidida mais recentemente pelo princípio do plurilinguismo, isto é a capacidade de um cidadão europeu de falar e aprender mais do que uma língua. Esta competência plurilíngue e pluricultural é definida pelo *Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas* (2001:231), como “a capacidade para utilizar as línguas para comunicar na interação cultural, na qual o indivíduo, na sua qualidade de ator social, possui proficiência em várias línguas, em diferentes níveis, bem como experiência de várias culturas.”. Nesta perspetiva este documento de referência faz uma distinção, entre o ‘*plurilinguismo*’ entendido como o conhecimento de um certo número

---

<sup>5</sup> O ensino de português no ensino primário em França é feito como ELCO (Ensino da Língua e Cultura de Origem) uma disciplina adicional ou como ELVE (Ensino de Língua Viva Estrangeira). A inscrição nos cursos é facultativa e exceto no caso de integração no currículo escolar (ELVE) não influencia a avaliação global do aluno.

de línguas e o *'multilinguismo'*, que é a coexistência de diferentes línguas numa dada sociedade.

Outros textos do Conselho da Europa e da Comissão europeia convidam os governos dos estados membros a tomar medidas para favorecer a diversificação linguística na aprendizagem de línguas estrangeiras. De facto a maioria dos sistemas educativos dos países da Europa admitem o multilinguismo como um facto respeitante unicamente as comunidades minoritárias, mas ainda não instalaram um sistema educativo plurilingue.

Apesar dos numerosos textos oficiais europeus inspirados pelos princípios de democracia e de direitos humanos salientarem a importância da diversidade linguística, na realidade as políticas nacionais educativas são ainda pouco recetivas ao conceito de plurilinguismo. O carácter plurilingue das diferentes comunidades de um estado é apenas tolerado, mas ainda não é reconhecido como princípio fundador de uma política linguística nacional. Para isso são necessários investimentos não necessariamente importantes e tempo para mudar mentalidades definir programas de ensino e formar professores. Beacco e Byram (2003:24), salientam a necessidade de ultrapassar a oposição entre línguas nacionais e línguas estrangeiras. A identidade e a unidade nacional e regional podem ser encontradas não nesta oposição mas no reconhecimento da pluralidade cosmopolita.

*“Dépasser ces oppositions implique de considérer comme langue d’Europe toute variété linguistique qui est utilisée dans ce territoire, indépendamment de ses origines territoriales propres. Le rôle de l’éducation plurilingue conçue dans cette perspective est d’assurer une perception des variétés linguistiques enfin décrochée de la valeur que chacune d’entre elles peut représenter comme élément d’identification nationale ou régionale. »*

No seu plano de ação intitulado *Promover a Aprendizagem das Línguas e a Diversidade Linguística 2004-2006*, a Comissão Europeia estipula que as políticas de educação linguística dos estados-membros da União Europeia devem reger-se pelas seguintes orientações: *“intensificar e diversificar o ensino de línguas e sensibilizar a comunidade escolar, bem como a sociedade no seu todo, para a riqueza da diversidade linguística.”*

### 3.3. Valorizar o potencial das línguas

A Comissão das Comunidades Europeias na sua comunicação sobre o “*Multilinguismo: uma mais-valia para a Europa e um compromisso comum*” (2008:8), valoriza todas as línguas europeias salientando a importância da diversidade linguística não só para o diálogo intercultural e a coesão social mas também para a prosperidade:

*“As línguas podem apresentar uma vantagem competitiva para as empresas europeias. As empresas multilingues provam como a diversidade linguística e o investimento nas línguas e nas competências interculturais se podem transformar numa verdadeira mais-valia para a prosperidade e num benefício para todos. Algumas línguas europeias são faladas em todo o mundo e podem constituir uma valiosa ferramenta de comunicação para as empresas.”*

Este documento salienta também a importância de certos mercados emergentes de vários países como o Brasil, para as empresas da UE e a necessidade de conhecer as línguas desses países para enfrentar a concorrência nesses mercados: “*Embora o inglês seja a principal língua comercial do mundo, são as outras línguas que garantirão uma vantagem competitiva às empresas da UE e lhes permitirão conquistar novos mercados*”. (2008:9). A falta de competências linguísticas é também considerada neste documento como o principal obstáculo à realização de uma atividade profissional no estrangeiro. Por isso é importante diversificar a oferta de línguas num sistema de ensino e incentivar os alunos a aprender mais do que uma língua estrangeira, alargando assim as competências comunicativas dos cidadãos europeus diminuindo a hegemonia do inglês na comunicação internacional. Beacco e Byram (2003:34), salientam que a recomendação R1383 de 1998, lembra na sua alínea 3 que:

*“Les statistiques existantes démontrent que la majorité écrasante des élèves en Europe apprend l’anglais, alors que d’autres “grandes” langues européennes, telles que le français, l’allemand, l’espagnol et l’italien arrivent loin derrière. Des langues parlées par des centaines de millions de personnes dans le monde comme le russe, le portugais, l’arabe ou le chinois occupent une place minime dans les cursus scolaires.”*

A Comissão Europeia recomenda assim a aprendizagem de um maior número de línguas, para permitir que as pessoas aprendam as línguas que consideram mais interessantes.

Constatando que na maioria dos estados-membros a aprendizagem das línguas nos ensinos primário e secundário entre 1999 e 2005, se limitou unicamente à aprendizagem do inglês, a Comissão (2008:11), afirma que,

*“Em quase metade dos Estados-Membros, os alunos ainda não têm a possibilidade de estudar duas línguas durante a escolaridade obrigatória, e a situação é mais grave no caso dos alunos do ensino e formação profissionais.”*

Promover a diversidade linguística no ensino é contribuir para diminuir a tendência progressiva ao bilinguismo a nível internacional onde o inglês é dominante ao lado das línguas nacionais. A generalização progressiva do inglês no seio da UE pode conduzir à passagem dum bilinguismo língua materna/inglês a uma situação de monolinguismo. De Swann (2004 :145), um dos defensores mais radicais da língua francesa afirma que:

*“L’anglais continuant de progresser comme première ‘seconde langue’ de l’Union, tôt ou tard viendra le moment, dans tous les pays, où chacun pourra parler anglais couramment avec ses concitoyens. Mieux encore, il se peut que toutes les fonctions de prestige s’accomplissent à terme en anglais. A ce stade, les gens en arriveront sans doute à négliger leur propre langue, à s’exprimer avec leurs amis et connaissances et, finalement, ils ne verront plus l’intérêt de parler leur langue maternelle avec leurs jeunes enfants, qui apprendront donc l’anglais et rien d’autre. »*

Face a esta predominância do inglês, Beacco e Byram (2003:111) chamam a atenção sobre a responsabilidade dos próprios professores de inglês *“qui consiste précisément à répondre à la demande sociale mais aussi à agir sur elle, pour créer chez les apprenants une conscience accrue de la fonction et de la valeur du plurilinguisme.”* A aprendizagem do inglês deveria assim ser visto não como um substituto à aprendizagem de outras línguas mas sim como a oportunidade para cada aprendente de diversificar a sua competência plurilingue.

A valorização da diversidade linguística revela-se também necessária para as relações da Europa com os outros países terceiros. A *Resolução do Parlamento Europeu sobre um novo quadro estratégico para o multilinguismo (2006/2083(INI)*, salientou o facto de algumas línguas da UE, serem *«línguas europeias de comunicação universal»* faladas igualmente num grande número de estados não membros em diferentes continentes. Para a Comissão

Europeia (2008:15), estas línguas constituem uma ponte importante entre os povos e as nações das diferentes regiões do mundo. Por isso se deve fixar como objetivo compreender o potencial destas línguas da UE, *“promover o ensino e a aprendizagem destas línguas da UE no estrangeiro e das línguas desses países na UE através da troca de conhecimentos, do intercâmbio de boas práticas e da cooperação entre grupos de partes interessadas.”*

Nos desafios aos estados membros a Comissão chama a atenção para o facto de falar línguas estrangeiras ser um fator de competitividade no mundo globalizado, de empregabilidade e mobilidade dos jovens. Mas apesar do investimento feito em muitos países uma *Comunicação da Comissão europeia* (2012:5), salienta que os sistemas educativos de vários estados-membros ainda não são suficientemente eficazes para fazer face a este desafio:

*“Em França, apenas 14 % da totalidade atingem o nível de utilizador independente de uma língua estrangeira no final do primeiro ciclo do ensino secundário (...) É necessário que os Estados-Membros avancem mais rapidamente com reformas baseadas em novas metodologias e tecnologias para o ensino, tanto da primeira, como da segunda língua estrangeira, tendo em vista a consecução da meta da «língua materna mais duas», definida pelos Chefes de Estado.”*

O desafio para a Europa é o de impulsionar nos diferentes estados-membros, uma política linguística que permita o desenvolvimento da competência plurilingue de cada cidadão mostrando a todos a evidência do valor social, cultural e económico do plurilinguismo.

#### 3.4. Promover uma imagem positiva da língua portuguesa

O prestígio de uma língua aumenta quando ela se torna necessária na comunicação internacional nos diferentes domínios económicos, tecnológicos, científicos, diplomáticos e culturais. As línguas refletem a força das relações económicas. O português apesar de ser a terceira língua europeia mais falada a nível global é considerado na representação da opinião pública francesa, como uma língua minoritária no seio da UE.

A reivindicação dos direitos linguísticos não pode ser a única argumentação para a afirmação da língua portuguesa. Segundo Da Silva (2005:59), para que a língua portuguesa se possa afirmar e criar oportunidades de aprendizagem “*ela tem que estar associada a uma imagem de língua do futuro e da modernidade, do desenvolvimento e da prosperidade económica, um dos motores mais poderosos para o sucesso de qualquer língua.*”

Segundo as projeções demográficas da ONU<sup>6</sup>, a Europa será o único continente onde o número falantes nativos de português não aumentará significativamente, contrariamente ao que acontecerá nos outros continentes, como por exemplo nos PALOP<sup>7</sup> onde este número vai crescer mais do dobro até 2050. Nestas projeções a evolução da língua portuguesa no mundo será superior à do francês. Ela dependerá do crescimento demográfico económico de países lusófonos como Angola e o Brasil potência mundial emergente. Nesta perspetiva o Brasil será certamente, pelo seu potencial demográfico, económico e científico o país da lusofonia que mais peso terá no futuro da língua portuguesa como língua de comunicação internacional.

Apesar de o próprio Parlamento Europeu reconhecer claramente que “*a língua portuguesa é, em número de falantes, a terceira língua europeia de comunicação universal*”<sup>8</sup>, na prática este reconhecimento não se traduz nas instituições europeias nem nos sistemas de ensino na Europa. A afirmação da língua portuguesa no espaço internacional e o seu alargamento aos falantes não nativos, devem orientar a intervenção do estado português em concertação com os países da CPLP<sup>9</sup>, na elaboração de uma política de língua.

Como conclusão do enquadramento teórico deste estudo podemos afirmar que uma política de língua é uma ação voluntária ou involuntária do estado, de instituições, de grupos ou de cidadãos, a nível associativo ou privado destinada a intervir sobre uma língua. A integração ou não do ensino de determinada língua num sistema educativo é um dos domínios da política de língua. No planeamento de uma política de língua cada país adota os seus próprios quadros teóricos e conceitos para definir estratégias. Um planeamento linguístico não se pode transpor de um território para outro. Por isso a elaboração de uma proposta para a promoção do ensino da língua portuguesa em França, deve ter em conta os fatores específicos

---

<sup>6</sup> Prospects: *The 2003 Revision*. Disponível em: <http://esa.un.org/unpp>

<sup>7</sup> Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa.

<sup>8</sup> *Resolução do Parlamento Europeu* sobre o relatório da Comissão ao Conselho e ao Parlamento Europeu relativo à RAEM, apresentado pelo deputado Mário Soares, aprovada na sessão de terça feira, 8 de abril de 2003.

<sup>9</sup> Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

locais. Para que esta política tenha êxito e a adesão da comunidade teremos que ter em conta fatores como: a visão que a comunidade portuguesa possui de sua própria língua e cultura de origem; a visão dos próprios decisores nas políticas projetadas para as comunidades e as evoluções geopolíticas, demográficas e económicas que no futuro podem estabelecer novos equilíbrios entre as línguas. Nesta perspetiva no capítulo seguinte analisaremos as características sociolinguísticas da comunidade portuguesa em França para compreender como esta pode ser protagonista na promoção do português como língua internacional e pluricultural.

**4. CARACTERÍSTICAS DA COMUNIDADE  
PORTUGUESA  
E DA SUA RELAÇÃO COM A LÍNGUA  
E PORTUGAL**

Uma política de língua deve ter em conta o contexto social no qual ela se vai implementar. Este capítulo salienta sobretudo as características da comunidade portuguesa<sup>10</sup> com mais relevo para a definição de uma política de língua que tenha em conta a realidade local.

A primeira grande vaga de imigrantes portugueses em França teve lugar durante a década de 60. Começou por ser essencialmente uma imigração económica à qual se juntou uma imigração política de intelectuais e de jovens que fugiam da ditadura de Salazar e da guerra colonial que existia em Angola, Guiné-Bissau ou em Moçambique.

Segundo a estatísticas do INSEE (2005:49), em 1982 Portugal constituía já o primeiro país de origem dos imigrantes em França (15,8%). Segundo os dados do Observatório da Emigração, em 2008 a França continuava a ser o país com mais portugueses imigrados e o principal destino dos emigrantes portugueses. (Quadro 2, Anexo 1). Com cerca de um milhão de pessoas: 580.000 imigrantes<sup>11</sup> e 450.000 lusodescendentes<sup>12</sup> em 2008, a comunidade portuguesa em França é a mais numerosa das comunidades portuguesas no mundo e também uma das principais comunidades imigradas presentes neste país (INSEE, 2012:109).

#### 4.1. O alojamento e a família

A maioria dos imigrantes portugueses instalou-se sobretudo na região leste parisiense e nas grandes cidades francesas. Segundo as estatísticas do INSEE (2012:223), em 2006, 56% dos imigrantes portugueses de 18 a 50 anos vivem sobretudo em cidades que possuem mais imigrantes e alojamentos sociais. Esta percentagem é de 49% para os lusodescendentes. Segundo Branco (2012:8) *“A região de Ile de France, da Grande Paris, continua a concentrar cerca de metade (45,7%) do efetivo dos Portugueses residentes em França, que diminuiu em duas décadas de cerca de um quarto (71.192 pessoas), numa proporção semelhante à verificada no conjunto do território francês.”* Como afirma Tavan (2005), um outro aspeto que caracteriza também os imigrantes portugueses, tendo em conta o tempo de

---

<sup>10</sup> Comunidade portuguesa: conjunto das pessoas residentes em França que nasceram em Portugal ou que nasceram em França descendentes de imigrantes portugueses em que pelo menos um dos pais é imigrado.

<sup>11</sup> Imigrantes portugueses : pessoas nascidas em Portugal e residentes em França.

<sup>12</sup> Lusodescendentes: pessoas nascidas em França descendentes de imigrantes portugueses tendo pelo menos um dos pais imigrado. No número de 450.000, são contadas unicamente pessoas a partir dos 18 anos.

presença em França e a sua atividade profissional no setor da construção, é o facto de que mais de metade destes imigrantes são proprietários.

No que diz respeito à família, segundo o INSEE (2012 :109), em 2008 a população imigrante portuguesa está repartida pelas seguintes faixas etárias: 3% são crianças de 0 a 14 anos, 4% são jovens dos 15 aos 24 anos, 32% têm entre 25 e 44 anos, e 61% têm mais de 45 anos. Mas estas percentagens são bastante diferentes na população lusodescendente: 29% têm entre 18 e 24 anos, 63% entre os 25 e os 44 anos e apenas 7 % têm mais de 45 anos. Em 2008, 79 % dos imigrantes portugueses, com 18 anos ou mais vivem maritalmente e 19% são casais com dois filhos. Também 55% dos lusodescendentes entre 18 e 50 anos vivem em casal e 19% são casais com dois filhos. (2012:125). Estes dados estatísticos do INSEE, não permitem obter o número de crianças em idade escolar no conjunto da comunidade portuguesa. Seria interessante poder calcular a taxa de frequência dos filhos de imigrantes e de lusodescendentes nos vários níveis de ensino do português.

Mais de 9 casais imigrantes em cada 10 são constituídos com um cônjuge também imigrado ou de origem portuguesa (2012:128). No entanto é necessário ter em conta que em 2008, só 62,2% dos lusodescendentes com 18 anos ou mais nascidos em França, têm os dois pais imigrantes e 37,7% têm apenas um dos pais que é imigrante. (2012 :105). Este dado é importante para compreender o perfil sociolinguístico dos lusodescendentes : muitos deles já não possuem um apelido português<sup>13</sup> e em casa o francês é a língua mais falada na maioria das famílias, como veremos no ponto seguinte.

#### 4.2. A nacionalidade e o domínio da língua francesa

A grande maioria dos imigrantes portugueses conservaram a sua nacionalidade. Em 2008, 71% dos imigrantes portugueses não possuíam a nacionalidade francesa. Podemos também constatar que 8% dos descendentes de imigrantes não têm a nacionalidade francesa e « *Ils sont seulement 72 % à se déclarer Français de naissance, soit nettement moins que les autres personnes nées en France d'un parent immigré de l'Union européenne.* » (INSEE,

---

<sup>13</sup> O que os exclui muitas vezes dos cursos de português ELCO (Ensino da Língua e Cultura de Origem), porque não tendo um apelido português, os professores ou diretores não os consideram de origem portuguesa. Por outro lado por causa da sua designação, estes cursos atualmente abertos a todos os alunos, são erradamente considerados como exclusivamente dirigidos aos alunos de origem portuguesa.

2012:114). Este dado pode mostrar a forte ligação que apesar de tudo ainda existe com as suas raízes portuguesas. No entanto o pedido da nacionalidade francesa dos imigrantes portugueses aumenta progressivamente passando de 20% em 1999 a 29% em 2008.

O domínio da língua francesa depende muito do meio laboral em que estão inseridos e do número de anos de presença em França. Segundo o INSEE (2012:161), no momento da chegada, 65% dos imigrantes com 18 anos ou mais não tinham nenhuma noção da língua francesa. Em 2008, 57% tinham dificuldades na escrita mas um bom ou muito bom nível na expressão oral. Mesmo com um nível inicial muito baixo no momento de chegada muitos imigrantes conseguiram fazer enormes progressos sobretudo na expressão escrita do francês.

Um elemento determinante para a integração linguística das famílias imigradas é a língua falada pelos pais com os filhos. A partir do momento em que os pais se exprimem em francês com os filhos é esta língua que estes transmitirão aos seus próprios filhos. Em geral os pais imigrados com filhos no ensino secundário exprimem-se na maioria em francês. “ *Dans six familles immigrées sur dix, le père comme la mère s’adressent principalement en français à leurs enfants.*» (INSEE, 2005 : 92). Esta tendência continua a verificar-se até nas famílias com filhos inscritos nos cursos de português como veremos no ponto 4.5.

#### 4.3. O êxito escolar e o nível de estudos

Nas suas relações com a escola, os imigrantes portugueses têm um comportamento similar aos não imigrantes em termos de escolarização dos filhos na escola privada ou da delegação exclusiva à mãe nos contactos com os professores. Mas prestam menos ajuda aos filhos nos trabalhos escolares que estes levam para casa, interessam-se menos pelas aprendizagens feitas e estão raramente presentes nas associações de pais de alunos. (INSEE, 2005:102). O baixo nível de estudos ou a dificuldade no domínio da língua francesa podem talvez explicar este comportamento.

Nas estatísticas de 2008, os imigrantes portugueses de 30 a 49 anos vieram para França quando ainda eram crianças e dois terços continuaram e terminaram os seus estudos neste país. (INSEE, 2012:164). Mas 53% destes imigrantes não possuem nenhum diploma superior à escola primária. Apenas 8% possuíam o 12 ° ano e 4% estudos superiores (licenciatura ou doutoramento). As mulheres imigradas possuem em média um nível de

estudos inferior à dos homens. De maneira geral os imigrantes portugueses entre os 30 e os 49 anos que fizeram estudos em Portugal só estudaram até à idade média de 14,4 anos. A idade média quando fizeram todos os estudos ou uma parte dos estudos em França, é de 18,1 anos. (INSEE, 2012:165).

Quanto aos lusodescendentes entre os 30 e os 49 anos, em 2010 possuíam um nível de estudos superior ao dos pais, mas inferior aos dos descendentes de pais não imigrados: 17% só possuíam estudos primários, 19% possuíam o 12º ano e apenas 8% possuíam um nível de licenciatura ou doutoramento. (INSEE, 2012:167). A origem social tem uma influência no êxito escolar: 72% dos filhos de emigrantes portugueses têm pais que são empregados ou operários qualificados ou não. Esta percentagem é de apenas 45% nas crianças não imigradas nem filhos de imigrados. Neste contexto segundo o INSEE (2012 :48), «...dans la population masculine, un fils d'immigrés portugais a une probabilité 1,4 fois plus élevée d'être non diplômé que diplômé du second cycle du secondaire en comparaison d'un homme ni immigré ni enfant d'immigrés.»

Assim em 2008, nos filhos de imigrantes portugueses de 20 a 35 anos, apenas 47% homens e 66% de mulheres tinham o diploma do 12º ano. Nos jovens que não são imigrantes nem filhos de imigrantes esta percentagem é de 66% para os homens e de 71% para as mulheres. (INSEE, 2012:54). Estes resultados mostram também que os imigrantes portugueses dão prioridade à formação profissional no ensino secundário para obterem diplomas profissionais como o CAP<sup>14</sup> ou o BEP<sup>15</sup> e assim entrarem mais cedo no mercado do trabalho. Comparados com a população não imigrada nem de descendentes de imigrantes os filhos de portugueses obtêm menos diplomas do ensino superior. Num inquérito feito em 2008 pelo *Ministère de l'Education Nationale* (INSEE, 2012:173), apenas 19% dos pais de origem portuguesa pensam que os diplomas do ensino superior são os mais úteis para encontrar um trabalho. Esta percentagem é de 41% nos pais originários de outros países da Europa. Podemos também constatar que a nível do ensino superior há uma grande diferença entre sexos nos filhos de imigrantes portugueses. Em 2008 apenas 11% dos homens obtêm um diploma do ensino superior, enquanto que 20% das mulheres o conseguem obter. (INSEE, 2012: 58). A recente imigração portuguesa em França essencialmente constituída por jovens diplomados entre 25 e 29 anos vai certamente alterar este perfil.

---

<sup>14</sup> CAP: Certificat d'Aptitude Professionnelle.

<sup>15</sup> BEP: Brevet d'Etudes Professionnelles

#### 4.4. O acesso ao emprego e o mercado de trabalho

De maneira geral cinco anos depois de terem saído do sistema educativo, 82% dos descendentes de imigrantes do sul da Europa estão empregados e apenas 11% continuam no desemprego. (INSEE, 2012:64). Isto significa que os lusodescendentes têm um acesso mais rápido ao emprego a longo prazo e sofrem menos desemprego que os próprios descendentes nativos. Apenas 10% afirma ter sido vítima de discriminação no acesso ao emprego.

De maneira geral os imigrantes portugueses ocupam menos empregos de quadros qualificados que os não imigrantes. Em 2010 segundo as estatísticas do INSEE (2012:207), 74% de descendentes de imigrantes portugueses de 30 a 59 anos nascidos em França, têm um pai que foi operário. Dois terços dos homens imigrantes portugueses ocupam postos de operários qualificados sobretudo na construção.

Em 2010, 43% das mulheres têm empregos de serviço doméstico a particulares. Esta percentagem é muito superior à das outras mulheres imigradas vindas da União Europeia que é apenas de 16%.

A taxa de atividade dos imigrantes portugueses entre os 25 e 64 anos é de 85% para os homens e de 75% para as mulheres o que representa uma média de 80%. Esta média é superior à dos outros imigrantes (71% ) e até à média da população não imigrante (78%). (INSEE,2012:181). A taxa de atividade nos descendentes de imigrantes portugueses é ainda superior aproximando-se dos 90%.

Assim a taxa de desemprego nos imigrantes portugueses ativos de 25 a 64 anos era apenas de 5%, enquanto que no total dos imigrantes era de 16%. Esta taxa de desemprego é até inferior à dos ativos não imigrantes. Ela é de 11% para os ativos descendentes de imigrantes portugueses. O salário médio dos imigrantes portugueses é de 1600 euros, o que é inferior à dos outros imigrantes originários da UE 27 que se situa entre 1800 e 1850 euros. (INSEE, 2012:210). O número de anos de presença em França, os diplomas, o domínio da língua francesa e o setor de atividade profissional podem explicar esta diferença.

O setor empresarial é outro dado importante na atividade económica da comunidade portuguesa em França. A Embaixada de Portugal em França estima em cerca de 50.000 o número de empresas ligadas a imigrantes portugueses e lusodescendentes.

#### 4.5. A transmissão da língua na família

A maioria das famílias de emigrantes portugueses não transmite a língua de origem aos seus próprios filhos. Já num estudo feito em 1992, citado por Calvet (2002:164) revelava que 55% dos imigrantes portugueses não transmitiam a língua materna. Dados do *Ministère de l'Education Nationale* de 1995, mostram também que nos imigrantes portugueses, 74 % das mães e 66% dos pais declaravam falar principalmente o francês com os seus filhos.

No caso das famílias mistas de origem europeia esta percentagem era muito superior. Por exemplo 95% das mães imigradas casadas com um pai não imigrado falavam com os filhos principalmente em francês. Segundo os dados mais recentes do INSEE (2012:163) em 2008, 54% dos lusodescendentes falavam, liam e escreviam o português e 86% utilizavam-no na comunicação com outras pessoas da família, mas apenas 39% o utilizavam na comunicação com os filhos. Esta percentagem é muito inferior comparada por exemplo com os imigrantes turcos onde 78% utilizam a sua língua materna na comunicação com os filhos.

Nos dados colhidos através das inscrições “*on line*” do Instituto Camões, para o ensino português do 1º ao 5º ano em França para 2013/2014, podemos verificar também que 60% dos pais declaram falar principalmente o francês em casa. Apenas 38% dizem ser o português a língua mais falada em casa. (Quadro 3. Anexo 1).

Podemos assim constatar que a língua privilegiada na comunicação familiar dos emigrantes portugueses e dos lusodescendentes é o francês. Vimos que a principal preocupação dos imigrantes portugueses em França é a sua rápida integração económica e social. Esta integração passou pela apropriação da língua francesa muitas vezes em detrimento da preservação da língua portuguesa.

No contacto entre as duas línguas assistimos assim a duas atitudes por parte das famílias: a coabitação das duas línguas num bilinguismo onde o francês é dominante, ou o adoção total do francês como única língua na comunicação familiar. Esta opção pessoal e familiar, refletida ou irrefletida não pode ser analisada sem ter em conta outros fatores externos à família que podem condicionar as suas decisões, como por exemplo o nível de prestígio que elas têm da língua portuguesa e sobretudo o estatuto sociocultural que esta ocupa no currículo escolar do país de acolhimento.

O facto de a aprendizagem do português estar muito pouco integrada no currículo do ensino básico e secundário, dá uma imagem pouco prestigiante da língua. No 1º ciclo algumas escolas propõem o português como ELVE (Ensino de Língua Viva Estrangeira) integrado no horário escolar, mas na grande maioria o português é proposto como ELCO (Ensino de Língua e Cultura de Origem). Estes cursos realizam-se fora do horário escolar: aos fins da tarde, às quartas-feiras e aos sábados (dias de repouso), representando uma sobrecarga horária para os alunos. Este facto pode provocar um sentimento de discriminação e de rejeição por parte dos jovens. Como afirma Da Silva (2005:128): *“Se falar português, aprender a língua publicamente e ser reconhecido falante dessa língua, comportar uma carga negativa, esse facto pode representar sentir-se discriminado e menos valorizado por isso.”*

O ensino que é feito graças ao empenhamento das associações, também pode criar preconceitos estereotipados reduzindo o português a uma simples língua de emigrantes destinada unicamente aos lusodescendentes.

A nostalgia cultural que marca as atividades de muitas associações (folclore, gastronomia, futebol, fado...) pode criar um conflito intergeracional entre os pais emigrados e os seus descendentes. Oliveira e Teixeira (2004:212) estudou o comportamento sociológico dos jovens lusodescendentes no Canadá e verificou que *“...rejeitando a língua portuguesa e a cultura portuguesa, os jovens voltam-se de braços abertos para a língua e a cultura da sociedade dominante, a esmagadora maioria prefere falar a língua inglesa (ou francesa) ... até mesmo em casa o faz com cada vez maior frequência.”*

Ora a transmissão da língua na família é fundamental para a sua continuidade. Segundo o INSEE (2012:162) as estatísticas mostram que em geral 59% dos descendentes de imigrantes que praticaram a língua materna durante a sua infância a falam depois na idade adulta e que 37% destes descendentes que herdaram a língua materna a transmitem depois aos seus próprios filhos.

Esta atitude da comunidade imigrada e dos seus descendentes face à língua portuguesa (pouco ou nunca falada em família) mostra também uma falta de empenhamento para a sua promoção, impedindo a sua gradual implantação no sistema escolar francês, podendo até conduzir à perda da aprendizagem da língua de origem nas novas gerações. A escolarização da segunda geração no sistema educativo francês, onde na maioria as escolas a língua

portuguesa não é proposta nem reivindicada, pode provocar um progressivo desaparecimento da língua em 3 ou 4 gerações.

#### 4.6. A política e a relação com Portugal

Os imigrantes portugueses manifestam um grande desinteresse pela vida política tanto em França como em Portugal. Como exemplo podemos constatar a fraca participação nas eleições municipais francesas nas quais os residentes portugueses têm direito de voto desde 2001. Até 2012 apenas 68.498 emigrantes residentes se inscreveram nos cadernos eleitorais franceses<sup>16</sup>. Sem contar os imigrantes residentes entre os 18 e 24 anos, esta percentagem é de apenas 12,7% dos 540.330 imigrantes entre os 25 e os 65 anos e mais. O que constatava Cordeiro em 1992 continua ainda a verificar-se:

*«En France comme au Portugal, ils restent éloignés de la vie politique, faisant preuve d'un manque d'intérêt et de motivation à s'informer des enjeux de la vie politique portugaise. Ainsi, ils perpétuent une pratique d'invisibilité propre aux communautés avant tout soucieuses de réussir leur ascension sociale dans le pays d'immigration.»*

Os lusodescendentes parecem interessar-se mais pela vida política. Segundo os dados da Embaixada de Portugal em Paris, as eleições municipais de 2008 registaram a eleição de vários autarcas lusodescendentes: foram localizados quase 3500 autarcas com apelidos de consonância portuguesa no conjunto do território francês, dos quais 1500 inscreveram-se no banco de dados do Observatório Permanente da Comunidade Portuguesa da Embaixada<sup>17</sup>

Apesar deste desinteresse pela via política, segundo um inquérito feito em 2008 (INSEE, 2012:239), os imigrantes portugueses entre 18 a 50 anos de idade mantêm uma relação intensa com Portugal: 98% fizeram pelo menos uma visita ao país e 75% mantêm o contacto por telefone ou eletrónico com pessoas em Portugal. Esta relação intensa com Portugal traduz-se por um “vai e vem”, pelo menos uma vez por ano, já salientada por

---

<sup>16</sup> Número de portugueses inscritos nas listas complementares, até 29 de fevereiro de 2012, indicado pelo Ministério do Interior francês.

<sup>17</sup> Disponível em : <http://www.embaixada-portugal-fr.org/autarcas/index.html>

Cordeiro (1992 :188), «...dès le début de l'immigration (sauf jusqu'en 1974 pour les réfractaires et déserteurs), la pratique du va-et-vient prend des proportions qu'aucune autre immigration en France, de cette taille, ait jamais expérimentées.»

Também 59% consultam os média, e 22% são proprietários de terrenos, imóveis, indústrias ou comércios em Portugal. Destes imigrantes apenas 16% pensam regressar. Os descendentes de imigrantes entre os 18 e 50 anos de idade continuam também a ter uma relação intensa com Portugal apesar de serem apenas 4% a terem propriedades no país e apenas 5% pensarem ir viver para Portugal.

O fluxo financeiro da comunidade portuguesa transferido para Portugal é mais forte nos imigrantes portugueses de 18 a 50 anos que nos seus descendentes, mas continua a ser importante. Segundo o boletim estatístico do Banco de Portugal (julho de 2013:162) a França é um dos países cujos emigrantes mais dinheiro enviaram para Portugal durante o mês de maio: 76,8 milhões.

Esta ligação forte com o país de origem não parece estar em contradição com uma vontade de inserção e de enraizamento local. Será que a intensa rede associativa da comunidade portuguesa em França é a expressão desta ligação ao país e simultaneamente um dos sinais do seu enraizamento local?

**5. AS ASSOCIAÇÕES DE PORTUGUESES  
E A SUA IMPLICAÇÃO  
NA PROMOÇÃO DA LÍNGUA**

## 5.1. Tipologia das associações

Nos últimos cinquenta anos podemos globalmente distinguir quatro tipos de associações cujas características foram marcadas pela história da imigração portuguesa em França.

Nos anos sessenta com a primeira grande vaga de imigração foram criadas as associações denominadas por Munõz (2002:83) de associações dos 3 “f”: futebol, folclore e festas populares e religiosas exprimindo a origem rural desta população. Uma grande parte destas associações procuram reproduzir a cultura e as tradições portuguesas, fazendo festas tradicionais ou convidando artistas portugueses.

Como afirma Muñoz (2002 :85), esta primeira geração consagra grandes esforços para manter viva a cultura e as tradições portuguesas: *«Elle garde des liens affectifs forts avec le passé. Elle exprime sa culture rurale dans un milieu associatif où se pratique une sociabilité “à la portugaise”, autour des signifiants de l’identité que sont la langue, la cuisine, le folklore, etc. »*

Nos anos setenta o contexto de luta e de organização dos imigrantes marcou a criação de um outro tipo de associações. Segundo Munõz (2002 :83):

*« Le théâtre d’intervention va se développer avec la première grande manifestation de théâtre populaire des travailleurs immigrés(5). La presse militante et la littérature vont faire de même, en lien avec la lutte des déserteurs et des insoumis contre les guerres coloniales portugaises et avec les luttes ouvrières en France. On est passé aux pratiques culturelles engagées. »*

Nos anos oitenta houve uma estabilização na imigração e no desenvolvimento do meio associativo. Em 1981 com a promulgação do direito à criação de associações de estrangeiros assistimos a uma grande diversidade de criação não só na área do teatro, mas também do cinema, das artes plásticas, na literatura e nas rádios livres.

Nos anos noventa, a geração dos lusodescendentes, já nascidos em França, crescidos no meio urbano e rodeados por uma cultura francesa, não se reconheciam nas associações existentes fundadas pelos pais e criaram outro tipo de associações onde a história, a herança

cultural e a língua se revelavam importantes. Munoz (2002:90) salienta que nestas associações, a expressão bilingue (o francês e o português) ou unicamente o francês se tornou uma necessidade para abranger um público mais lato abrindo-se à participação de franceses.

*“Pour la plupart d’entre eux, la langue portugaise occupe une place importante. Néanmoins, c’est l’expression bilingue qui est le plus souvent privilégiée en vertu d’un principe de réalité – le constat de la dominance de l’expression en français chez les jeunes – et d’un souci d’ouverture. C’est dans l’espace public, fréquenté et partagé avec les Français et les autres nationaux, que les descendants des immigrés portugais veulent présenter leurs créations et/ou faire connaître la culture portugaise, en montrant des productions culturelles prestigieuses. Cette recherche de visibilité vient en contrepoint de “l’invisibilité” (stratégie qui permet d’échapper à la domination et de préserver son identité et son intégrité) des parents, qui célébraient la “portugalité” dans des espaces clos. Elle vise une reconnaissance symbolique.»*

Atualmente estes diferentes tipos de associações coexistem no movimento associativo criado pela comunidade portuguesa. Segundo a DGACCP<sup>18</sup>, em 2009 existiriam em França (teoricamente)<sup>19</sup> 1039 associações de portugueses, isto é a maior rede do associativismo português imigrante no mundo, estimada em 2.825 associações para os cerca de cinco milhões de portugueses que residem no estrangeiro. A rede associativa da comunidade portuguesa em França constituiria assim o maior movimento associativo da história da imigração deste país.

Interrogados sobre o número de associações presentes nas suas áreas de jurisdição em 2013, os consulados recenseiam apenas 592, das quais só 372 são consideradas realmente ativas na organização de atividades e eventos. Mesmo se existe um grande número de associações de portugueses em França, o número de sócios entre os 18 e os 50 anos, membros dessas associações é reduzido, segundo o INSEE (2012:236). Os residentes portugueses, juntamente com os imigrantes do Magrebe e da Turquia, possuem a taxa mais baixa de adesão a uma associação, com menos de 18%. De facto, nas respostas ao inquérito feito em 42 associações verificamos que apenas 7 (16,7%), têm mais de 200 membros. (Quadro 1.3. Anexo 3).

---

<sup>18</sup> Direção Geral dos Assuntos Consulares e das Comunidades Portuguesas. Ministério dos Negócios Estrangeiros. Disponível em: [http://www.secomunidades.pt/c/portal/layout?p\\_1\\_id=PUB.1.507](http://www.secomunidades.pt/c/portal/layout?p_1_id=PUB.1.507)

<sup>19</sup> Estes dados parecem não estar atualizados. Os consulados interrogados em julho de 2013 recenseiam apenas 592.

Na presidência destas associações parece existir atualmente uma equidade entre homens e mulheres (47,6% e 52,4% respetivamente). Metade destes dirigentes voluntários têm mais de 50 anos o que denota um certo envelhecimento. As suas profissões são muito diversificadas: professores, comerciais, enfermeiras, mecânicos, eletricitas, estudantes... sendo a maior percentagem (16,7%) reformados. (Quadro 1.1.3. Anexo 3).

Um grande número destas associações (92,9%) desenvolve atividades culturais. Outras desenvolvem simultaneamente atividades educativas (31%), desportivas, musicais ou de ação social. (Quadro 1.2. Anexo 3).

Constatamos neste inquérito que apenas 33,3% das associações interrogadas têm mais de 20 anos de existência o que pode denotar um certo dinamismo do meio associativo português em função das vagas de imigração. (Quadro 1.3.1. Anexo 3). Notamos também que a maioria das associações (71,4%) que responderam ao questionário se situam nos sete departamentos da região parisiense, o que não é surpreendente porque como já vimos no ponto 4.1, corresponde à região onde está concentrada quase metade da comunidade portuguesa. (Quadro 1.4. Anexo 3).

Quando analisamos os nomes das associações de portugueses em França, podemos constatar a mesma estrutura na designação que exprime uma dupla referência identitária: antes de mais a palavra “*association, amicale, union...*”, a referência comunitária: “*portugaise*” ou “*franco-portugaise*” e finalmente o espaço geográfico onde se encontra a sede ou a atividade da associação: aldeia, cidade ou região. Como afirma Cordeiro (1992 :189) : “*Cette structure est bien significative d’une volonté d’insertion locale, d’être reconnue comme étant de tel ou tel endroit de France, ou (...) d’être reconnu comme « Portugais de... » un endroit de France.*»

Um outro domínio que marca a atividade associativa da comunidade portuguesa é o da informação. Segundo os dados da embaixada<sup>20</sup> existem em França 43 rádios locais com programas em português, 6 jornais e mais recentemente um canal de televisão pela internet. Seria também interessante abordar num outro estudo como é que estes meios de comunicação contribuem ou não para a promoção da língua portuguesa em França.

---

<sup>20</sup> Disponível em: <http://www.embaixada-portugal-fr.org/pt/portugueses-em-franca.html>

## 5.2. A divulgação de informação sobre o ensino pelas associações e meios utilizados

Podemos constatar nas respostas ao inquérito que a maioria destas associações (73,8%) divulga informação sobre o ensino de português. (Quadro 2.1. Anexo 3). As razões evocadas são muito diversas. Afirmam que “*é um dever informar*” e que a valorização da língua portuguesa faz parte dos seus objetivos considerando “*importante a sua divulgação junto dos portugueses residentes em França*”.

A língua é considerada como “*um vetor essencial de cultura*”. É uma maneira de “*combater o ostracismo de que o português é vítima*”, de preservar a língua portuguesa divulgando-a aos jovens para que estes a aprendam e a pratiquem desde pequenos. Declaram também que “*a procura é bastante elevada nos jovens entre os 11 e os 18 anos*” e que “*as pessoas pedem informações quando não têm português no ‘lycée’*”.

Certas associações difundem informações em ligação com as secções internacionais portuguesas<sup>21</sup> ou com uma ou outra universidade como por exemplo a *Sorbonne Nouvelle*.

O desejo de que “*a língua portuguesa seja a 2ª língua ensinada*” também é uma das razões evocadas. Analisando as respostas destas associações podemos notar uma preocupação pela transmissão da língua e cultura portuguesa às novas gerações mas a difusão da informação parece ser dirigida sobretudo aos sócios e à comunidade portuguesa. Por isso os meios utilizados para comunicar são na maioria os encontros da associação (61,9%) ou o seu jornal (19%). Apenas 21,4% utilizam outros meios como: *Site, Facebook, Newsletter*, listas de difusão na internet, redes sociais, centro cultural, fórum das associações, *Radio Alfa, Portugal Mag, Lusojornal*, panfletos, telefone, colóquios, concursos, eventos, armazéns portugueses da cidade, locais comerciais ou antigos alunos.

Nota-se no entanto um pequeno esforço para difundir a informação para além da comunidade portuguesa através dos jornais das câmaras (19%) ou das rádios (19%). (Quadro 2.2. Anexo 3). Seria também interessante analisar o conteúdo das informações difundidas, mas o inquérito não abordava esta questão.

---

<sup>21</sup> As secções internacionais portuguesas são um ensino de qualidade proposto pelo sistema educativo francês desde a escola primária até ao 12º ano. São destinadas a alunos que pretendam obter uma formação aprofundada da língua portuguesa (nível C do *Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas*) e da literatura, história e geografia.

Um certo número de associações (26,2%) não divulgam informação sobre o ensino de português considerando que não é o objetivo da associação, por esta ser recente ou não ter local para o ensino. Esta posição revela uma certa contradição entre o facto de 92,9% destas associações se afirmarem como culturais e 31% educativas, e não divulgarem informação sobre o ensino. Também parece existir uma certa confusão entre “divulgar informação sobre o ensino” e “organizar cursos de português na própria associação”.

### 5.3. A organização de cursos de português nas associações: razões deste ensino, número e origem dos alunos

Podemos constatar que 42,9% destas associações organizam cursos de português. Elas fazem-no por diversas razões como o facto de considerarem que é a função da associação, ou como complemento ao ensino oficial francês, ou simplesmente “*para compensar o professor que foi retirado*”.

Interrogadas sobre as razões que levam os alunos a frequentar os cursos nas associações e não nas escolas, 88,9% destas associações afirmam não haver outra alternativa mais próxima. O facto de não haver aulas de português em muitas escolas primárias e que no ensino secundário “*muitas vezes a escola francesa não aceita inscrições dizendo que não há número suficiente de alunos para abrir o curso*” são outras razões apresentadas. O ensino associativo aparece assim como alternativa para perpetuar o ensino da primária “*porque não existem aulas nos ‘collèges’ do departamento*” ou porque “*existe uma procura por parte de um público de jovens e adultos ou de quadros de empresas que não têm outra alternativa mais próxima.*”

De facto nas respostas dadas sobre o número e a origem dos alunos que frequentam estes cursos, podemos constatar que metade dos 545 alunos são adolescentes e jovens de 11 a 18 anos e que 30,5% são adultos. Apenas 19,8% são crianças de 6 a 10 anos. (Quadro 2.4. Anexo 3). Como seria de esperar este ensino associativo acolhe maioritariamente (80,7%) alunos de origem portuguesa. (Quadro 2.5. Anexo 3). Apenas 19,3% não são de origem portuguesa, o que confirma a ideia de que este ensino é sobretudo uma resposta a uma certa preocupação da comunidade portuguesa para preservar a sua língua e cultura.

Podemos também constatar que a maioria das associações interrogadas (57,1%), não organizam cursos de português por diversas razões como a falta de meios, de professor ou de local apropriado.

Outras não organizam porque consideram que já existem várias possibilidades de ensino e que não é a função da associação: *“a associação apenas apoia a organização de cursos e não se substitui aos cursos já organizados pela embaixada e pela educação nacional francesa (Rectorats).”* Estas associações consideram que é nas escolas que o português deve ser ensinado e que o objetivo deve ser o de desenvolver o ensino oficial com o ministério francês.

Estes dados contrariam a ideia de que as associações pretendem substituir o ensino oficial e são a causa do encerramento de turmas de português no sistema educativo francês. Elas aparecem aqui essencialmente como complemento, compensando a ausência do ensino oficial.

É de salientar que apenas 5,5% das associações que organizam cursos de português afirmam que os alunos preferem o ensino associativo ao ensino público. (Quadro 2.6. Anexo 3).

#### 5.4. Os professores de português nas associações: número, manuais utilizados, certificação e avaliação

Nas 18 associações interrogadas que afirmam organizar aulas de português trabalham 27 professores contratados e 2 professores voluntários. Uma das associações possui 6 professores. (Quadro 2.7. Anexo 3). Em 14 associações (77,8%) os professores são escolhidos pela própria associação e em 4 (22%) são professores recrutados através do Instituto Camões. Metade destas associações solicitam a contribuição financeira dos pais e 27,8% utilizam os recursos da própria associação para a remuneração dos professores, o que revela uma certa capacidade de autofinanciamento. (Quadro 2.9. Anexo 3).

Apenas 61,1% destas associações afirmam que os professores utilizam um ou vários manuais. Seria interessante abordar a metodologia utilizada nas outras associações, onde os

professores não utilizam manuais, verificando como estruturam ou não os conteúdos de maneira coerente e funcional. Podemos no entanto constatar uma grande diversidade de materiais didáticos utilizados como CD (61,1%) Internet (55,6%) e jogos ou vídeos (44,4%). (Quadro 2.11. Anexo 3).

A certificação dos cursos parece não ser uma preocupação destas associações. Apenas um terço afirmam ter cursos com uma certificação feita pela associação, pelo professor ou através dos exames do Camões, I.P. ou da Academia de Versalhes quando os pais a solicitam. A maioria (66,7%) não possuem cursos certificados por diversas razões como o facto de não ser esse o objetivo da associação, de o professor ser voluntário ou de os alunos adultos não pedirem uma certificação.

Estes dados levam-nos a pensar que este ensino associativo é antes de mais um ensino complementar (para compensar ausência de um ensino público) do que um ensino destinado à certificação das competências reconhecido oficialmente. (Quadro 2.12. Anexo 3).

Pouco mais de metade das associações (55,6%) afirmam que os professores possuem um diploma para o ensino do PLN (Português Língua Não Materna), mas 44,4% dizem que o professor não possui esse diploma ou desconhecem essa informação. (Quadro 2.13). Também 55,6% destas associações declaram que estes professores nunca foram avaliados ou desconhecem a informação. (Quadro 2.14. Anexo 3).

### 5.5. Pedidos de apoio à Coordenação de Ensino Português em França (CEPE)

Pouco mais de um terço (35,7%) das associações interrogadas declaram ter pedido apoio à Coordenação de Ensino Português em França, para a valorização e a divulgação da língua e cultura portuguesa. (Quadro 2.15. Anexo 3). Vários tipos de apoio foram salientados como a doação de material de divulgação e de promoção da língua, a remuneração ou a delegação do professor do Camões, I.P.. A pareceria em campanhas de promoção da língua e a participação presencial em colóquios ou no *Salon de l'Education* e *Expo Langues* também foram outros tipos de apoio evocados pelas associações.

É de salientar no entanto que metade das associações declaram nunca terem pedido apoio à Coordenação. Diversas razões são evocadas como o desconhecimento da existência da

Coordenação ou do apoio que esta poderia dar, ou simplesmente porque a associação considera que essa atividade não faz parte dos seus objetivos e competências. Uma associação evoca também o disfuncionamento com os programas e os professores.

Seria interessante aprofundar num trabalho posterior que tipo de disfuncionamento existiu e como o ultrapassar. Será que existe uma avaliação da qualidade do empenho das associações apoiadas pelo Camões, IP.?

Interrogadas sobre o tipo de apoio que gostariam de ter para promover o ensino de português, da parte da Coordenação, da ADEPBA<sup>22</sup> e da CCPF, as associações exprimem pedidos muito diversificados. A nível de apoio em material gostariam de ter acesso mais fácil a exposições (empréstimos), e *“a material de divulgação e de promoção da língua através da internet, documentos escritos, vídeos, com informações objetivas, claras e concisas.”*

O apoio logístico e utilização das redes destes organismos também são evocados. Gostariam de ter ajudas financeiras para viagens de estudo, de colóquios e de campanhas de informação. A nível da formação gostariam *“que a professora pudesse frequentar as ações de formação como os outros professores colocados”* e que houvesse mais diálogo e mais trocas entre todos os professores.

Várias associações salientam a necessidade de continuar a ter um professor, ou de poder ter mais um professor na associação e *“que este ensino fosse integralmente custeado pelas autoridades portuguesas.”* É também evocada a importância de manter os cursos nas escolas primárias e secundárias.

## 5.6. Opinião sobre o ensino de português em França: o acordo de cooperação e a mobilização dos pais

O acordo de cooperação educativa e linguística entre Portugal e a França é conhecido por 57,1% dos dirigentes associativos interrogados. A quase totalidade (95,8%) pensam que este acordo não está a ser respeitado. (Quadro 3.2. Anexo 3).

---

<sup>22</sup> ADEPBA: Association pour le Développement des Etudes Portugaises, Brésiliennes, d’Afrique et d’Asie Lusophones.

As razões evocadas são muito diversas como o facto de haver cada vez menos cursos de português abertos enquanto que a procura é cada vez maior e de muitos cursos terem sido suprimidos por causa da redução de professores e do acesso ao CAPES<sup>23</sup>.

Os responsáveis associativos afirmam que *“a França não respeita o acordo e Portugal não consegue impulsionar a inércia. O estado francês não faz nada para valorizar o ensino do português e não fomenta a prática desta língua. Os dois países não investem no português e Portugal cada vez menos. Existe uma falta de meios e de interesse de ambas as partes. A França não lhe interessa pagar salários a professores de português e Portugal não tem meios para desenvolver o EPE.”* Por isso constatam que os meios são insuficientes, que os efetivos de professores não param de diminuir e que durante alguns anos em França não existiram concursos para os professores de português<sup>24</sup>. Consideram também que o português deveria estar inteiramente integrado no ensino oficial francês.

Interrogados sobre a mobilização dos pais para inscrever os filhos nos cursos de português, a grande maioria dos responsáveis (76,2%) pensa que os pais se mobilizam pouco. Acham que os pais têm falta de escolaridade e não possuem informação e interesse suficientes para valorizarem e obrigarem os filhos a estudar português. Declaram que *“muitos pais desconhecem que estes cursos existem e como fazer para inscrever os filhos. Outros pensam que basta praticar em casa.”* Pensam que os pais bem integrados na sociedade francesa se sentem abandonados pelo governo português e que existe um *“refoulement culturel”*.

Também afirmam que existem preconceitos como *“em França devemos falar francês”* ou que *“a integração passa principalmente pela língua do país”*. Uma outra explicação dada, é o facto de *“infelizmente a língua portuguesa não ser uma das mais cobiçadas na maioria dos países do mundo.”*

Estes responsáveis associativos pensam que os pais têm pouca consciência da importância da língua portuguesa na valorização do currículo escolar dos seus filhos: *“os pais não acham necessário para o mercado do trabalho”*.

---

<sup>23</sup> CAPES: Certificat d'Aptitude au Professorat de l'Enseignement du Second degré.

<sup>24</sup> O ministério francês fechou os concursos (CAPES) para a formação de professores de português em 2008. O próximo concurso está apenas previsto para a sessão de 2014: *Bulletin officiel spécial n° 9 du 10 décembre 2012*. Disponível em: [http://www.education.gouv.fr/pid25535/bulletin\\_officiel.html?cid\\_bo=66483](http://www.education.gouv.fr/pid25535/bulletin_officiel.html?cid_bo=66483)

## 5.7. Opinião sobre o contributo das associações para a valorização e divulgação da língua portuguesa

A quase totalidade dos dirigentes inquiridos (95,2%) acha que as associações de portugueses devem contribuir para a divulgação e a valorização da língua portuguesa como fazendo parte das suas responsabilidades. (Quadro 3.4. Anexo 3). Várias opiniões são formuladas como a importância de estas não se substituírem aos organismos públicos e da sua contribuição para a valorização não só do português, mas também do plurilinguismo. Estes responsáveis afirmam que *“é um dever para não perdermos as nossas origens e transmitirmos aos mais novos costumes e tradições portuguesas.”* Consideram também que as associações devem ser defensoras da língua portuguesa no estrangeiro *“para que a língua portuguesa se perpetue nas novas gerações e seja integrada na escola francesa.”*

De facto a reivindicação de cursos integrados no currículo das escolas públicas representa para 83,3% dos responsáveis inquiridos, a primeira forma de contribuição das associações para valorizar a língua portuguesa.

A organização de cursos na associação quando não existem nas escolas públicas, aparece como a segunda forma de contribuição para 61,9% dos responsáveis. Apenas 35,7% dos responsáveis pensam que organizar cursos na associação mesmo se já existem nas escolas públicas, é uma maneira de valorizar a língua portuguesa. (Quadro 3. 5. Anexo 3).

As outras formas de contribuição evocadas apenas por 12% dos inquiridos mas que merecem destaque são: *“realizar atividades culturais de qualidade de forma a dinamizar o ensino do português nas escolas públicas e para o público francês; agir para a abertura de cursos nas escolas primárias e secundárias; passar a informação aos pais à saída das escolas; organizar debates sobre o interesse do português.”* Também são evocadas outras sugestões como: dar aos pais a possibilidade de escolher entre o ensino privado e público e organizar cursos específicos de língua na área da economia e negócios.

Podemos notar aqui uma certa contradição entre o facto de a quase totalidade dos responsáveis declararem que as associações de portugueses devem contribuir para a promoção da língua portuguesa e o facto de apenas 73,8% o fazerem na prática nas suas próprias associações. (Quadro 2.1. Anexo 3).

## 5.8. Opinião sobre o nível de preparação e avaliação dos professores em geral, para ensinar Português Língua Estrangeira e propostas para melhorar

Apenas 9,5% do total dos responsáveis inquiridos acham que os professores são avaliados na sua prática letiva. Pensam que esta avaliação é feita pelo *Rectorat*, pela Inspeção Académica ou pelo Camões, I.P. mas raramente na província. Mais de metade (54,8%) não sabem se são avaliados e 19% não responderam à questão. (Quadro 3.8. Anexo 3).

Estes dados mostram que a avaliação dos professores não parece ser uma preocupação destes dirigentes associativos. No entanto os 16,7% que consideram que os professores não são suficientemente avaliados declaram que *“uma avaliação mais estrita seria necessária sobre os horários e os conteúdos pedagógicos. Os professores deveriam ser avaliados não só por eles próprios, mas também pelos estudantes, pela hierarquia e anónimos com critérios bem definidos.”*

Interrogados sobre a preparação dos professores para ensinar o português como língua estrangeira, 28,6% dos responsáveis inquiridos declaram não possuir essa informação e apenas 26,2% os consideram bem preparados. (Quadro 3.6. Anexo 3).

Um dos comentários dos 16,7% que consideram os professores mal preparados afirma que *“os professores que vêm de Portugal não parecem suficientemente preparados para ensinar o português como língua estrangeira. Eles deveriam também ser formados sobre a realidade da sociedade francesa e do funcionamento da educação nacional francesa.”*

Para melhorar a preparação dos professores, os dirigentes associativos acham que deveria existir mais formação, meios e material pedagógico adaptado às idades das crianças, adolescentes e adultos: *“Deveriam ser propostos cursos de diferentes níveis de competência para evitar que alunos estagnem ou acabem por abandonar desmotivados por terem um nível demasiado baixo”*; *“O estado francês deveria empenhar-se mais na formação pedagógica dos professores e proporcionar-lhes uma carreira estável e motivante.”*

Também afirmam a necessidade de *“mais professores e livros que sigam as didáticas de línguas através de estágios de formação específica sobre o Português Língua Não Materna”*; *“Que os professores vindos de Portugal pertencentes aos quadros tenham mais conhecimento da língua francesa para melhor poderem comunicar com os alunos não portugueses.”*

## 5.9. Opinião sobre o financiamento do ensino de português em França e nas associações

Questionados sobre o financiamento do ensino de português em França, 78,6% dos dirigentes interrogados pensam que este deve ser pago e gerido pelo estado francês *“porque os portugueses são cidadãos, trabalhadores e contribuintes em França. O estado francês deve financiar o ensino oficial nas escolas francesas porque é um ensino aberto aos franceses e por interesse do país.”* (Quadro 3.9. Anexo 3). Esta opinião está em coerência com a reivindicação de cursos integrados no currículo das escolas públicas apresentada anteriormente expressa por 83,3% dos responsáveis. (Quadro 3.5. Anexo 3). Os outros financiadores evocados são o estado português para 66,7% dos inquiridos e os países lusófonos.

Interrogados sobre a participação financeira dos pais no ensino do português nas escolas primárias públicas, a grande maioria dos inquiridos (85,7%) pensam que os pais não devem pagar propinas. Várias razões são evocadas como o facto de que *“o ensino do português deveria representar uma oportunidade para todos os alunos de descobrirem uma nova língua e culturas diferentes como é feito com o inglês.”*

Os responsáveis salientam que a educação é da responsabilidade do estado, e como serviço público deve ser suportado pelas entidades governamentais, porque *“os pais já participam com impostos suficientes”*. Afirmam que em França o ensino obrigatório é gratuito e que *“os portugueses residentes no estrangeiro são cidadãos como os que vivem em Portugal. Se os filhos que vivem em Portugal não pagam o ensino, porque é que os residentes fora deveriam pagar? É uma situação injusta!”* Estes dirigentes referem também *“que as remessas<sup>25</sup> dos emigrantes espalhados pelo mundo fora, enviadas todos os anos para Portugal continuam a ajudar o país e são uma das maiores fontes de rendimento para Portugal. Porque não investir nos portugueses fora do país e nos seus filhos?”*

---

<sup>25</sup> As remessas dos emigrantes subiram, nos primeiros cinco meses de 2013, 9,12%, chegando aos 1,14 mil milhões de euros. A França é um dos países cujos emigrantes mais dinheiro enviaram para Portugal durante o mês de maio: 76,8 milhões de acordo com o boletim estatístico do Banco de Portugal, divulgado a 18 de julho de 2013. Disponível em:

<http://www.bportugal.pt/pt-PT/Estatisticas/PublicacoesEstatisticas/BolEstatistico/Publicacoes/BEJul13.pdf>

No que diz respeito ao ensino associativo português em França, 57,1% dos responsáveis inquiridos acham que este deveria existir só como ensino complementar quando não existe o do estado e que neste caso as associações deveriam passar rapidamente esta função à educação nacional: *“Em França o ensino é da responsabilidade das escolas do ensino público ou do ensino privado (sob contrato ou fora de contrato). As associações, juridicamente não se podem substituir às escolas.”*

Para outros dirigentes, o ensino associativo deveria existir só como ensino complementar para adultos lusodescendentes ou estrangeiros onde não existe outra alternativa.

No entanto 40,5% dos inquiridos declaram também que este poderá existir como ensino paralelo simultâneo ao do estado. (Quadro 3.10. Anexo 3). Também são dadas outras opiniões como: *o ensino de português nas associações deve depender do contexto do ensino local. As associações deveriam simplesmente dar um apoio cultural e linguístico complementar ao ensino oficial. As associações deveriam agrupar-se e organizar-se. Elas são lugares de convívio e trocas.”*

Interrogados sobre o financiamento do ensino associativo, 59,5% dos dirigentes declaram que este deveria ser financiado pelo estado português. (Quadro 3.11. Anexo 3). Consideram que é um dever do estado português porque os emigrantes contribuem com o envio de remessas.

Salientam também que o acesso ao ensino português é um direito constitucional: *“A Constituição Portuguesa diz que o ensino português deve ser dado a todos os filhos de portugueses. Porque é a língua materna e para que todos sejam filhos da mesma pátria. Deve financiar da mesma forma que o ensino público, controlado e avaliado.”* Os responsáveis associativos precisam no entanto que o estado português deve financiar este ensino na medida em que ele vier em apoio ao ensino público. Os outros financiadores evocados são o estado francês (50%) e os pais (26,2%) que também devem participar no caso de terem meios.

## 5.10. Opinião sobre a integração do ensino da língua portuguesa no currículo escolar francês

A quase totalidade dos inquiridos (97,6%) é favorável à integração da língua portuguesa no currículo escolar francês. (Quadro 3.13. Anexo 3). Mais de metade (54,7%) pensam que esta deve ser integrada em todos os níveis de ensino e sobretudo a partir da escola primária. (Quadro 3.14. Anexo 3).

Afirmam que a língua portuguesa como terceira língua (europeia) mais falada no mundo, é uma língua importante como o espanhol ou o alemão, e um língua de comunicação como as outras. Ela deveria estar completamente integrada no sistema escolar francês, pela sua importância no contexto mundial e pela dimensão da diáspora portuguesa em França: *“É um língua que é pedida. Ela deve ser proposta em opção como o inglês ou o alemão para que os lusodescendentes não esqueçam a nossa língua.”*

Os responsáveis associativos consideram que a sua integração seria normal também por razões de cidadania: *“Somos europeus e temos os mesmos direitos.”* Salientam que a sua completa integração aumentaria o seu prestígio e permitiria a sua promoção e divulgação em França, para os franceses de origem portuguesa e para o seu desenvolvimento internacional.

Os inquiridos consideram também que a sua integração nos currículos escolares contribuiria para o desenvolvimento das crianças de origem lusófona que assim valorizariam a sua língua e cultura de origem, aprendendo a falar bem português e a dominar perfeitamente a língua seja ela materna ou não. Salientam que ela deve ser integrada em todo o território, sobretudo onde existe uma forte frequência de alunos de origem portuguesa: *“Se já existem classes bilíngues, porque não também inglês/português.”*

Outras razões são evocadas como o interesse económico da França com a CPLP e o facto de ser uma língua que valoriza o currículo escolar dos estudantes proporcionando aos alunos em geral *“a descoberta de outras culturas, o desenvolvimento do espírito crítico e o conhecimento do Outro<sup>26</sup>.”*

---

<sup>26</sup> Um dos responsáveis associativos faz certamente alusão a Michael Byram, (2008). Este autor salienta a importância de uma abordagem intercultural da língua e da cultura alvo para potenciar a aquisição e o desenvolvimento de atitudes que permitam uma *“critical cultural awareness”* e a descoberta do Outro.

### 5.11. Opinião sobre a criação de uma escola internacional portuguesa em França e o seu financiamento

Quase metade dos dirigentes associativos interrogados (47,6), são favoráveis à criação de uma escola portuguesa internacional à semelhança de outras escolas internacionais: *“O exemplo do liceu francês de Lisboa e da escola francesa do Porto mostram ser excelentes veículos de promoção.”* Escolas de outras línguas já existem e por isso o português como terceira língua europeia mais falada no mundo também deveria ter o seu lugar. Várias razões são apresentadas como o facto de a população de origem lusa ser bastante numerosa ou para incitar os jovens que aprendem a língua materna dos pais e avós a continuar estudos em português. Afirmam que *“seria uma boa oportunidade para certos alunos aprofundar a língua portuguesa a todos os níveis e disciplinas para poderem exercer tanto em França como em Portugal sem dificuldades.”* Consideram também que seria uma mais valia para os estudantes do ensino superior. Os inquiridos salientam que esta escola *“deveria ser uma escola internacional de língua portuguesa para dar mais visibilidade à lusofonia em França.”*

Para 54,8% dos inquiridos o financiamento desta escola internacional deveria ser feita pelo estado português e para 40,5% pelo estado francês simultaneamente. (Quadro 3.16. Anexo 3). Sugerem também a criação de uma parceria com outros eventuais financiadores: empresas francesas e portuguesas, Gulbenkian, UE e países lusófonos como Angola e Brasil.

Uma parte dos dirigentes associativos interrogados (23,8%) pensam que esta escola não é necessária ou não veem o interesse se a escola pública fizer o seu trabalho. (Quadro 3.15. Anexo 3). Afirmam que as escolas francesas são bastante numerosas e chegam para divulgar o português. Pensam que essa escola internacional não teria alunos suficientes e que *“já existem secções internacionais onde devemos reivindicar a integração do Português dentro dessas escolas.”* Estes dirigentes consideram que se devem desenvolver as secções internacionais e as secções europeias nos *collèges* e *lycées*.

Como conclusão deste inquérito podemos dizer que a maior prioridade que é exprimida para uma política de língua em França, pela unanimidade dos dirigentes associativos (97,6%), é a integração mais ampla da língua portuguesa no currículo escolar. Esta integração já existe em algumas escolas, mas qual é a situação atual no conjunto do sistema educativo francês?

## **6. O ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA NOS CURRÍCULOS ESCOLARES FRANCESES**

## 6.1. Um contexto monolíngue

As políticas linguísticas contemporâneas foram definidas no contexto de estados-nação onde as línguas “nacionais” foram privilegiadas em relação as outras línguas. Este modelo de estado-nação falando uma única variedade linguística comum é teórico porque na realidade todas as entidades nacionais são multilíngues e multiculturais pela presença antiga ou recente de populações migrantes num determinado território. Mas este multilinguismo é considerado por muitos estados como uma simples questão de línguas de comunidades minoritárias com pouco ou nenhum impacto na definição de uma política linguística.

Em França o modelo educativo existente na aprendizagem de línguas estrangeiras, visando dar resposta à presença de diferentes culturas minoritárias é classificado na tipologia de Baker (2001:194) como um *modelo monolíngue de submersão* impondo a língua da comunidade maioritária aos grupos linguísticos.

Neste modelo a escola adota apenas uma língua como língua de comunicação e língua veicular dos conhecimentos curriculares. As crianças dos grupos linguísticos minoritários recém chegadas são retiradas parcialmente das classes regulares para aprenderem a língua francesa de maneira mais intensiva com aulas de apoio durante um ano<sup>27</sup>.

Este modelo de *submersão* proporciona o ensino de algumas línguas maternas como disciplina adicional ao currículo regular ou como língua estrangeira. O ensino de línguas estrangeiras é apenas feito como disciplina escolar sem uma função comunicativa na vida quotidiana. É neste contexto que tem sido feito o ensino da língua e cultura portuguesas, ao qual podemos fazer algumas breves referências da sua evolução.

## 6.2. Breves referências sobre a evolução do ensino português (EPE) e do ensino do português em França

Em 1919 a França introduziu o primeiro curso de língua e civilização portuguesa na Sorbonne. No ano seguinte este curso foi também introduzido na universidade de Rennes. Em

---

<sup>27</sup> A escola francesa proporciona às crianças não francófonas a frequência de classes para a aprendizagem intensiva do francês como segunda língua, para assegurar melhores condições de integração. Estas classes designam-se : « UPE2A : unité pédagogique pour élèves allophones arrivants. » *Circulaire n° 2012-141 du 2-10-2012*. Disponível em : [http://www.education.gouv.fr/pid25535/bulletin\\_officiel.html?cid\\_bo=61536](http://www.education.gouv.fr/pid25535/bulletin_officiel.html?cid_bo=61536)

1930 o governo português apoiou o primeiro leitorado de português na Sorbonne. Mas só em 1970, foi aberto o primeiro concurso para o *CAPES*, e em 1973 o português foi assim introduzido em algumas escolas no ensino secundário francês.

Em 1974 foi lançado o concurso d'*Agrégation*<sup>28</sup>. Desde 1974 são integrados 20 assistentes portugueses cada ano nos *collèges* e *lycées*. Em 1975 o governo francês permitiu a introdução do ensino português como ELCO em algumas escolas primárias, financiado por Portugal com o envio de professores, ao abrigo de um acordo bilateral de cooperação. Mas apenas em 2001 algumas aulas de língua e cultura de origem (ELCO) no ensino primário, puderam ser transformadas em ensino de língua viva estrangeira (ELVE), abertas a todos os alunos e integradas no currículo e nos horários escolares normais de algumas escolas. Segundo Pérez, inspetor geral da Educação Nacional, responsável do grupo português (2010:73), em 2001, 21 professores pagos pelo estado português lecionavam cursos ELVE nestas escolas. Também desde 2001 que 10 assistentes brasileiros são integrados cada ano nos *collèges* e *lycées*.

No ano letivo 2003/2004 existiam em França um total de 29.693 alunos de português no ensino básico e secundário: 14.484 no ensino primário (4.939 como ELVE e 9.545 como ELCO) e 15.209 alunos no *collège* e *lycée*<sup>29</sup>.

Em abril de 2006 os ministros da educação de Portugal e da França assinaram um protocolo de cooperação educativa<sup>30</sup>. Este protocolo era determinante para garantir a continuidade do ensino da língua portuguesa entre a escola primária, o *collège* e o *lycée* até ao *baccalauréat* (12º ano), (art. 1º, alínea 4), a progressiva transformação no ensino primário dos cursos ELCO em ELVE (art.1º, alínea, 5), assim como a promoção das secções europeias e internacionais (art. 2º, alínea 1).

Em 2009/2010 o português era ensinado como ELCO em horário pós-escolar a 11.792 alunos em 584 escolas e ensinado como ELVE a 3.284 alunos dentro do horário escolar em 43

---

<sup>28</sup> Os concursos nacionais de *Agrégation* permitem a partir do Mestrado, o acesso ao corpo docente no ensino público francês (*collège*, *lycée* ou universidade) com um estatuto mais prestigiante, horário reduzido e remuneração mais elevada.

<sup>29</sup> Dados de Michel Pérez, numa entrevista à revista *Latitudes*, nº24 - setembro 2005. Disponível em: <http://www.adeba.fr/portugais.htm>

<sup>30</sup> *Protocolo de Cooperação Educativa entre o Ministério da Educação da República Portuguesa e o Ministério da Educação Nacional, Ensino Superior e da Investigação da República Francesa*, assinado em 10 de abril de 2006. Disponível em: <http://portugais.ac-creteil.fr/spip/IMG/pdf/protocolo.pdf>

escolas das academias de Paris, Versalhes, Créteil, Lyon, Aix-Marselha, Amiens, Bordéus, Córsega e Rouen. (Quadro 5. Anexo 1). Fora dos estabelecimentos escolares e sob a responsabilidade da CEPE<sup>31</sup> (Coordenação do Ensino Português no Estrangeiro) a língua portuguesa também era ensinado em 28 associações em forma de AES (Apoio ao Ensino Secundário, 2º e 3º ciclos), onde este não é assegurado pelo ministério francês.

No ano letivo de 2012-2013, o ensino português em França apoiado pelo Camões, IP (Ministério dos Negócios Estrangeiros) abrangeu um total de 14.001 alunos. Este ensino realizou-se em 445 escolas primárias entre as quais 40 o fizeram como ELVE e as restantes como ELCO. A nível do 2º, 3º ciclos e secundário também foi feito um apoio a 37 associações como AES. Também foram apoiadas 18 secções internacionais em vários *collèges* e *lycées* na região de Paris, em Lyon e Grenoble. (Quadro 8. Anexo 1). A nível do ensino superior, o Camões, I.P. apoiou também 16 universidades francesas.

Fora do sistema educativo francês, em Paris o Centro Cultural Camões organizou cursos de PLE (Português língua estrangeira)<sup>32</sup> e de PL2 (Português língua segunda). (Quadro 8. Anexo 1). A rede de ensino apoiado pelo estado português em França inclui assim cursos de português integrados em algumas escolas primárias como ELVE ou opcionais como ELCO, cursos AES de apoio ao 2º e 3º ciclo e ensino secundário e o apoio ao ensino universitário através de leitorados.

Para além deste ensino apoiado por Portugal com o envio de professores e de assistentes, também existe em França a oferta de cursos de português como Língua Viva em LV1, LV2 e LV3 incluídas no currículo do *collège* e *lycée* (do 6º ao 12º ano), feita a cargo do Ministério da Educação francês.

Segundo as estatísticas do ministério francês, também no 2º e 3º ciclos e no ensino secundário houve uma evolução no número de alunos de português, que passou de 9.625 em 2001/2002 a 14.296 em 2010/2011, o que significa uma evolução de mais de 48% (Quadro 6.

---

<sup>31</sup> A rede do EPE é acompanhada pelas Coordenações do Ensino Português no Estrangeiro em cada país onde está presente, em articulação com as estruturas diplomáticas, sob a direção do presidente do Camões, I. P. Decreto -Lei n.º 165/2006, de 11 de agosto, alterado e republicado pelo Decreto -Lei n.º 165-C/2009, de 28 de julho, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 234/2012, de 30 de outubro

<sup>32</sup> Usarei a expressão “Português Língua Estrangeira” (PLE) para referir a situação de aprendizagem, de ensino ou de uso em ambiente exclusivamente formal, ou seja, em que não se verifica a variável imersão. Usarei a sigla “PL2” para referir o uso de língua não materna com um grau mais ou menos frequente fora do contexto escolar.

Anexo 1). Assim segundo estes dados, 43% dos alunos de português em França estão no primário e 57% no *collège* e *lycée*. (Quadro 7. Anexo 1).

No *collège* e *lycée* a língua portuguesa é ensinada como LV1 e em classes bilingues no 6º ano, como LV2 no 8º ano e como LV3 no 10º ano. Segundo dados de Pérez, em 2010/2011 o português era estudado em França por mais de 32.000 alunos em 325 *collèges* e *lycées* e em 549 escolas elementares. Cerca de metade são alunos de português como Língua Viva Estrangeira (LV1, LV2, LV3), 21 secções europeias e 19 secções internacionais.

A língua portuguesa é também ensinada em algumas escolas superiores chamadas «Grandes écoles»<sup>33</sup> como: *Écoles Normales Supérieures, École Normale d'Administration, École Polytechnique, École Nationale du Patrimoine, Centre National de Gestion de la Fonction Publique, HEC, ESC, Écoles d'Ingénieurs : Centrale, TP de Lyon, École Supérieure de Télécommunications de Brest, etc.* Cerca de 20 universidades em França propõem também o ensino da língua portuguesa. Algumas propõem um currículo completo ou simplesmente cursos até à licenciatura ou ao mestrado.

Alguns institutos como a *Fondation Nationale des Sciences Politiques, Institut d'Études Politiques* também propõem o português. Certos *Instituts Universitaires de Formation de Maîtres (IUFM)* admitiam estudantes com uma licenciatura em português para uma preparação dos concursos *CAPES e Agrégation* de português. É através destes concursos que é feito o recrutamento de professores para o ensino secundário. Estes concursos decorreram alternativamente de 2 em 2 anos desde 2005. O concurso de *Agrégation* foi interrompido em 2007.

Para Pérez, (2010:74), esta recente evolução do ensino do português foi possível graças à dinâmica criada pelo Ano do Brasil em França em 2005 e depois com o acordo de cooperação linguística e educativa de 2006, assinado entre os ministros da educação da França, de Portugal e depois do Brasil. Uma campanha de promoção também foi realizada em

---

<sup>33</sup> Segundo a definição do *Ministère de l'Éducation Nationale Française*, uma « Grande Ecole » é um « établissement d'enseignement supérieur qui recrute ses élèves par concours et assure des formations de Haut niveau ». Vários tipos de escolas superiores são chamadas «Grandes Ecoles» como por exemplo as escolas de comércio: 220 escolas privadas na sua maioria, ou as escolas de engenharia: 215 escolas públicas ou privadas.

2006 com a colaboração do estado português, a ADEPBA e a DREIC<sup>34</sup>. Pérez (2010 :72) considera que :

*« Le portugais est enseigné dans toutes les grandes universités et son statut officiel l'intègre à tous les niveaux de l'enseignement: de l'école primaire aux classes préparatoires aux Grandes Ecoles comme les autres grandes langues modernes. (...) Le choix des élèves peut s'exprimer à trois niveaux : à l'École élémentaire comme LV1, au collège et au lycée comme LV2, en option de spécialité ou en option facultative en LV3.»*

No currículo escolar francês são ensinadas as seguintes onze línguas vivas por ordem de importância do número de alunos: inglês, espanhol, alemão, italiano, chinês, russo, português, hebreu, árabe, japonês e as línguas regionais. No ponto seguinte faremos uma análise comparativa do português com algumas destas línguas.

Será que de facto o português é ensinado a todos os níveis e em todas as escolas e grandes universidades, como as outras grandes línguas modernas?

### **6.3. Análise da situação atual do ensino do português em França**

#### **6.3.1. No ensino primário (do 1º ao 5º ano)**

Apesar da consciência multicultural e plurilinguística do ministério da educação nacional francês, não significa que na prática e no terreno a introdução do ensino de português nas escolas seja facilitada. Existe por vezes uma certa relutância na sua implementação. Numerosas resistências no terreno aparecem regularmente.

Por exemplo, a inscrição nos cursos designados por ELCO (Ensino da Língua e Cultura de Origem) é feita mediante questionário distribuído aos pais pelos diretores das escolas primárias. Ora muitos diretores destas escolas recusam distribuir estes inquéritos destinados à pré-inscrição dos alunos e, a maior parte dos diretores apenas o distribui aos alunos filhos de emigrantes que têm um apelido português.

---

<sup>34</sup> Direction des relations européennes, internationales et de la coopération.

Encontramos também exemplos de recusa ou relutância de municípios em aceitar a utilização de salas de aulas nas escolas fora dos horários escolares (às quartas-feiras e aos sábados).

As opções linguísticas das famílias são assim condicionadas por este contexto onde a língua portuguesa é apenas tolerada e não desejada como ELVE no currículo escolar ou ensinada fora do período letivo, como é o caso dos ELCO.

É evidente que nestas condições o estatuto da língua portuguesa em França é considerado menos prestigiante para muitas famílias, representando uma sobrecarga horária para os alunos, porque realizados fora do horário escolar normal.

Este facto pode provocar um sentimento de discriminação e de rejeição por parte dos jovens e das respetivas famílias. Por isso podemos constatar que no ensino básico os alunos que frequentam os cursos de português em França representam essencialmente uma população estudantil lusodescendente e não verdadeiramente autóctone.

Segundo as estatísticas do *Ministère de l'Éducation* (2012:85)<sup>35</sup> na escola primária pública em 2011/2012, o inglês foi a língua mais estudada (91%), e o alemão apesar de uma ligeira baixa, continua a ser a segunda com 7,6%, seguida do espanhol com 1,3%, do italiano com 0,7% e finalmente o português com 0,1%.

O ensino do português que representava 0,3% em 2005/2006, baixou para 0,1% desde 2009/2010 e aparece unicamente em 5º lugar depois do inglês, do alemão, do espanhol, e do italiano. (Quadro 15. Anexo 1).

Apesar de ter havido um aumento anual de 5% do número de alunos na última década, a língua portuguesa é menos procurada pelos alunos do que línguas com menos projeção mundial como o alemão, o italiano ou as línguas regionais. Este dado mostra que o português sofre duma falta de prestígio e está pouquíssimo presente no ensino primário. O número de escolas primárias onde língua portuguesa é proposta aos alunos é fraquíssimo: das 37.603 escolas elementares em 2012, a língua portuguesa era apenas proposta em 445 (0,1%).

---

<sup>35</sup> *L'étude des langues vivantes dans le premier degré*. Disponível em : <http://www.education.gouv.fr/cid57096/reperes-et-references-statistiques.html>

Também podemos constatar que de 2010/2011 a 2013/2014 houve uma forte diminuição do número de alunos de português no ensino primário: de 16.724 alunos o número baixou a 11.551. Em consequência o número de escolas primárias onde o português é ensinado como ELCO também reduziu de 584 estabelecimentos escolares em 2010/2011 a 408 em 2013/2014. Mas constatamos por outro lado um ligeiro aumento do número de alunos no 1º ciclo onde está integrado como ELVE (que passou de 3.075 em 2012 a 3.583 em 2013/2014). (Quadro 9. Anexo1).

### 6.3.2. No *collège* e *lycée* (do 6º ao 12º ano)

Segundo os dados do *Ministère de l'Éducation Nationale* no *collège* e *lycée* (do 6º ao 12º ano), entre 2000 e 2011 o número de alunos aprendentes de português aumentou numa década 55%. (Quadro 6. Anexo 1). Mas este aumento significativo está ainda muito longe de outras línguas como o chinês que aumentou de 457% ou das línguas regionais (+65,9%).

Apesar de nos últimos dois anos ter havido também um aumento importante do número de alunos em língua portuguesa (+4,2% e 6,8%) esta progressão está ainda muito longe do chinês (+14,2% e 8,5%) e do árabe (+34,1% e 10,9%).

A oferta da língua portuguesa é também minoritária no conjunto das escolas secundárias. Nos 11.375 estabelecimentos escolares em 2011 esta foi apenas proposta em 325 (0,3%). Ela é sobretudo procurada por um público de alunos lusodescendentes. Em 2011/2012, 14.903 alunos, isto é apenas 0,3% dos alunos do *collège* e *lycée*, aprenderam o português como 1ª, 2ª ou 3ª língua viva. O português aparece unicamente em 7º lugar muito atrás do italiano (4,3%), das línguas regionais (0,7%) e do chinês (0,4%). (2012:127).

No *lycée*, 7.014 alunos isto é apenas 0,3% dos inscritos estudaram português. Pode-se salientar que a este nível, o número de alunos que estudavam o russo, o chinês ou o italiano é bastante superior. (Quadro 11. Anexo 1). No *lycée* (do 10º ao 12º anos), em 2011, o número de alunos aumentou apenas de 1,2% depois de ter aumentado 6,9% em 2010, o que mostra uma fraca continuidade entre o *collège* e o *lycée*. (Quadro 11. Anexo 1).

Analisando a evolução do número de alunos aprendentes de português no *lycée* ( do 10º ao 12º ano) em LV1, LV2 e LV3, entre 1994 e 2012 verificamos que de 5.515 alunos em 2000 houve um aumento significativo para 7.189 alunos em 2012. Mas notamos que em 2012 a língua portuguesa quase desapareceu como LV1 tendo apenas 249 alunos (3%). Uma grande percentagem de alunos 2.696 (38%), escolheram a língua portuguesa como LV2 e a grande maioria, 4.244 (59%) escolheu-a apenas como LV3. (Quadro 13. Anexo 1).

Como pudemos constatar com os dados de 2011, os alunos do *collège* e *lycée* dão prioridade a outras línguas como o inglês (98%), o espanhol (44%) ou o alemão (15%). Esta opção começou já na escola primária, que como vimos segundo os dados do *Ministère de l'Education Nationale* de 2011-2012, o inglês é a língua estrangeira mais ensinada (91%). Sendo o inglês a LE dominante no currículo escolar, muitas famílias de lusodescendentes optam unicamente pela aprendizagem desta língua reforçando ainda mais a sua posição em completa contradição com as recomendações da Comissão Europeia como já vimos no capítulo 3.4.

No *collège* e *lycée* também constatamos que há pais que encontram resistências e até a recusa de diretores de escolas<sup>36</sup> (*collèges*) em introduzir o português como LVE (Língua Viva Estrangeira).

Também a nível do *collège* e *lycée* podemos constatar o fraquíssimo número de alunos inscritos nas *Sections européennes* e *internationales*. Dos 324.301 alunos inscritos em 2011, apenas 1.165 isto é 0,35% tinham optado pelas secções de português (Quadro 15. Anexo 1).

No entanto podemos constatar um aumento significativo do número de secções internacionais de português que passaram de 6 estabelecimentos escolares em 2010 para 10 em 2013.

---

<sup>36</sup> Várias razões são por estes evocadas como o número insuficiente de alunos para introduzir o curso, a falta de professor ou a sobrecarga horária que pode trazer para o aluno.

### 6.3.3. No ensino superior

No ensino superior o português é ensinado em todas as academias mas apenas 20 das cerca de 80 universidades francesas propõem uma formação em língua portuguesa até ao Mestrado.

Um estudo feito pela Confraria dos Financeiros (2013:3), constata que em 19 escolas superiores nomeadas *Grandes Ecoles* num total de mais de 43.000 estudantes apenas 400 (0,9%), aprendem a língua portuguesa. É de notar também que nestas escolas a língua portuguesa é exclusivamente ensinada na sua variante brasileira, com exceção da escola *SciencesPo* onde são propostas as duas variantes: brasileira e portuguesa e a ENA (*Ecole Nationale d'Administration*) que propõe uma ou outra em função da procura.

Este estudo salienta que nas parcerias entre as *Grandes Ecoles* e as universidades de países lusófonos, «...dans le groupe européen, le Portugal reste très en retrait par rapport à l'Espagne et à l'Italie avec -59 et -35 partenariats, respectivement, avec les écoles de commerce et -41 et -34 partenariats, respectivement, avec les écoles d'ingénieurs. Les pôles de Lisbonne et Porto sont les plus représentés.» (2013:6).

Nos países emergentes (BRIC), o Brasil aparece também bastante limitado em número de parcerias com escolas de comércio comparado com a China e a Índia. Isto mostra que as economias dos países lusófonos ainda não beneficiam de uma imagem de excelência em setores como os negócios e as ciências. Mesmo se algumas parcerias já existem entre a França e o Brasil na área da agronomia, do petróleo, do gás, das minas e no domínio aeroespacial, podemos constatar que a língua portuguesa ainda não beneficia do potencial económico que representam as economias do Brasil de Angola e de Moçambique.

O ensino da língua portuguesa em França também não reflete a importância da comunidade portuguesa, uma das mais numerosas neste país e da sua ligação frequente com Portugal. Tendo em conta o número de estudantes de origem portuguesa existe uma grande diferença de representatividade em relação ao italiano, ao espanhol e ao chinês.

#### 6.3.4. A formação pedagógica dos professores

Um outro domínio para a credibilidade do ensino do português em França, é o da formação especializada dos professores na área do PLE, para garantir uma qualidade pedagógica e científica adaptadas às exigências locais, o que não tem sido o caso até agora com os professores enviados por Portugal.

Já em 2003 o próprio Instituto Camões reconhecia que “(...) a maioria dos leitores, mesmo tendo mestrados ou doutoramentos, exerciam funções de ensino sem terem tido preparação académica específica para tal: eram professores de Português Língua Materna ou até de outras disciplinas e não de Português Língua Estrangeira, cujas metodologias específicas apenas foram aprendendo ‘in loco’.”<sup>37</sup>

Como salientaram também alguns dirigentes associativos no ponto 5.8, a situação atual de envio de professores para o estrangeiro apresenta lacunas importantes. Podemos ainda constatar em muitos professores a inexistência de formação pedagógica específica em PLNM<sup>38</sup>. Desconhecimento também do funcionamento do sistema educativo francês e da realidade local (alojamento, distâncias a percorrer, nível de vida...). Muitos possuem dificuldades no domínio da língua francesa, necessária para uma boa integração na equipa educativa das escolas e para o contacto com os pais que não falam a língua portuguesa.

Mais do que ser falante nativo ou não o que parece determinante para o EPE é que os docentes, primeiros promotores da língua portuguesa, possuam uma boa formação pedagógica. O apoio à formação de professores locais no quadro de um acordo bilateral seria uma maneira de ultrapassar esta dificuldade.

A alínea 3 do artigo 4º do Protocolo de Cooperação Educativa<sup>39</sup> que prevê a organização de estágios de aperfeiçoamento linguístico e pedagógico dos professores de língua portuguesa em Portugal pelo signatário francês, não tem sentido e parece não ser respeitado. Esta formação deveria organizar-se não em Portugal mas em França, dirigida aos

---

<sup>37</sup> *Reestruturação da rede de Docência do ICA, Bolsas, Programas e Pessoal MNE Cultural*, página 2. Documento de resposta a críticas públicas sobre a rede de docência.

<sup>38</sup> Português Língua Não-Materna.

<sup>39</sup> Disponível em: <http://portugais.ac-creteil.fr/spip/IMG/pdf/protocolo.pdf>

professores de PLE. Ela é inexistente, exceto na academia de Versalhes (91) que organiza todos os anos uma semana de formação para professores ELCO.

No âmbito da formação devemos salientar no entanto que têm havido da parte da CEPE de Paris, uma preocupação pela formação anual dos professores vindos de Portugal para o ensino básico e secundário.

Apesar do aumento do número de alunos que desejam estudar português, tem havido nos últimos anos por parte do ministério francês, uma redução nas contratações de professores de português para o ensino secundário e mais de 10% de docentes estão em situação de vínculo contratual precário. O *Ministère de l'Éducation Nationale* interrompeu os concursos para a formação de professores de português em 2008 para o CAPES e em 2007 para a *Agrégation*. Em 2012 a ADEPBA interpelou as autoridades francesas sobre esta situação afirmando que:

*“...que maintes ouvertures souhaitables n’ont pas pu être réalisées et que le recours aux contractuels a parfois atteint des niveaux très élevés (20% dans certaines académies, 50% en Guyane). Parallèlement, les études lusophones dans le Supérieur ont pâti du manque de débouchés qui s’est installé. Cette situation est d’autant plus incompréhensible que d’autres langues, y compris régionales, avec des effectifs moindres, bénéficiaient d’ouvertures de postes annuelles»<sup>40</sup>.*

Esta situação provocou uma diminuição do número de alunos nas universidades.

### 6.3.5. Um défice de imagem positiva

As declarações da Ministra da Investigação e do Ensino Superior, Geneviève Fioraso mostram o défice de imagem positiva em relação à língua portuguesa. Numa entrevista publicada por *Mediapart*<sup>41</sup> em 31 de agosto de 2012, considerou o português uma língua “rara” que não é “indispensável” que esteja em todas as universidades. Estas declarações confirmam as dificuldades que têm sido criadas no sistema de ensino francês nos últimos anos

---

<sup>40</sup> Comunicado da ADEPBA. Disponível em: <http://www.adepba.fr/portugais.htm>

<sup>41</sup> Disponível : <http://www.mediapart.fr/journal/france/300812/universites-la-remise-en-ordre-pas-la-revolution>

revelando preconceitos e desconhecimento da importância da língua portuguesa. Reagindo a esta situação, em 2012 Pascal Cherky, deputado e presidente da câmara do 14<sup>o</sup> *arrondissement* de Paris, interpelou o primeiro-ministro francês sobre o ensino da língua portuguesa em França<sup>42</sup>. Em resposta a esta interpelação, Laurent Fabius ministro dos Negócios estrangeiros, abordou a questão da reatualização do acordo de cooperação educativa de 2006 e o chefe do gabinete do ministro da educação nacional anunciou a realização de um novo concurso prevendo uma sessão do CAPES para 2014.

Como constatamos, a língua portuguesa em França ainda não beneficia de uma imagem positiva no conjunto dos responsáveis políticos. Verificamos que em política de língua muitas vezes as decisões são dependentes de um oportunismo político a curto prazo, da sensibilidade da opinião pública em determinado momento ou dos limites orçamentais que o contexto de crise impõe.

Para uma gestão coerente a médio e a longo prazo é necessário que os respetivos governos, francês e português tomem decisões fundadas em dados mais objetivos tendo em conta a importância da comunidade portuguesa em França, a evolução demográfica e económica dos países lusófonos e a evolução do mercado do trabalho a nível europeu e internacional.

A intensificação da mobilidade profissional e geográfica exige diferentes competências linguísticas e interculturais. A plena integração da língua portuguesa nos vários níveis de ensino em França seria uma mais-valia para o desenvolvimento destas competências. Nesta perspetiva o consenso dos sucessivos governos portugueses é fundamental para negociar com a França uma política de língua eficaz baseada na reciprocidade e no princípio de um Europa plurilingue e multicultural.

Será que os diferentes governos portugueses tiveram esta ambição política? Que objetivos fixaram para promoção do ensino da língua portuguesa no estrangeiro? Foram planeados meios para a sua integração nos currículos escolares dos países de acolhimento das comunidades portuguesas?

---

<sup>42</sup> Carta dirigida ao 1<sup>o</sup> ministro francês Jean-Marc Ayrault a 23/09/2012. Disponível em: [http://www.adepta.fr/doc\\_pdf/Pascal\\_CHERKI\\_Enseignement\\_de\\_la\\_langue\\_portugaise\\_en\\_France.pdf](http://www.adepta.fr/doc_pdf/Pascal_CHERKI_Enseignement_de_la_langue_portugaise_en_France.pdf)

**7. QUE POLÍTICA PARA A PROMOÇÃO  
DO ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA  
NO ESTRANGEIRO?**

Uma política de língua serve para a promoção externa da língua. É uma forma de contribuir para o relacionamento e o entendimento com outros povos e outras culturas. Ela corresponde aos interesses estratégicos e particulares de cada estado. No âmbito da lusofonia Portugal tem sido o principal promotor da língua portuguesa no mundo até agora. Quais são as linhas diretoras da sua política linguística?

O âmbito da política de língua é vasto e engloba aspetos como a valorização da cultura portuguesa no mundo, a tradução e a divulgação da literatura portuguesa no estrangeiro ou a afirmação do português como língua de comunicação nas grandes instâncias internacionais.

Neste capítulo quero apenas salientar os aspetos que se destacam nos programas dos sucessivos governos em relação às comunidades portuguesas, ao ensino do português como língua estrangeira e à sua integração nos currículos escolares.

#### 7.1. O ensino da língua aos filhos dos emigrantes

Desde do *Programa do I Governo Constitucional* (1976-1978) que a política de difusão da língua e cultura portuguesas no estrangeiro foi concebida entre outras dimensões (como o seu posicionamento nas relações internacionais), em estreita ligação com a política de emigração, procurando constituir “*um sistema eficaz e coordenado do ensino da língua portuguesa em escolas para os filhos dos emigrantes portugueses*” (1976-1978:131). Os sucessivos governos mantiveram sempre esta orientação centrada nas comunidades portuguesas emigradas pelo mundo.

A perspetiva de integração da língua portuguesa nos currículos dos sistemas educativos de países estrangeiros surgiu somente com o *Programa do IX Governo Constitucional* (1983-1985) no momento em que Portugal negociava a sua adesão à CEE. Na perspetiva do governo esta integração da língua nos sistemas educativos não passava pela negociação direta com os governos dos países europeus de acolhimento, mas exclusivamente pela motivação das comunidades que deveriam exigir e conseguir essa integração: “*Tomar consciência de que a definitiva implantação da língua e da cultura portuguesa nos quadros educacionais e culturais dos países europeus não difere da solução do problema cultural na*

*nossa emigração nos mesmos países, porque, motivadas, serão estas mesmas comunidades que a exigirão e conseguirão.*”(1983-1985:79).

Uma das principais medidas, na perspectiva deste governo, era o alargamento da rede de ensino de português no estrangeiro, e a difusão da cultura portuguesa nos principais países de acolhimento das comunidades portuguesas (1983-1985:20). A reflexão e a revisão do sistema do ensino português no estrangeiro deveria operar-se através de contactos com as associações de emigrantes e com as autoridades dos países de acolhimento. (1983-1985:78).

Mas como é que as estas comunidades portuguesas no estrangeiro poderiam ser protagonistas desta negociação se elas próprias não possuem uma autoestima suficiente da sua língua de origem?

Como constatamos no capítulo 4 sobre as características da comunidade portuguesa em França, a maioria dos residentes portugueses não são uma elite cultural. Esta comunidade veio procurar melhores condições de trabalho e de educação que o seu país de origem não lhe proporcionou. A sua principal preocupação é a integração socioeconómica no país que a acolheu e não a transmissão da sua herança histórico-cultural. Nesta perspectiva fundar uma política de língua na motivação das comunidades portuguesas para exigir a sua implantação nos currículos escolares estrangeiros estava ainda longe de ser um objetivo alcançável.

O *Programa do X Governo Constitucional (1985-1987)* continua com a mesma orientação. O ensino do português no estrangeiro é uma missão integrada no sistema educativo português. Este governo atribui uma importância fundamental à preservação e à expansão da nossa língua no mundo e em particular às comunidades portuguesas.

*“Aperfeiçoamento do ensino do português e difusão da cultura portuguesa junto das comunidades portuguesas, pela revisão de objetivos, métodos e esquemas de apoio, pela coordenação entre as diversas entidades que no estrangeiro promovem a cultura e língua portuguesas (...)”* (1985-1987: 59)

## 7.2. A motivação das comunidades portuguesas no estrangeiro

O *Programa do XI Governo Constitucional (1987-1991)* continua a apoiar a sua política de difusão da língua e cultura portuguesas nas iniciativas das associações e na

*“Motivação dos portugueses residentes no estrangeiro para o desempenho do papel que lhes cabe não só de agentes económicos, mas também de importantes agentes culturais, quer em relação às comunidades portuguesas em que se integram, quer em relação às sociedades de acolhimento.”*(1987-1991:77).

Para além da necessidade da reestruturação e apoio especial ao ensino do português junto das comunidades, aparece pela primeira vez neste programa também a necessidade de *“maior integração do ensino do português nos sistemas educativos dos países de acolhimento.”* (1987-1991:77).

No *Programa do XII Governo Constitucional (1991-1995)* a perspetiva da integração do ensino do português nos sistemas educativos estrangeiros parece ter desaparecido. Este governo considera

*“ de relevância particular a definição de um projeto cultural que, tendo em conta as características das comunidades portuguesas assuma como principal objetivo a preservação e a divulgação da língua e cultura portuguesas e assuma e desenvolva os laços com as novas gerações de lusodescendentes.”*(1991-1995:73)

Um projeto cultural que tenha em conta as características das comunidades portuguesas parecia ser pertinente. Uma política de língua eficaz deve ter em conta as condições específicas de cada país reconhecendo o seu contexto cultural e o seu público alvo. Mas não se deveria limitar apenas aos lusodescendentes e abranger uma população mais larga e autóctone.

Em 1992 foi criado o Instituto Camões com o objetivo de ser *“uma resposta integrada e moderna aos imperativos da defesa da língua e valorização da cultura portuguesas”* (Preâmbulo de Decreto-Lei nº 135/92 de 15 de Julho).

Nas suas atribuições incluía-se a promoção e o apoio ao *ensino português no estrangeiro* que inclui disciplinas como a história e a geografia, e não unicamente o ensino da língua portuguesa no estrangeiro. Esta expressão *ensino português no estrangeiro* mostra um ensino exclusivamente orientado para as comunidades de emigrantes portugueses e lusodescendentes no estrangeiro.

### 7.3. A língua portuguesa como língua estrangeira

Só apenas durante a vigência do *XIII Governo Constitucional (1995-1999)*, que continua a apoiar o ensino da língua, junto das comunidades portuguesas no estrangeiro, aparecem as expressões “*língua portuguesa como língua estrangeira*” consagradas no Decreto-lei n° 170/97 de 5 de Julho.

Foi este governo que acabou finalmente por integrar o Instituto Camões no MNE. Pela primeira vez o Instituto Camões podia “*incentivar a criação de associações culturais (...) para promover a difusão da língua e da cultura portuguesas no estrangeiro*” (Decreto-Lei n° 70/97, art. 19°).

Este artigo abria assim a porta à criação de escolas de línguas privadas e ao apoio às associações das comunidades dedicadas à difusão da língua e cultura portuguesas. O Instituto Camões passou a ser com o *XIV Governo Constitucional (1999-2002)*, a principal

“... *instituição coordenadora da política de promoção e de expansão da língua portuguesa no mundo, dando particular projeção a ações de apoio à utilização do português como língua de trabalho nas organizações internacionais e ao ensino de português como língua segunda, e a didática do português no estrangeiro.*”(1999-2002:117)

O Centro de Língua de Paris foi apresentado no programa deste governo como “*especialmente vocacionado para o ensino do Português Língua Estrangeira na Europa*” (1999-2002:122).

Podemos dizer que foi este governo o que mais afirmou uma política de língua para além das comunidades portuguesas e das fronteiras da lusofonia. Nas suas linhas de ação aparecem pela primeira vez entre outras medidas, a conceção de programas de formação de professores de PLE, produção de materiais de ensino de PLE e de um sistema de certificação e avaliação de PLE.

#### 7.4. A integração da língua portuguesa em currículos estrangeiros

Em 2005, dezassete anos depois de o *XI Governo Constitucional* ter incluído no seu programa a negociação para a integração da língua portuguesa nos currículos dos países de forte presença portuguesa, este objetivo parece ainda não ter sido atingindo. O *Programa do XVII Governo Constitucional (2005-2009)* continua a afirmar a necessidade da integração da língua portuguesa nos currículos estrangeiros, introduzindo o princípio da reciprocidade:

*“Encetar negociações, baseadas no princípio da reciprocidade, com os países de acolhimento das comunidades portuguesas, destinadas a garantir o ensino do português aos lusodescendentes e a favorecer a integração da língua portuguesa em currículos estrangeiros;*

*“Recorrer à utilização intensiva dos meios audiovisuais e das tecnologias de informação e comunicação com vista a fomentar a aprendizagem do português como língua não materna.” (2005-2009:157).*

O princípio da reciprocidade tem sentido no caso da França porque o francês continua a ser a segunda língua estrangeira do ensino básico e secundário em Portugal, apesar do número de aprendentes de francês ter baixado bastante desde os anos 70 em prol do inglês. Segundo os dados do Ministério da Educação, em Portugal cerca de 230.000 alunos continuam a estudar a língua francesa.

Perdendo a predominância de outrora, o francês continua a ser estudado por quase um terço dos alunos do ensino secundário. Este é um dos argumentos incontornáveis a ter em conta nas negociações com as autoridades francesas na perspetiva da integração da língua portuguesa no currículo escolar em França. Mas o princípio da reciprocidade não se pode

generalizar a todos os países. Este argumento deixa de ter sentido no caso de países onde o fluxo de imigrantes portugueses ou lusófonos não coincide com as línguas que fazem parte do nosso sistema de ensino básico ou secundário.

*O Programa do XVIII Governo Constitucional (2009-2011) para além de dar prioridade à promoção e expansão da rede de ensino da língua e cultura portuguesa, para além da Europa e fora do espaço da CPLP, enquadrada na nova missão de que o Instituto Camões está investido, também tinha como projeto criar "incentivos ao mérito para as associações que se destaquem na sua atividade em prol da Comunidade que servem." (2009-2011:125). A promoção de difusão da língua portuguesa nestes espaços seria feita "através de criação de centros de ensino e iniciativas diplomáticas com vista ao seu reconhecimento e integração curriculares;" (2009-2011:127).*

*O Programa do XIX Governo Constitucional (2011-2014), parece querer dar continuidade aos projetos anteriores de negociação com os países de acolhimento das comunidades portuguesas com vista à integração da língua portuguesa em currículos estrangeiros. Mas a promoção da aprendizagem do português como língua não materna ou PLE, parece não ter continuidade. No âmbito da política de língua este governo tem como programa:*

*"- Reformar e projetar o Instituto Camões como instrumento vital da política externa cultural e da afirmação de uma política da língua ;  
- Acautelar um serviço eficiente no ensino e divulgação da língua portuguesa no mundo..." (2011-2014: 104).*

Nesta perspetiva o governo pretende valorizar as comunidades portuguesas no estrangeiro apostando no seu valor estratégico e *"Eleger o ensino do português como âncora da política da diáspora;" (2011-2014: 105).* O ensino da língua portuguesa fica assim circunscrito aos países e às comunidades onde se fala a nossa língua apoiando as entidades que já trabalham na sua promoção. Para colocar a língua no centro da agenda política o programa do governo afirma também que

*"... irá apoiar o reforço do papel do Português como língua de comunicação internacional junto das instâncias internacionais e em profunda concertação com os*

*restantes países da CPLP, relembrando que, mais do que criar novas entidades de promoção da Língua, interessa potenciar aquelas que já existem, sejam elas de carácter associativo, académico ou político; nessa medida, reavaliará a execução e gestão do Fundo da Língua Portuguesa.” (2011-2014:122-123).*

#### 7.5. Uma política de promoção da língua para além das comunidades portuguesas dinamizada pela lusofonia

Podemos constatar nos sucessivos governos, independentemente das suas orientações ideológicas, um consenso nacional sobre a importância de promover e defender a língua portuguesa no mundo. Uma outra constatação é a permanente ligação e dependência entre a política de língua e as comunidades emigradas, deixando de lado o ensino do PLE e a sua integração nos sistemas educativos estrangeiros.

A promoção e a divulgação da língua portuguesa resumiu-se essencialmente ao apoio aos países que a falam e às comunidades portuguesas no estrangeiro. Sabendo que estas na maioria deixaram de utilizar a sua língua de origem (como vimos no ponto 4.5), e que a sua principal preocupação é a integração económica e social no país de acolhimento (pontos 4.3 e 4.4), parece não ter sido uma boa estratégia dos sucessivos governos.

O conceito de Ensino Português no Estrangeiro tal como tem vindo a ser concebido incluindo matérias como a história e a geografia, visando os lusodescendentes do ensino básico e secundário, na perspectiva de um eventual regresso ao país, parece desatualizado.

O número de regressos de filhos de emigrantes em idade escolar não justifica esta modalidade de ensino. Como vimos no ponto 4.6, apesar duma relação forte com Portugal, apenas 5% dos lusodescendentes pensam ir viver para Portugal.

A promoção da língua portuguesa no estrangeiro não se pode limitar às comunidades portuguesas nem ao público do meio universitário. Ele deve popularizar-se e alargar-se a um público mais vasto preferencialmente àquele que não tenha o português como língua materna ou língua de origem. Um indicador de uma boa estratégia de política de língua seria o aumento progressivo do número de alunos na população autóctone.

Uma política de língua eficaz deve ter em conta as condições específicas de cada país reconhecendo o seu contexto cultural e o seu público alvo, não se limitando apenas aos lusodescendentes mas sim uma população mais abrangente.

Assentar uma política na motivação das comunidades portuguesas e no empenhamento das suas associações é limitar a dimensão da língua portuguesa a estas comunidades reduzindo-a à ideia de língua minoritária de imigrantes<sup>43</sup>.

Por outro lado, apesar de ser uma língua global, o português é considerado como uma língua minoritária no seio da UE. O principal obstáculo à integração da língua portuguesa no currículo escolar em França tendo em conta as diretivas europeias é o facto de ser na Europa uma das línguas com menos falantes nativos dentro do espaço europeu. A força da lusofonia em número de falantes situa-se fora da Europa. Por isso é importante que uma política de valorização da língua portuguesa não esteja unicamente ligada à motivação da comunidade portuguesa e dos seus descendentes (que como constatamos não valorizam a sua língua de origem), mas assente sobretudo na dimensão da lusofonia.

A afirmação da língua portuguesa como uma das línguas europeias mais faladas no mundo, em países emergentes como o Brasil e Angola e cada vez mais procurada por outros como a China, pelo seu valor estratégico, serão certamente argumentos com mais peso para a integração da nossa língua no currículo escolar francês. Esta afirmação liberta o português da conotação que infelizmente ainda persiste, de língua minoritária de imigrantes na Europa.

O português afirmar-se-ia assim como uma língua internacional da União Europeia, de expressão universal sendo uma mais valia nos currículos escolares dos cidadãos franceses e não apenas para os lusodescendentes. É urgente que o governo e as suas instituições mudem de discurso oficial e de estratégia não insistindo numa política de língua baseada nas comunidades portuguesas. Ela é discriminatória e não traz resultados suficientes. Como afirma Da Silva (2005:203),

*“Ao fim de dezenas de anos de insistência numa política de língua fundada na reserva da língua para os falantes de origem, seria talvez tempo de assumir que*

---

<sup>43</sup> Desde do Tratado da União em 1992, os portugueses são considerados cidadãos europeus. São considerados imigrantes apenas os nacionais de países terceiros.

*os resultados, não haja ilusões, são parcos para tantos anos de trabalho. O caminho é a rotura com esta visão de defesa “étnica” da língua portuguesa e avançar para o desapossamento e para a libertação da língua portuguesa...”*

Definir uma política de língua ambiciosa e exequível (planeada e estruturada a médio e a longo prazo) é pensar a língua portuguesa de uma forma global, na sua dimensão internacional definindo estratégias comuns no âmbito da lusofonia com os outros parceiros da CPLP. Se no seio da lusofonia Portugal tem sido o principal promotor da língua portuguesa no mundo até agora, o Brasil pelo gigantismo da sua população e da sua economia emergente, começa também a dar uma visibilidade cada vez maior à língua portuguesa na cena internacional. Uma política de promoção da língua portuguesa poderia ser o resultado de uma concertação no âmbito da lusofonia numa expressão de interesses comuns no seio da CPLP.

A definição de uma política de língua e de planeamento linguístico para a difusão do português no exterior também não parecem assentar em estudos fundamentados e de rigor científico tendo em conta a realidade local de cada país e das comunidades portuguesas aí presentes. O próprio Presidente da República reconhece esta fragilidade quando afirma que *“A questão do português é uma questão política, um desígnio nacional, uma opção fundamental que concerne toda a sociedade portuguesa. É urgente tomar decisões políticas, que assentem numa base científica rigorosa.”*<sup>44</sup>

É necessário um planeamento linguístico a médio e a longo prazo com os recursos financeiros necessários para levar a cabo os programas planificados. Só uma planificação estruturada permitirá um empenhamento profissional e político e a avaliação do desempenho e do impacto dos programas e atividades realizadas.

Vários dados poderão ajudar a avaliar a eficácia de uma política para a promoção do ensino da língua portuguesa como por exemplo: o número de alunos que frequentam os diferentes níveis de ensino nas escolas públicas, privadas e associações; o número de escolas e universidades onde o português está integrado no currículo; o número de formações específicas realizadas para os professores de PLE e a produção de material pedagógico nesta

---

<sup>44</sup> Sessão de encerramento do encontro *Língua Portuguesa: Presente e futuro*. Realizado em Lisboa entre 6 e 7 de dezembro 2004 e organizado pela Fundação Calouste Gulbenkian). Discurso reproduzido no livro das atas publicado em fevereiro de 2005.

área. Para ter dados objetivos e rigorosos, uma avaliação externa e independente de oportunismos políticos seria necessária.

Vimos os limites das orientações políticas dos sucessivos governos, na fraca presença da língua portuguesa no sistema escolar francês comparada com outras línguas com menos dimensão demográfica e geopolítica.

Uma política de língua ambiciosa não se pode reduzir ao ensino português a lusodescendentes nem assentar unicamente na capacidade de negociação da comunidade portuguesa em França para uma integração mais ampla do PLE nos currículos escolares franceses.

A comunidade através das suas associações desenvolve já ações a nível local mas não será ela sozinha que poderá exigir mudanças significativas a nível nacional e institucional. É o estado que através duma estratégia mobilizadora e de renegociação do acordo de cooperação linguística e educativa poderá garantir uma mudança significativa.

Como vimos no capítulo 2.3, as decisões sobre o ensino das línguas são unicamente tomadas a nível das grandes instâncias macro políticas e ausentes do debate público. Mas para que as opções tomadas pelos decisores políticos tenham êxito, não podem estar em conflito com as práticas sociais da comunidade. Por isso as associações são e deveriam ser cada vez mais, parceiros e atores incontornáveis para uma política de língua. A sua presença e proximidade junto dos cidadãos e das instituições locais as torna indispensáveis para a definição, a implementação e o sucesso de uma política de língua.

A comunidade portuguesa em França pelo seu peso demográfico, económico e geopolítico pode ter um papel importante na afirmação de uma política de língua mais ambiciosa. Como referi no enquadramento teórico, as opções tomadas pelas famílias de lusodescendentes de usar ou não o português como língua na comunicação familiar ou de inscrever ou não os seus filhos nas aulas de português em França, constituem também opções de planeamento linguístico ou de política de língua na sua dimensão micro.

Vimos como a quase totalidade dos dirigentes inquiridos (95,2%) acha que as associações de portugueses devem contribuir para a divulgação e a valorização da língua portuguesa como fazendo parte das suas responsabilidades.

Nesta perspectiva a rede associativa da comunidade portuguesa pode implementar várias ações destinadas às famílias e às instituições locais, afim de preservar e promover a riqueza do plurilinguismo, o valor da língua portuguesa e a aprendizagem desta dentro e fora da comunidade.

Muitas sugestões já foram feitas pelos próprios dirigentes associativos e algumas delas ultrapassam a sua capacidade de ação e são da responsabilidade do estado. No capítulo seguinte evocamos simplesmente aquelas em que as associações poderão desempenhar um papel fundamental como atores de uma política de promoção do ensino da língua portuguesa a nível local.

## **8. PROPOSTAS DE POLÍTICA DE LÍNGUA A IMPLEMENTAR NA REDE ASSOCIATIVA**

## 8.1. Valorizar a riqueza da educação bilingue aprendendo a língua portuguesa

Para sensibilizar e implementar uma política de língua junto das famílias de lusodescendentes e da comunidade escolar em geral baseada na riqueza da diversidade linguística, é necessário não só fazer um diagnóstico da situação atual, mas também ter como base os resultados da investigação psicolinguística no domínio da educação bilingue.

Os estudos nesta área mostram que o tempo curricular atribuído ao ensino da língua materna ou da língua de origem do estudante não prejudica em nada o desenvolvimento da sua língua maioritária. Estes estudos afirmam a existência de uma correlação positiva entre o desenvolvimento de uma língua materna e a língua maioritária.

Os alunos que desenvolvem competências na sua língua de origem podem atingir níveis de proficiência mais elevados na língua maioritária do que aqueles que não são escolarizados na sua língua de origem.

Este princípio da interdependência é afirmado por Cummins (1981:29): *“To the extent that instruction in Lx is effective in promoting proficiency in Lx, transfer of this proficiency to Ly (either in school or environment) and adequate motivation to learn Ly”*. Também Lambert (1974, citado por ILTEC, 2008:274) defende o conceito do bilinguismo aditivo. Resultados de estudos afirmam que *“os indivíduos bilingues são mais conscientes da língua (habilidades metalinguísticas) e têm acrescida facilidade na aprendizagem de novas línguas”*.

Por outro lado um estudo do *Ministère de l'Education nationale* do Luxemburgo (2005:24) mostra também que *«L'emploi de la langue maternelle à l'école permet aux jeunes portugais de se sentir 'soi-même'. Ceci constitue un aspect sécurisant et valorisant extrêmement important pour l'équilibre personnel et la construction de l'identité, bases indispensables à une bonne intégration.»*

Também é importante salientar junto das famílias uma outra vantagem a curto prazo da aprendizagem do português no ensino básico e secundário: no 12º ano (*Baccalauréat*) os alunos que façam o exame de português e obtenham uma boa nota esta aumenta a média geral, abrindo assim mais perspetivas para a continuidade dos estudos.

## 8.2. Valorizar a riqueza da diversidade linguística

Como vimos no ponto 6.3.2, em 2011 apenas 0,3% dos alunos do *collège e lycée* em França (do 6º ao 12º anos), aprenderam o português como 1ª, 2ª ou 3ª língua viva. Esta fraca percentagem repercute-se depois nos níveis de ensino superiores.

Muitas famílias francesas ou lusodescendentes optam unicamente pela aprendizagem do inglês pensando nas vantagens para o mercado de trabalho que este pode trazer. Ora constatamos cada vez mais que o inglês é cada vez menos tratado como uma “língua estrangeira” fazendo parte duma aprendizagem básica e precoce como qualquer outra matéria escolar. Isto significa que no mercado do trabalho saber inglês já não fornece uma vantagem comparativa como antes e que para se distinguir os alunos devem procurar qualificações em outras línguas estrangeiras. Este facto é uma oportunidade para a difusão do português que assim encontra um espaço disponível para se afirmar como segunda língua estrangeira.

## 8.3. Afirmar o valor económico da língua portuguesa

Vimos que os dirigentes associativos constatam que os pais têm pouca consciência da importância da língua portuguesa na valorização do currículo escolar dos seus filhos: “*os pais não acham necessário para o mercado do trabalho*” (capítulo 5.6). O valor económico da língua portuguesa pode constituir um argumento de peso nas opções linguísticas feitas pelas famílias francesas e lusodescendentes. É importante mostrar a estas famílias que fatores demográficos e económicos estão a implementar a difusão do português.

O forte crescimento demográfico e económico do Brasil e dos países lusófonos da África e as relações entre estes e a China está a contribuir para o aumento de lusofalantes e também para que o português seja cada vez mais procurado como língua de comunicação nas relações internacionais. Assim aprender português é um investimento que pode trazer uma mais-valia no mercado do trabalho.

Para Beacco e Byram (2003:46), o investimento no ensino de línguas traz benefícios e mais-valias para a sociedade e a economia em geral:

*“La connaissance des langues possède désormais une valeur sur le marché de l’emploi: elle peut être un critère de recrutement et les individus qui possèdent certaines compétences en langues peuvent bénéficier de revenus supérieurs, à emploi égal. (...) il est possible d’admettre qu’investir dans les langues, à travers les systèmes éducatifs, conduit à un bénéfice social global. »*

A língua portuguesa é também uma mais valia para a própria economia francesa. Integrar e valorizar o português nos vários níveis de ensino é permitir à França estar mais presente e se afirmar na economia globalizada. A presença de quadros lusófonos em empresas nos diferentes setores da economia e da administração francesas, é um instrumento fundamental para facilitar os negócios e a cooperação entre a França e os países lusófonos nos vários continentes.

#### 8.4. Difundir informação aos lusodescendentes e a um público mais vasto

Uma ação fundamental é a de valorizar a língua portuguesa junto das famílias lusodescendentes. Tendo em conta que em França a comunidade portuguesa é uma das mais numerosas neste país, o número de alunos que frequentam as aulas de português é ainda fraquíssimo comparado com outras línguas. (Quadro 11. Anexo 1).

Ainda há muitas famílias que não inscrevem os filhos nas aulas de português. Porque é que elas não reivindicam este direito? Será que elas sabem que os filhos podem aprender esta língua na escola que frequentam ou numa próxima? Será que elas têm consciência da mais valia que significa para o futuro profissional dos filhos a aprendizagem desta língua? Vimos que os próprios dirigentes associativos constataam que *“muitos pais desconhecem que estes cursos existem e como fazer para inscrever os filhos”*.

A difusão da informação aos pais e às escolas é fundamental. Um trabalho de informação e de argumentação é necessário para sensibilizar estas famílias. Para fazer face a este défice de informação, a rede associativa poderia propor, em colaboração com o Conselho das Comunidades Portuguesas (CCP), a realização de curtos vídeos explicativos e pô-los a circular nos média da comunidade em França, nos canais internacionais das televisões portuguesas e também nas redes sociais.

A perspetiva do Camões, I.P. através da Coordenação do Ensino Português de permitir aos pais um melhor acompanhamento do ensino e da aprendizagem através da informação sobre o programa do ano escolar e do sumário de cada aula dada, vai certamente conduzir a um maior empenhamento dos pais no acompanhamento das aprendizagens. Também a passagem da modalidade ELCO ao ELVE, a abertura de classes bilingues no 6º ano e a certificação dos conhecimentos por níveis de competência, contribuem para uma maior valorização e credibilização da aprendizagem da língua e cultura portuguesa junto das famílias e no sistema escolar francês.

A difusão da informação deve atingir um público vasto para além da comunidade portuguesa afirmando o valor da língua portuguesa como língua de cultura e de comunicação internacional. Para isso um trabalho essencial a fazer na renegociação do acordo de cooperação linguística, é o de suprimir a designação ELCO (Ensino da Língua e Cultura de Origem) no ensino primário. Ela reduz a língua portuguesa a uma língua minoritária de imigrantes e não valoriza a riqueza da língua portuguesa como língua internacional e pluricultural.

Esta expressão reforça a ideia em muitas famílias e diretores de escolas, de que se trata dum ensino exclusivamente acessível a alunos de origem portuguesa. Por isso em muitas escolas, os professores e diretores nem sequer informam as famílias mistas de origem portuguesa com apelido francês, da existência destes cursos. Ora a abertura de novos cursos depende muito da procura e dos pedidos que são feitos pelos pais junto dos diretores do ensino básico e secundário e pelos próprios alunos nos níveis de ensino superior.

Vimos que pouco mais de um terço das associações interrogadas declaram ter pedido apoio à Coordenação de Ensino Português em França, para a valorização e a divulgação da língua e cultura portuguesa. Ora uma das missões desta é a colaboração no apoio às iniciativas de associações portuguesas e é conhecida a sua inteira disponibilidade para o fazer quando solicitada por estas. Apoiadas pela Coordenação as associações poderiam integrar nos seus objetivos a preservação e a expansão do português para além da comunidade portuguesa.

A rede associativa poderia difundir a Carta Escolar<sup>45</sup> junto não só das famílias da comunidade lusófona mas do público francês em geral, sobre o ensino de português como Língua Viva Estrangeira desde o ensino básico até às secções internacionais e europeias de língua portuguesa, universidades e *Grandes Ecoles*.

Esta informação sobre o ensino português ou o ensino do português deve ultrapassar largamente a comunidade portuguesa e ser facilmente acessível a um vasto público através da televisão, internet, rádios locais, anúncios nas câmaras, jornais nacionais e municipais, escolas e bibliotecas.

As associações poderiam também apoiar a integração do ensino português nos vários níveis de ensino nomeadamente nas secções europeias e internacionais, sobretudo em zonas estratégicas de desenvolvimento económico e de forte presença de comunidades lusófonas.

Um trabalho de formação de “embaixadores da língua portuguesa” nas associações poderia realizar-se em parceria com a CCPF, ADEPBA e a Coordenação do Ensino Português. Este trabalho conjunto poderia produzir um meio pedagógico prático para formar com ferramentas que explicitem: Porquê promover a língua portuguesa, como, onde, com quem e com que meios? Também poderia ser criado um blogue de partilha de experiências de promoção da língua portuguesa nos vários países.

## 8.5. Promover intercâmbios e produtos culturais em língua portuguesa

Uma cultura manifesta-se através de uma língua. Língua e identidade cultural estão intimamente ligadas. O português tem a vantagem de ser uma língua pluricultural.

Em França os jovens consomem sobretudo os produtos culturais mais presentes e facilmente acessíveis. É por isso importante promover produtos culturais lusófonos junto dos pais e alunos como por exemplo: livros, jornais, CD, vídeos, *sites* na internet, concertos, festivais de cinema e de teatro, eventos artísticos, desportivos, etc. Eles contribuem para aumentar o prestígio da nossa língua e para consolidar uma dupla identidade linguística e cultural.

---

<sup>45</sup> Lista de todas as escolas onde existem cursos de português em França nos vários níveis de ensino.

A maioria dos lusodescendentes raramente lê livros, revistas ou vê filmes em português no contexto familiar. Os pais e os avós podem ser apoiados para que em casa promovam a compreensão e a expressão oral e a leitura em português o mais cedo possível e de maneira intensiva.

Em França o ensino de português é feito num contexto minoritário e por isso é necessário criar uma forte parceria com a família e a motivação dos pais é indispensável.

As associações poderão promover produtos culturais que incentivem os pais a utilizar o mais possível a língua portuguesa na comunicação quotidiana com os filhos criando por exemplo rituais de leitura em português, num ambiente dinâmico e afetuoso, favorável à aprendizagem, ver um filme ou escutar uma emissão de televisão ou de rádio em português.

As associações poderão também propor aos diferentes intervenientes na política de língua: instituições do estado, escolas, professores, pais, empresas... a organização de competições desportivas, geminações, intercâmbios escolares ou estágios em empresas de países lusófonos.

Beacco e Byram (2003:90) sugerem atividades que poderiam ser organizadas pelo próprio sistema educativo para a aprendizagem de línguas:

*« ...tout particulièrement dans des pédagogies du projet, de la résolution de problèmes, de la simulation et du jeu ou encore dans des activités promues par le système éducatif: séjours d'études, échanges scolaires, jumelages, formations sportives et compétitions, activités sociales internationales (chantiers de jeunesse, programme de coopération avec les pays en développement, chantiers archéologiques ou écologiques). »*

A difusão da informação sobre o ensino de português em França nos média como por exemplo a RTPI, *Radio Alfa* ou o *Lusojornal* é um outro meio de implementar uma política de língua. Os alunos também podem ser entrevistados ou escrever artigos.

## 8.6. Sensibilizar os diferentes decisores locais

É fundamental sensibilizar os diferentes decisores locais sobre a mais valia de uma educação plurilingue e intercultural, analisando as consequências a longo prazo de soluções simplistas e estandardizadas como por exemplo o ensino precoce do inglês, ou da mesma língua para todos. Como afirmam Beacco e Byram (2003:77),

*«Sont particulièrement concernés par de telles actions de formation et de sensibilisation les membres des conseils municipaux et les responsables d'établissements (directeurs d'écoles primaires, d'établissement de second degré). Ils disposent souvent de pouvoirs de décision relativement aux enseignements (optionnels, par exemple), à l'affectation de crédits à des actions de formation spécifiques. Il est sans doute opportun de leur faire davantage percevoir la complexité des questions de langues, pour qu'ils évitent de privilégier systématiquement quelques solutions standards. (...) Mais les décideurs auraient avantage à être en mesure de mieux en évaluer les effets à terme sur l'éducation. »*

Inseridas nas realidades locais, as associações de portugueses através das associações de pais e de lusodescendentes eleitos como autarcas, podem ter um papel ativo junto dos conselhos municipais e dos diretores de escolas para a abertura de novos cursos de portugueses integrados nos currículos escolares. Várias ações já são realizadas pelas associações mais dinâmicas com o objetivo de dar mais visibilidade à língua e à cultura portuguesa a nível municipal. Outras poderão ser planificadas, como por exemplo:

- Estimular a participação cívica da comunidade portuguesa nomeadamente os pais de alunos, para participarem nos conselhos municipais abertos aos habitantes e a se inscreverem nas listas eleitorais de maneira a ter mais peso político.
- Propor atividades culturais de intercâmbio e de gemação de cidades e de escolas entre a França, Portugal ou outros países lusófonos. Uma prioridade pode ser dada às atividades com cidades já geminadas com Portugal e às cidades francesas que atualmente mais acolhem famílias portuguesas.
- Apoiar a criação de bibliotecas de língua portuguesa nos municípios de forte presença portuguesa.

- Estimular a participação da comunidade portuguesa nas atividades culturais locais fazendo propostas de programação de exposições, colóquios, filmes, concertos para dar a conhecer a diferentes culturas de língua portuguesa.
- Propor o ensino do português nos espaços municipais onde existem formações em línguas para adultos. Isto permite alargar a oferta plurilingue e dar mais visibilidade à língua portuguesa saindo do gueto associativo da comunidade.
- A reorganização dos horários escolares a partir de 2014 é uma excelente oportunidade para propor aos municípios o ensino do português como atividade extraescolar unicamente nas escolas onde este ensino ainda não está integrado. Pode ser uma oportunidade para uma integração posterior.

#### 8.7. Responsabilizar os respetivos governos pela integração da língua portuguesa nos currículos escolares franceses

Estas são algumas propostas de política de língua na sua dimensão micro que se podem implementar junto de famílias de lusodescendentes, decisores e instituições locais. Mas estas ações individuais podem ser limitadas e precárias se não houver uma vontade política das instituições portuguesas para as consolidar numa visão oficial estratégica mais larga e a longo prazo. Como afirma Jean-Claude Corbeil (1981:58) :

*“Ce sont les communications institutionnalisées qui déterminent une situation linguistique et non les communications individuelles (...) il est dangereux de faire peser le changement linguistique sur les individus. Leur responsabilité en la matière, est très limitée. Trop faire appel à la responsabilité de l'individu pour obtenir des changements significatifs à une situation linguistique donnée conduit tout droit à une sorte de sentiment d'impuissance collective et à la dégradation accélérée de cette situation, comme le Québec l'a fort bien expérimenté entre la fin du XIXe siècle et le début des années 60.»*

Vimos os limites de uma política alicerçada na motivação das comunidades portuguesas e na capacidade de iniciativa das suas associações. Confiar esta responsabilidade às associações como parece ser a perspetiva atual, marginaliza o português como língua de

imigrantes e não permite a sua integração e o reconhecimento oficial da sua importância económica e cultural.

Por outro lado não se pode deixar que sejam as empresas, os organismos de formação privados ou outros estados a definir uma política para a língua portuguesa. Eles definem as suas próprias prioridades em função dos seus interesses económicos, do oportunismo político ou da sensibilidade da opinião pública em determinado momento e não necessariamente na defesa do plurilinguismo. Por isso como afirmam Beacco e Byram (2003:81) as instituições do estado devem assumir as suas próprias responsabilidades na educação plurilingue:

*« Les institutions d'éducation et de formation autres que celles de l'Etat (dans le commerce et l'industrie, par exemple), ont leurs propres priorités, en partie déterminées par les dynamiques de marché et des compétences professionnelles. Or, celles-ci sont susceptibles de jouer dans un sens contraire au plurilinguisme. Ce sont donc, avant tout, les institutions de l'Etat qui auront la responsabilité de l'éducation plurilingue, comme elles ont la charge de la formation à la citoyenneté. »*

Os sucessivos governos de Portugal têm incorporado nos seus programas a necessidade de preservar e de estimular o uso da língua portuguesa, no seio da comunidade portuguesa ou no âmbito da lusofonia em geral. Sugeriram medidas para desenvolver uma cooperação estreita com os países de língua oficial portuguesa, e medidas em prol do Ensino Português no Estrangeiro (EPE). Vimos os limites desta política. Uma medida essencial é a sua introdução mais ampla nos currículos escolares franceses como LE ou L2, tomada a cargo pelos respetivos governos. Como afirma a ADEPBA numa carta ao Presidente da República Portuguesa em abril de 2005:

*« Il est évident que l'avenir de la langue portugaise dans notre pays passe essentiellement par le système éducatif français : seul ce cadre officiel permet de donner au portugais son statut de langue internationale au même titre que les autres enseignées dans ce même système. C'est donc aussi le seul moyen de lui retirer son carcan de « langue de l'immigration » qui risque de se maintenir si son enseignement est monopolisé par diverses Associations privées, relais certes importants avec la*

*culture d'origine mais qui ne peuvent se substituer à l'enseignement officiel intégré aux études, validé par les diplômes nationaux et facteur d'intégration. »<sup>46</sup>*

Uma inserção mais ampla da língua portuguesa como língua estrangeira nos currículos escolares franceses desde a escola primária, aumentaria o prestígio da nossa língua e aumentaria o número de aprendentes em geral para além dos lusodescendentes.

Em cerca de metade dos 27 países da Europa, são os países de acolhimento e não os países de origem que organizam e financiam o ensino da língua de origem, partindo do princípio de que todos os alunos oriundos da imigração têm direito ao ensino da sua língua materna. (EACEA, EURYDICE, 2009:24). Na maioria dos casos, os documentos oficiais recomendam às escolas que ofereçam aulas de língua materna no ensino básico e secundário, onde é ensinada uma grande diversidade de línguas.

Ora em França no ensino primário é o estado português que, no quadro de um acordo bilateral, contrata e remunera os professores de português. A França fornece unicamente as infraestruturas. Portugal apoia também com o envio de assistentes o ensino no *collège* e no *lycée*.

Por outro lado, em Portugal, o ensino do francês está inteiramente a cargo do estado português. O estado português poderia negociar uma reciprocidade para que o estado francês financie também o ensino de português nos vários níveis. Esta participação financeira evitaria que os pais paguem propinas<sup>47</sup> como está previsto em França para o ano letivo de 2013/2014, já muito contestada pelos próprios pais, professores, sindicatos, partidos da oposição e dirigentes associativos.

---

<sup>46</sup> Carta da ADEPBA ao Presidente da República Portuguesa em abril de 2005.  
Disponível em: <http://www.adepba.fr/event.htm#sampaio>

<sup>47</sup> A Portaria n° 102/2013, publicada a 11 de março de 2013, decreta o pagamento duma propina pelos alunos do EPE, no montante de 100 euros anuais, a ser paga unicamente pelos alunos que frequentam o ensino paralelo, isentando aqueles do ensino integrado.

## 8.8. Criar parcerias com outros atores da formação em línguas para diversificar a oferta

O ensino de línguas em França ultrapassa largamente o domínio do ensino público, privado e associativo. As associações da comunidade portuguesa poderiam criar parcerias com outros diferentes atores da formação como as escolas de línguas, empresas, outras associações profissionais e culturais ultrapassando o gueto do ensino associativo e voluntário.

O estado francês e os estados lusófonos como Angola, Brasil e Portugal poderiam também favorecer o ensino de português através de incitações financeiras a organismos no domínio da formação profissional, do turismo, da cooperação internacional e humanitária, e mesmo através de “cheques línguas” destinados a funcionários de empresas em relação com os países lusófonos. As associações poderiam criar ou propor parcerias neste domínio. A língua portuguesa sofre de um défice de imagem. A sua visibilidade pode ser aumentada através da sua presença e promoção em fóruns de estudantes, de línguas, de empresas e de feiras internacionais que se realizam regularmente em Paris e noutras cidades francesas.

## 8.9. Assumir falar a nossa língua

Constato muitas vezes na comunicação em eventos públicos de associações de portuguesas ou franco-portuguesas, a utilização exclusiva da língua francesa. Esta atitude tem certamente como preocupação a integração do público francófono, mas reduz ainda mais a visibilidade da nossa língua. Para a inclusão deste público não lusófono, as associações poderiam fazer apelo a intérpretes profissionais que voluntariamente aceitariam prestar este serviço. Será também uma maneira de valorizar e dar mais visibilidade à língua portuguesa no setor da tradução e da interpretação.

Neste ato de assumir falar a nossa língua, as comunidades portuguesas no estrangeiro, também podem ser interpeladas pelos exemplos de responsáveis empresariais, investigadores, titulares de cargos públicos e representantes de países lusófonos quando estes utilizam o português como língua de trabalho nas relações internacionais. Sem discursos sobre política de língua, contribui-se também assim para o uso internacional da língua portuguesa. O ex-presidente Lula ou o ministro das relações exteriores do Brasil já deram exemplos deste

orgulho de falar português. Como evocamos no capítulo 2, segundo Cooper (1989:99) o *“Status planning refers to deliberate efforts to influence the allocation of functions among a community's languages.”* A defesa do estatuto da língua portuguesa como língua de comunicação internacional também passa por este esforço de a tornar visível. É uma maneira de afirmar o seu valor simbólico representativo duma comunidade linguística significativa e duma pluralidade de culturas.

## Conclusão

Neste trabalho começamos por fazer uma reflexão sobre os conceitos de política de língua na sua dimensão macro e micro. Vimos que não basta uma ação planificadora exterior feita pelo estado, criando meios jurídicos e financeiros para proteger e implementar uma língua. O seu sucesso depende também do empenhamento do conjunto das forças sociais (empresas, organizações, grupos de cidadãos...).

Por isso as opções tomadas pelas associações de portugueses de promover ou não a língua nas suas atividades, as decisões dos pais de inscrever ou não os seus filhos nas aulas de português nos países onde residem constituem também opções de política de língua na sua dimensão micro.

Nesta perspetiva as comunidades portuguesas no estrangeiro podem ter um papel estratégico a nível local para a difusão do ensino do português no estrangeiro mas compete ao estado promover a sua divulgação e inclusão nos sistemas escolares desses países.

Na área da política de língua, o seu ensino é um instrumento incontornável para a sua preservação e aquisição de novos falantes. Vimos como vários textos do Conselho da Europa e da Comissão europeia convidam os governos dos estados membros a tomar medidas para favorecer a diversificação linguística na aprendizagem de línguas estrangeiras nos sistemas educativos dos países da Europa.

Foi salientada a importância da diversidade linguística não só para o diálogo intercultural e a coesão social mas também para a prosperidade e a vantagem competitiva das empresas europeias. No mundo globalizado falar línguas estrangeiras é um fator de competitividade, de mobilidade e de empregabilidade. A diversidade linguística no ensino contribui também para diminuir a hegemonia do inglês que a longo prazo pode conduzir a uma situação de monolinguismo.

Vimos também que em França a língua portuguesa não beneficia duma imagem positiva. O facto da sua aprendizagem estar muito pouco integrada no currículo escolar dá uma imagem menos prestigiante da língua e o ensino que é feito graças ao empenhamento das associações, também pode criar preconceitos estereotipados reduzindo o português a uma simples língua de emigrantes.

Para aumentar o seu prestígio e o número de falantes não nativos, é necessário afirmar a sua dimensão internacional e pluricultural e a sua projeção como língua do futuro, da modernidade e da prosperidade. A promoção desta imagem positiva deve orientar a intervenção do estado numa estratégia concertada com os países da CPLP.

No enquadramento teórico vimos ainda que uma política de língua não se pode transpor de um contexto para outro e que as decisões tomadas nesta área devem ser fundamentadas em estudos que tenham em conta os fatores específicos locais.

Por estas razões, com o objetivo de elaborar uma proposta de política para a promoção do ensino da língua portuguesa em França, tivemos a oportunidade de analisar o perfil sociolinguístico da comunidade portuguesa e da sua rede associativa, assim como a situação atual da língua portuguesa no sistema educativo francês.

Na comunidade portuguesa com cerca de um milhão de pessoas é necessário ter em conta que apenas 62,2% dos lusodescendentes com 18 anos ou mais têm os dois pais que são imigrantes o que condiciona o uso da língua portuguesa na comunicação familiar e a sua transmissão aos filhos.

Por outro lado, a principal preocupação dos imigrantes portugueses em França é a sua rápida integração económica e social. A prioridade é dada à formação profissional no ensino secundário para uma rápida integração no mercado do trabalho. Apenas 19% dos pais pensam que os diplomas do ensino superior são os mais úteis para encontrar um trabalho. Esta integração passou pela apropriação da língua francesa muitas vezes em detrimento da preservação da língua portuguesa.

Constatamos que apenas 39% dos lusodescendentes utilizam o português na comunicação com os filhos. Ora a transmissão da língua na família é fundamental para a sua continuidade. A escolarização da segunda geração no sistema educativo francês, onde na maioria das escolas, a língua portuguesa não é proposta nem reivindicada, pode provocar o seu progressivo desaparecimento nas futuras gerações de lusodescendentes.

Também constatamos que os imigrantes se interessam pouco pelas aprendizagens dos filhos na escola e estão raramente presentes nas associações de pais de alunos.

A grande maioria dos imigrantes portugueses conservaram a sua nacionalidade e apenas 72% dos lusodescendentes declaram possuir a nacionalidade francesa desde o nascimento, o que mostra apesar de tudo uma forte ligação às suas raízes. A intensa rede associativa da comunidade portuguesa em França exprime simultaneamente o seu enraizamento local e a sua forte relação com Portugal.

A análise do questionário respondido por 42 dirigentes associativos mostrou que a grande maioria pensa que os pais se mobilizam pouco para inscrever os filhos nos cursos de português, por falta de informação, de interesse ou pouca consciência da importância da língua portuguesa na valorização do currículo escolar dos seus filhos.

A quase totalidade destas associações (92,9%) desenvolvem atividades culturais e os seus responsáveis acham que estas devem contribuir para a divulgação e a valorização da língua portuguesa, mesmo se na prática apenas 73,8% declaram fazê-lo. Pouco mais de um terço das associações interrogadas declaram ter pedido apoio à Coordenação do Ensino Português em França.

Existe na rede associativa uma preocupação pela transmissão da língua e cultura portuguesa às novas gerações, mas a difusão da informação é sobretudo dirigida aos sócios e à comunidade portuguesa.

Uma parte das associações interrogadas organiza cursos de português, na sua grande maioria por não haver outra alternativa mais próxima. Mas a maioria dos dirigentes considera que é nas escolas que o português deve ser ensinado.

A reivindicação de cursos integrados no currículo das escolas públicas representa para 83,3% dos responsáveis inquiridos, a primeira forma de contribuição das associações para valorizar a língua portuguesa. A quase totalidade dos inquiridos (97,6%) deseja a integração da língua portuguesa no currículo escolar francês, pela sua importância no contexto mundial e pela dimensão da diáspora portuguesa em França. A sua completa integração aumentaria o seu prestígio e permitiria a sua promoção.

O ensino da língua portuguesa em França não reflete a importância da comunidade portuguesa, uma das mais numerosas neste país, e da sua forte ligação com Portugal. Apesar de ter havido um aumento anual de 5% do número de alunos na última década, o português é

menos procurado pelos alunos do que línguas com menos projeção mundial como o alemão, o italiano ou as línguas regionais. Este dado mostra que o português sofre duma falta de prestígio e está pouquíssimo presente nos vários níveis de ensino das escolas e universidades.

Constatamos assim que uma política de língua ambiciosa não se pode reduzir ao ensino português a lusodescendentes nem assentar unicamente na capacidade de negociação da comunidade portuguesa em França para uma integração mais ampla do PLE nos currículos escolares franceses.

Para uma gestão da língua a médio e a longo prazo é necessário que os respetivos governos, francês e português tomem decisões fundadas em dados objetivos tendo em conta não só a importância da comunidade portuguesa em França, mas também a evolução demográfica e económica dos países lusófonos e do mercado do trabalho a nível europeu e internacional.

Uma política de promoção da língua portuguesa poderia ser o resultado de uma concertação no âmbito da lusofonia numa expressão de interesses comuns no seio da CPLP. Só uma planificação estruturada permitirá um empenhamento político e profissional e a avaliação do desempenho e do impacto dos programas e atividades realizadas.

Para que as opções tomadas pelos decisores políticos tenham êxito, não podem estar em conflito com as práticas sociais da comunidade. Neste âmbito as associações pela sua presença e proximidade junto dos cidadãos e das instituições locais, são atores indispensáveis para a definição, a implementação e o êxito de uma política de língua.

A comunidade portuguesa em França pelo seu peso demográfico, económico e geopolítico pode ter um papel importante na afirmação de uma política de língua. A sua rede associativa pode implementar várias ações para valorizar a riqueza da diversidade linguística e da educação bilingue não só junto dos lusodescendentes mas sobretudo de um público mais vasto.

A difusão da informação que dê uma imagem positiva e moderna da língua, mostrando as vantagens de aprender português aos pais, às escolas e ao conjunto da opinião pública francesa é fundamental. Esta informação deveria ser acessível a um vasto público através da

televisão, internet, rádios locais, anúncios nas câmaras, jornais nacionais e municipais, escolas, bibliotecas...

As associações da comunidade através das associações de pais e de lusodescendentes eleitos como autarcas, podem ter um papel ativo junto dos diferentes decisores locais: conselhos municipais, diretores de escolas, associações de pais... para a abertura de novos cursos de português integrados nos currículos escolares. A promoção de intercâmbios, de produtos e de eventos culturais lusófonos contribuem também para aumentar o prestígio da nossa língua e a consolidação de uma dupla identidade linguística e cultural.

Muito trabalho há por fazer para uma integração mais ampla do ensino de português no sistema escolar francês. A análise dos programas dos sucessivos governos mostrou-nos que não basta alicerçar uma política de língua unicamente na capacidade de iniciativa da comunidade portuguesa através das suas associações.

As instituições do estado português em concertação com a CPLP, devem assumir as suas próprias responsabilidades e tomar medidas essenciais para o desenvolvimento de estratégias que visem a integração mais ampla da língua portuguesa no sistema de ensino francês como LE ou L2. Para concluir podemos afirmar como Pérez <sup>48</sup> que: « *...la puissance d'une langue ne se mesure pas au nombre de ceux qui la parlent, mais au nombre de ceux qui l'étudient. C'est pourquoi il faut dire avec force : l'enseignement est l'avenir de la langue portugaise.* »

---

<sup>48</sup> Conclusão de Michel Pérez numa intervenção sobre : *L'enseignement de la langue portugaise en France à la rentrée 2005*. Disponível em : [http://www.adepta.fr/doc\\_pdf/Enseignement\\_portugais\\_05.pdf](http://www.adepta.fr/doc_pdf/Enseignement_portugais_05.pdf)

## Bibliografia

- ANNAMALAI, E. (2003). *Reflections on a Language Policy for Multilingualism. Language Policy 2*: pp. 113-132, Kluwer Academic Publishers.
- BAKER, C. (2001). *Foundations of Bilingual Education and Bilingualism*. Clevedon, Buffalo, Toronto, Sydney: Multilingual Matters Ltd (3th edition).
- BAKER, C. (2007). *Foundations of Bilingual Education and Bilingualism*. Clevedon: Multilingual Matters.
- BANCO DE PORTUGAL (2013). *Boletim Estatístico*. 7 de julho de 2013. Disponível em: <http://www.bportugal.pt/pt-PT/Estatisticas/PublicacoesEstatisticas/BolEstatistico/Publicacoes/BEJul13.pdf>
- BEACCO, J.-C. & BYRAM, M. (2003). *Guide pour l'élaboration des politiques linguistiques éducatives en Europe. De la diversité linguistique à l'éducation plurilingue*. Version Intégrale. Division des Politiques Linguistiques. Strasbourg: Conseil de L'Europe.
- BOURDIEU (1982). *Ce que parler veut dire. L'économie des échanges linguistiques*. Paris: Fayard.
- BRANCO, J.P. (2012). *Implantação geográfica dos Portugueses em França: evolução observada entre 1990 e 2009*. Embaixada de Portugal em Paris.
- BYRAM, M. (2008). *From Foreign Language Education to Education for Intercultural Citizenship*, Clevedon, New York , Ontario: Multilingual Matters.
- CALVET, L.-J. (1996). *Les politiques linguistiques*. Paris, Presses universitaires de France, (Que sais-je? 3075).
- CALVET, L.-J. (2002). *Le marché aux langues - Les effets linguistiques de la mondialisation*. Paris, Plon.
- CENTRE INTERNATIONAL DE RECHERCHES SUR LE BILINGUISME (1981). *Théorie et pratique de la planification linguistique*. Conférence inaugurale présentée lors du Cinquième congrès de l'Association internationale de linguistique appliquée en août 1978, parue dans les Actes du congrès, Québec, p. 56-65.
- COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS (2008). *Multilinguismo: uma mais-valia para a Europa e um compromisso comum*, Bruxelas.
- CONFRARIA DOS FINANCEIROS, PARIS (2013). *Enseignement de la langue portugaise dans les Grandes Ecoles françaises (et dans le second degré)*. Etude financée par SPTEC Advisory.
- CONSELHO DA EUROPA (2001). *Quadro Europeu Comum de Referência para as Língua. Aprendizagem , ensino e avaliação*. Lisboa, Asa.

- COOPER, R.L. (1989). *Language Planning and Social Change*. New York, Cambridge University Press.
- CORBEIL, J.C. (1981). *Théorie et pratique de la planification linguistique*. Conférence inaugurale présentée lors du Cinquième congrès de l'Association internationale de linguistique appliquée (1978), in : Actes du congrès, Québec, Centre international de recherches sur le bilinguisme, pp. 56-65.
- CORDEIRO, A. (1992). *Les portugais citoyens européens de France*. Nouvelle Revue Socialiste, 1<sup>er</sup> trimestre 1992.
- CUMMINS, J. (1981). *Age on arrival and immigrant second language learning in Canada: a reassessment*. In: Applied Linguistics, 1, pp. 132-149.
- DA SILVA, M.J.F. (2005). *Promoção da Língua Portuguesa no Mundo: Hipóteses de Modelo Estratégico*. Tese de Doutoramento em Estudos Portugueses. Universidade Aberta.
- DFES (2006). *Excellence and enjoyment: learning and teaching for bilingual children in the primary years*. Londres: Department for Education and Skills.
- EACEA, EURYDICE (2009). *A integração escolar das crianças migrantes na Europa*. Comissão Europeia.
- EQUIPE TeO (2010). *Trajectoire et Origines. Enquête sur la diversité des populations en France. Premiers résultats, octobre 2010*. Coordonné par Cris BEAUCHEMIN, Christelle HAMEL et Patrick SIMON.
- ILTEC, (2008). *Diversidade Linguística na Escola Portuguesa*. Fundação Calouste Gulbenkian. Disponível em: <http://www.iltec.pt/divling/index.html>
- INSEE Références (2005). *Famille, amis et participation associative. Les immigrés en France*.
- INSEE Références (2012). *Immigrés et descendants d'immigrés en France*.
- LAMBERT, W. E. (1974). *Culture and language as factors in learning and education*, in F. E. Aboud & R.D. Mead 8 eds. *Cultural Factors in Learning and Education*. 5<sup>th</sup> Western Washington Symposium on Learning, Bellingham, Washington.
- MATEUS, M.H.M. (2002). *Uma Política de Língua para o Português*. Lisboa: Edições Colibri.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (2004/2005). *Recenseamento Escolar Anual 2004/2005*. Gabinete de Informação e Avaliação do Sistema Educativo.
- MINISTÈRE DE L'ÉDUCATION NATIONALE, (2005). *Etude sur l'apport des cours de/en langue maternelle à la réussite scolaire des élèves portugais. Enquête auprès des élèves de nationalité portugaise âgés de 15 ans*. Luxembourg.

- MINISTÈRE DE L'ÉDUCATION NATIONALE, (2012). Repères et Références statistiques sur la formation, les enseignements et la recherche, (RERS 2012). Disponible em : [http://cache.media.education.gouv.fr/file/2012/36/9/DEPP-RERS-2012\\_223369.pdf](http://cache.media.education.gouv.fr/file/2012/36/9/DEPP-RERS-2012_223369.pdf)
- MOTA, K. (2002). *Políticas de Educação Bilingue na Escola e na Família: Cenários de Competitividade Linguística*. Trabalho apresentado no 25º Encontro da ANPED, Caxambu.
- MOTA, K. (2004). *Aulas de Português fora da escola: famílias imigrantes brasileiras, esforços de preservação da língua materna*. Cadernos CEDES. Campinas: Unicamp, n. 24(63), 2004, p. 149-163.
- MUÑOZ, M-C. (2002). *Le renouveau de la création culturelle dans les associations portugaises*. Hommes et Migrations, N° 1236, mars-avril 2002.
- OLIVEIRA, M.A. e TEIXEIRA, C. (2004). *Jovens Portugueses e Luso-Descendentes no Canadá*. Oeiras, Celta.
- ONTARIO (2004). *L'aménagement linguistique. Une politique au service des écoles et de la communauté de langue française de l'Ontario*. Disponible em : <http://www.edu.gov.on.ca/fre/document/policy/linguistique/linguistique.pdf>
- PARKER, G. (2000). *Language planning management: the case of French*. International Journal of Francophone Studies; 2000, Vol. 3 Issue 3.
- PEREZ, M. (2010). *L'enseignement du portugais en France en 2009, évolutions et perspectives*. Synergies Brésil n° spécial 1 – 2010, pp. 69-75.
- ROUSSEAU, L.-J. (2007). *Élaboration et mise en œuvre des politiques linguistique*. Cahiers du Rifal, numéro 26, décembre 2007, Bruxelles. Communauté française de Belgique, p. 58-71.
- SALOMÃO, R. (2007). *Línguas e Culturas nas Comunicações de Exportação: Para uma Política de Línguas Estrangeiras ao Serviço da Internacionalização da Economia Portuguesa*. Tese de Doutoramento, Universidade Aberta, Lisboa. Disponible em: [http://repositorioaberto.univab.pt/bitstream/10400.2/1386/1/TESE.RSALOM%C3%83\\_O.pdf](http://repositorioaberto.univab.pt/bitstream/10400.2/1386/1/TESE.RSALOM%C3%83_O.pdf)
- SWAAN, A. D. (2004). *La constellation européenne des langues*. Lignes. L'Europe en partage, p. 130-146.
- TAVAN, C. (2005). *Les immigrés en France, une situation qui évolue*. INSEE Première, n° 1042, septembre 2005.

(1976-1978). *Programa do I Governo Constitucional.*

(1983-1985). *Programa do IX Governo Constitucional.*

(1985-1987). *Programa do X Governo Constitucional.*

(1987-1991). *Programa do XI Governo Constitucional.*

(1991-1995). *Programa do XII Governo Constitucional.*

(1995-1999). *Programa do XIII Governo Constitucional.*

(1999-2002). *Programa do XIV Governo Constitucional.*

(2005-2009). *Programa do XVII Governo Constitucional.*

(2009-2011). *Programa do XVIII Governo Constitucional.*

(2011-2014). *Programa do XIX Governo Constitucional.*

(2013). *Portaria n.º 102/2013 de 11 de março.* Diário da República, 1.ª série - N.º 49 -11 de março de 2013.

# ANEXOS

## ANEXO 1

### Quadros de informação estatística

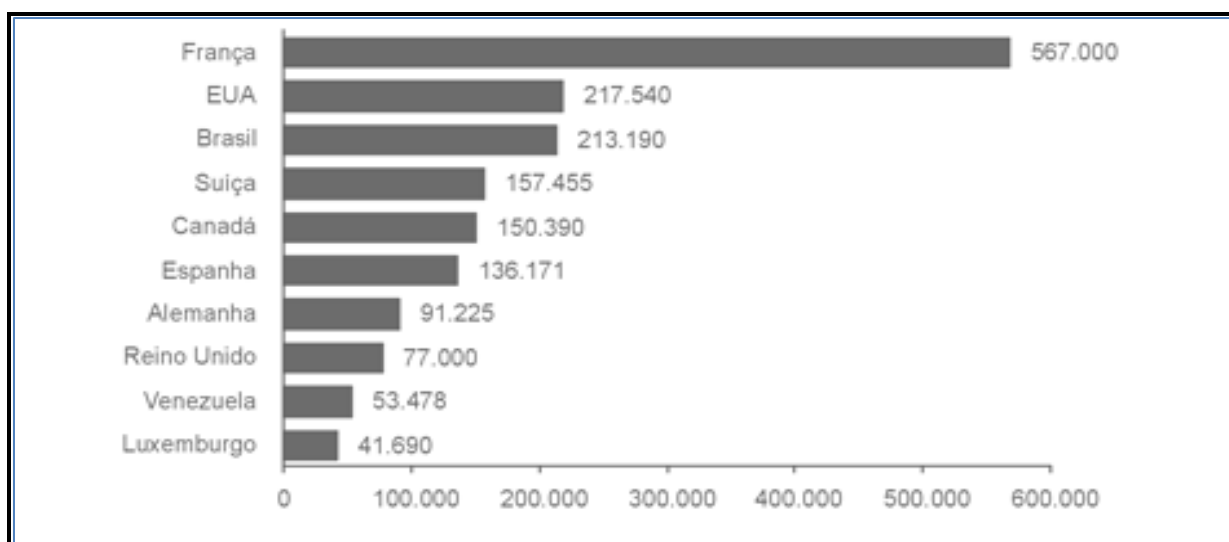
#### Quadro 1:

**Organismos solicitados para o envio dos questionários e número de respostas obtidas.**

Organismos a quem foi pedido colaboração para o envio de questionários	Nº de questionários distribuídos ou enviados por email	Nº de respostas obtidas
CCPF: envio por email	480	5
Consulado Geral de Paris: envio por email	313	7
Outros consulados: envio por email	?	0
Cap Magellan: envio por email	?	1
Enviados diretamente pelo autor do estudo	100	3
Entregues diretamente a professores do EPE em contacto com associações	17	0
Entregues diretamente a dirigentes associativos	26	26
Total	936	42

#### Quadro 2

**Países com mais portugueses emigrados, dados de 2000-2008.**



Fonte : Observatório da Emigração.

### Quadro 3

#### Língua mais falada em casa e com os amigos.

Alunos do 1º ao 5ºano inscritos nos cursos de português, EPE, França, 2013.

Línguas mais faladas	Em casa Nº de alunos	%	Com os amigos Nº de alunos	%
Francês	5045	60	7005	83
Português	3184	38	1364	16
Francês e Português	114	1	22	0.3
Francês e outras	43	0.5	9	0.1
Sem resposta	28	0.3	14	0.2
TOTAL	8414	100	8414	100

Fonte: Instituto Camões, inscrições “on line” do 1º ao 5º ano em França para 2013/2014, nos cursos ELCO e AES. Percentagens calculadas a partir da base de dados. Coordenação do Ensino Português - Paris.

### Quadro 4

#### Número de associações de portugueses ativas em 2013 segundo os consulados.

Área consular	Nº de associações em contacto nos últimos 3 anos	Nº de associações ativas contactadas em 2013	Nº de associações com ensino de português em 2013
Bordéus	54	25	4
Estrasburgo	71	44	4
Lyon	80	80	Sem resposta
Marselha	34	34	Sem resposta
Paris	313	149	56 (624 crianças e 34 adultos)
Toulouse	40	40	Sem resposta
TOTAL	592	372	64

Fonte: Consulados de Portugal em França contactados em junho de 2013.

## Quadro 5

### O Ensino português apoiado por Camões, I.P. em 2010.

Enseignement	Etablissements
Portugais Langue Vivante - Hors temps scolaire - Primaire (ELCO)	584 Listes disponibles sur le site <a href="http://www.epefrance.org">www.epefrance.org</a>
Portugais Langue Vivante - Intégré - Primaire (ELVE)	43 Listes disponibles sur le site <a href="http://www.epefrance.org">www.epefrance.org</a>
Langue et Littérature Portugaises Et Histoire Géographie - Intégré - Sections Internationales (école/collège/lycée) (SI)	8 › Collège/Lycée Honoré de Balzac-Paris › Collège/Lycée Montaigne-Paris › École/ Collège/Lycée International-St Germain-en-Laye › Cité Scolaire Internationale Europole / E.P. Anthoard - Grenoble › Cité Scolaire Internationale –Lyon › École Primaire Paul Bert / Collège Jean Moulin – Chaville

Fonte : Coordenação do Ensino Português em França, 2010.

## Quadro 6

### Evolução do número de alunos de 2001 a 2011 no ensino secundário.

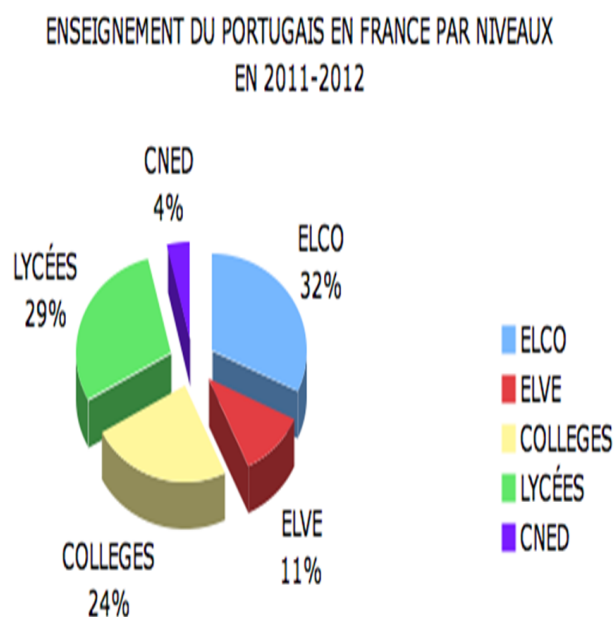
Evolution des effectifs d'élèves de Portugais dans le second degré selon les statistiques ministérielles								
Années scolaires								
2001- 2002	2003- 2004	2004- 2005	2005- 2006	2006- 2007	2007- 2008	2008- 2009	2009- 2010	2010- 2011
9625	10431	11017	11752	12223	12939	13066	13381	14296

Fonte : DEPP- Ministère de l'Éducation Nationale – France.

## Quadro 7

### Ensino de português por nível em 2011-2012.

NIVEAU D'APPRENTISSAGE	NOMBRE D'ÉLÈVES
PREMIER DEGRÉ ELCO	10200
PREMIER DEGRÉ LVE	3200
COLLÈGES	7800
LYCÉES 2 DEGRÉ	8800
BTS	350
CNED	1200
CPGE	50
<b>TOTAL</b>	<b>31600</b>



Fonte: Fonte : DEPP- Ministère de l'Education Nationale – France.

## Quadro 8

### O Ensino português apoiado por Camões, I.P. em 2012/2013.

<b>O ensino português com o apoio de Camões, I.P.</b>		<b>2012/2013</b>
<b>ELVE</b> (Ensino de Língua Viva Estrangeira): 40 escolas no primário.		<b>3.075</b>
<b>ELCO</b> (Ensino de Língua e Cultura de Origem): 405 escolas/577 turmas no primário.		<b>9.215</b>
<b>AES</b> (Apoio ao Ensino Secundário, 2º e 3º ciclos). Ensino feito nas associações: 37.		<b>758</b>
<b>Secções internacionais portuguesas:</b> 18	2	<b>953</b>
Collège-Lycée International H. de Balzac – <b>Paris</b>	2	
Collège-Lycée Montaigne – <b>Paris</b>	4	
Lycée International – <b>St Germain-en-Laye</b>	1	
Collège Pierre et Marie Curie ( <b>partenaire LI</b> ) – <b>Le Pecq</b>	1	
École élémentaire Normandie Niemen ( <b>partenaire LI</b> ) – <b>Le Pecq</b>	2	
	1	
Cité Scolaire Internationale Europole – <b>Grenoble</b>	3	
École élémentaire Anthoard - <b>Grenoble</b>	1	
Cité Scolaire Internationale – <b>Lyon</b>	1	
Collège Jean Moulin – <b>Chaville</b>		
École élémentaire Paul Bert – <b>Chaville</b>		
<b>Total</b>		<b>14.001</b>
<b>Ensino Superior:</b> 16 universidades com o apoio de Camões I.P.		
<b>Cursos de PLE e PLS</b> para adultos no <b>Centro Cultural Camões</b> de Paris. <b>Exames</b> para obtenção do CIPLE (A2), DEPLE (B1), DIPLE (B2), DAPLE (C1)		

Fonte : Coordenação do Ensino Português em França, 2013.

## Quadro 9

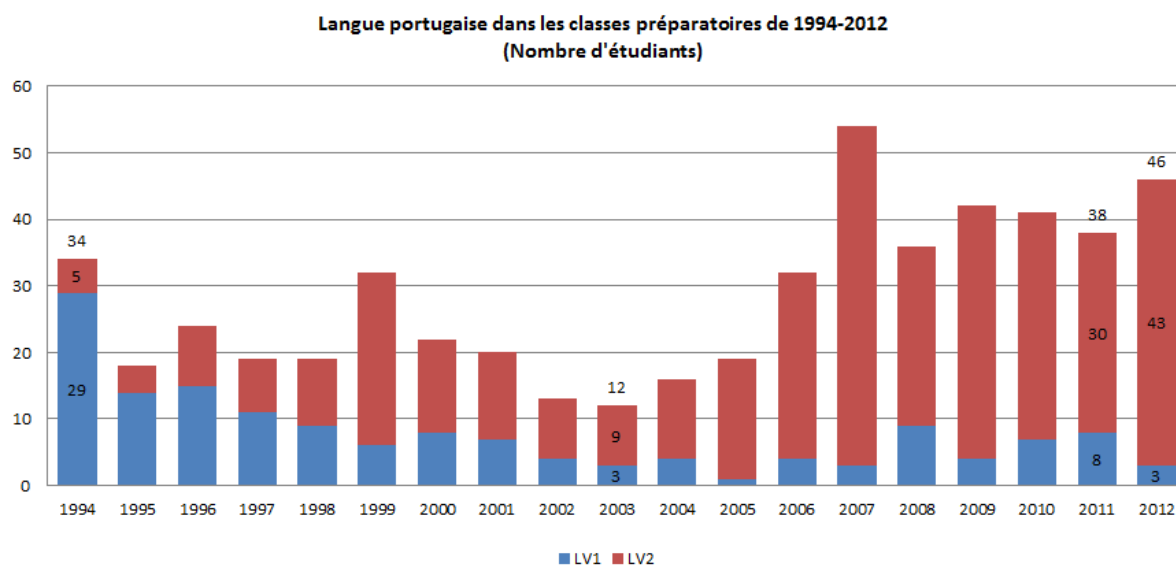
### O Ensino português apoiado por Camões, I.P. em 2013/2014.

Área consular	Nº de escolas	ELCO	ELVE	Sec. Int.	AES
Bordéus	16	281	-	-	49
Clerm.-Ferrand	7	114	-	-	-
Estrasburgo	4	84	-	-	-
Lyon	50	784	1543	284	14
Marselha	23	443	-	16	11
Nantes	3	63	-	-	-
Orléans	11	203	-	-	-
Reg. Parisiense	275	5665	1861	662	407
Toulouse	6	69	179	-	-
Tours	13	262	-	-	-
<b>Total</b>	<b>408</b>	<b>7968</b>	<b>3583</b>	<b>962</b>	<b>481</b>

Fonte : Coordenação do Ensino Português em França, *Guia do Professor. Ano letivo 2013/2014.*

## Quadro 10

### A língua portuguesa nas classes preparatórias para o ensino superior de 1994 -2012.



Fonte : Ministère de l'Education Nationale, Confraria dos Financeiros, pág. 14.

## Quadro 11

### Estudo das línguas vivas no ensino francês do 6º ao 12º ano. Evolução de 2009 a 2011.

L'étude des langues vivantes dans le second degré : Effectifs et évolution de 2009 à 2011

Rentrées	Effectif total	Allemand	Anglais	Espagnol	Italien	Russe	Portugais	Chinois	Arabe	Hébreu	Japonais	Langues régio	Autres (3)
2011	5 415 587	828 377	5 331 088	2 394 267	230 168	13 420	14 903	23 951	9 182	7 116	3 186	39 645	18 000
2010	5 353 216	826 021	5 265 593	2 292 744	229 012	13 683	14 296	20 966	6 849	6 960	3 302	39 159	15 755
2009	5 331 729	822 384	5 221 420	2 187 572	223 741	13 723	13 381	19 315	6 178	7 101	3 155	38 446	16 794
2008	5 339 719	823 389	5 215 580	2 117 741	224 710	14 220	13 066	18 759	6 468	7 071	3 130	38 529	12 941
2000	5 614 427	1 034 790	5 350 145	1 920 582	213 583	13 804	9 615	4 341	6 053	6 864	2 807	23 901	12 743

#### Evolution des effectifs du second degré

2011/2010	1,2%	0,3%	1,2%	4,4%	0,5%	-1,9%	4,2%	14,2%	34,1%	2,2%	-3,5%	1,2%	14,2%
2010/2009	0,4%	0,4%	0,8%	4,8%	2,4%	-0,3%	6,8%	8,5%	10,9%	-2,0%	4,7%	1,9%	-6,2%
2011/2000	-3,5%	-19,9%	-0,4%	24,7%	7,8%	-2,8%	55,0%	451,7%	51,7%	3,7%	13,5%	65,9%	41,3%

#### Effectifs dans Lycée général et techno

2011	1 440 007	319 375	1 435 718	979 397	115 130	9 940	7 014	17 198	5 518	3 825	3 051	6 874	11 472
2010	1 425 677	315 095	1 420 785	944 200	115 174	10 149	6 931	15 344	4 564	3 548	3 126	7 282	10 229
2009	1 431 335	311 731	1 425 361	932 615	113 493	9 990	6 484	14 128	4 147	3 787	2 917	7 190	10 023
2011/2010	1,0%	1,4%	1,1%	3,7%	0,0%	-2,1%	1,2%	12,1%	20,9%	7,8%	-2,4%	-5,6%	12,2%
2010/2009	-0,4%	1,1%	-0,3%	1,2%	1,5%	1,6%	6,9%	8,6%	10,1%	-6,3%	7,2%	1,3%	2,1%

Fonte : Ministère de l'Éducation Nationale. Disponível em : <http://www.education.gouv.fr/cid57096/reperes-et-references-statistiques.html>. Confraria dos Financeiros, pág. 12.

## Quadro 12

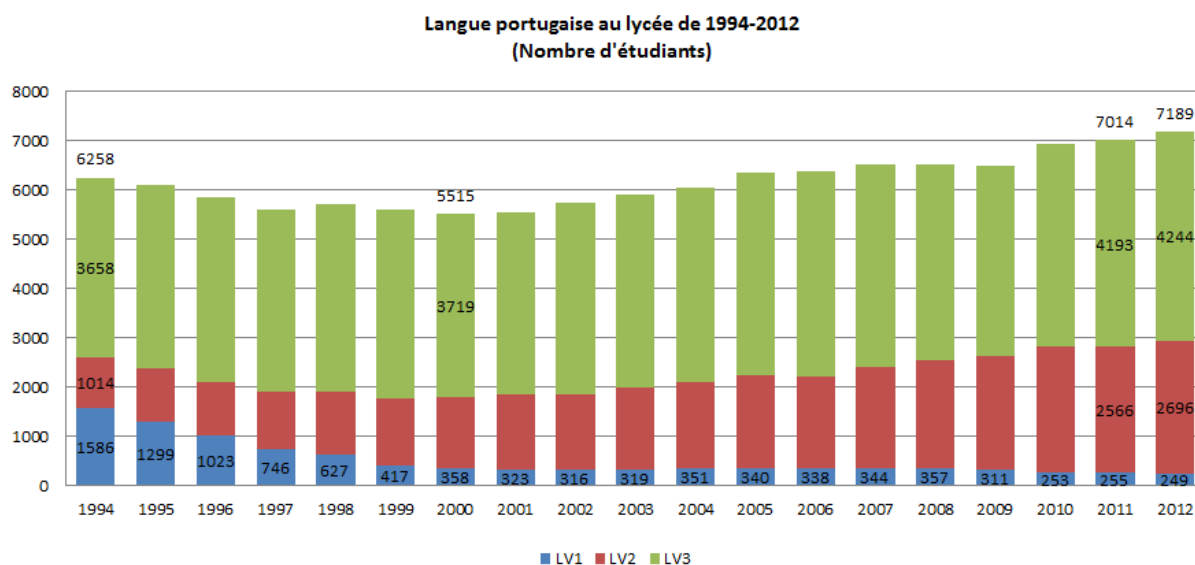
### Síntese das línguas vivas estudadas no ensino francês do 6º ao 12º ano em 2011/2012.

[3] Synthèse des langues vivantes étudiées dans le second degré à la rentrée 2011 (toutes modalités confondues) (1)													
(France métropolitaine + DOM y compris Mayotte, Public + Privé)													
	Effectif total	Allemand	Anglais	Espagnol	Italien	Russe	Portugais	Chinois	Arabe	Hébreu	Japonais	Langues régio	Autres (3)
Collège hors SEGPA	3 185 164	469 430	3 139 393	1 197 140	101 281	3 451	6 934	6 670	3 309	3 155	134	32 073	4 178
SEGPA	95 755	3 002	91 373	909	36	.	87	.	.	.	.	126	6
Lycée GT (2)	1 440 007	319 375	1 435 718	979 397	115 130	9 940	7 014	17 198	5 518	3 825	3 051	6 874	11 472
Lycée pro (2)	694 661	36 570	664 604	216 821	13 721	29	868	83	355	136	1	572	2 344
<b>Total</b>	<b>5 415 587</b>	<b>828 377</b>	<b>5 331 088</b>	<b>2 394 267</b>	<b>230 168</b>	<b>13 420</b>	<b>14 903</b>	<b>23 951</b>	<b>9 182</b>	<b>7 116</b>	<b>3 186</b>	<b>39 645</b>	<b>18 000</b>
%		15,3	98,4	44,2	4,3	0,2	0,3	0,4	0,2	0,1	0,1	0,7	0,3
dont public	4 265 402	658 990	4 200 581	1 859 056	194 632	12 030	14 250	16 456	8 488	453	2 225	31 876	14 108
Public + Privé hors May	5 384 493	828 184	5 300 012	2 378 942	230 168	13 420	14 903	23 951	7 319	7 116	3 186	39 645	18 000
(1) Il s'agit du cumul des première, deuxième et troisième langues vivantes étudiées, ainsi que de toute autre modalité mise en place dans les académies. Certaines académies peuvent ponctuellement développer l'apprentissage de langues « sumuméraires », notamment les langues régionales au collège.													
(2) Voir rubrique "définitions".													
(3) Y compris langues apprises par correspondance.													
Lecture - En 2011, 828 377 élèves, soit 15,3 % des élèves du second degré, apprennent l'allemand au titre de la première, deuxième ou troisième langue.													
Champ : Etablissements publics et privés dépendant du ministère de l'éducation nationale (y compris EREA).													
Source : MEN-MESR DEPP / Système d'information SCOLARITE et enquête n°6 auprès des établissements privés hors contrat													

Fonte : Ministère de l'Éducation Nationale - Les élèves du second degré / Repères et références statistiques - édition 2012, p. 127. Disponível em : <http://www.education.gouv.fr/cid57096/reperes-et-references-statistiques.html>

## Quadro 13

### A língua portuguesa no *lycée* (do 10º ao 12º ano) de 1994-2012.



Fonte : Ministère de l'Education Nationale, Confraria dos financeiros, pág.4.

## Quadro 14

### Alunos no ensino francês do 6º ao 12º ano em secção europeia ou internacional 2011/2012.

#### Elèves du second degré en section européenne ou internationale à la rentrée 2011

(France métropolitaine + DOM y compris Mayotte, Public + Privé)

	Public		Privé		Public + Privé		% en section	Part des filles (%)	
	Total	En section	Total	En section	Total	En section		au total	en section
6ème-5ème	1 266 350	9 313	345 688	2 670	1 612 038	11 983	0,7	48,9	54,0
4ème-3ème	1 214 134	119 800	335 999	30 919	1 550 133	150 719	9,7	49,6	58,7
<b>Total 6ème à 3ème</b>	<b>2 480 484</b>	<b>129 113</b>	<b>681 687</b>	<b>33 589</b>	<b>3 162 171</b>	<b>162 702</b>	<b>5,1</b>	<b>49,2</b>	<b>58,4</b>
2nde générale et technologique	400 175	45 936	111 016	12 804	511 191	58 740	11,5	53,7	60,5
1ère et terminale générale	503 784	66 204	148 877	17 134	652 661	83 338	12,8	55,7	61,7
1ère et terminale technologique	221 955	3 367	54 200	1 020	276 155	4 387	1,6	52,3	53,7
<b>Total lycée général et technolog</b>	<b>1 125 914</b>	<b>115 507</b>	<b>314 093</b>	<b>30 958</b>	<b>1 440 007</b>	<b>146 465</b>	<b>10,2</b>	<b>54,3</b>	<b>61,0</b>
Lycée professionnel	547 432	12 271	147 229	2 863	694 661	15 134	2,2	44,3	54,9
<b>Ensemble</b>	<b>4 153 830</b>	<b>256 891</b>	<b>1 143 009</b>	<b>67 410</b>	<b>5 296 839</b>	<b>324 301</b>	<b>6,1</b>	<b>50,0</b>	<b>59,4</b>

Fonte : Ministère de l'Education Nationale - Les élèves du second degré / Repères et références statistiques - édition 2012, pág. 129. Disponível em : <http://www.education.gouv.fr/cid57096/reperes-et-references-statistiques.html>

## Quadro 15

### Repartição dos alunos por secção linguística em 2011/2012.

#### Répartition des élèves en section linguistique selon la langue de la section à la rentrée 2011

(France métropolitaine + DOM y compris Mayotte, Public + Privé)

	Langues							Ensemble
	Anglais	Allemand	Espagnol	Italien	Portugais	O	Autres	
Public	163 284	37 909	37 942	12 923	1 165	2 983	685	256 891
Privé	55 169	5 282	6 115	588		256		67 410
<b>Total</b>	<b>218 453</b>	<b>43 191</b>	<b>44 057</b>	<b>13 511</b>	<b>1 165</b>	<b>3 239</b>	<b>685</b>	<b>324 301</b>
%	67,4	13,3	13,6	4,2	0,4	1,0	0,2	100,0
Sections Européennes	208 448	41 688	41 620	12 355	513	2 301	95	307 020
Sections Internationales	10 005	1 503	2 437	1 156	652	938	590	17 281
Part des filles (%)	59,2	56,7	63,3	60,2	55,6	54,9	58,4	59,4

Fonte : Ministère de l'Éducation Nationale - Les élèves du second degré / Repères et références statistiques - édition 2012, pag. 129. Disponível em : <http://www.education.gouv.fr/cid57096/reperes-et-references-statistiques.html>

## Quadro 16

### Ensino de línguas vivas no 1º ciclo do ensino básico em França de 2001 a 2011.

#### RERS 3.5 L'enseignement des langues vivantes étrangères dans le premier degré

##### [2] Évolution de la proportion des groupes d'élèves (hors CP) selon la langue enseignée (%)

(France métropolitaine + DOM hors Mayotte)

	Allemand	Anglais	Arabe	Espagnol	Italien	Portugais
<b>Public</b>						
2001-2002	18,6	76,4	0,1	2,0	1,1	0,2
2002-2003	16,4	78,6	0,1	2,2	1,3	0,3
2003-2004	15,1	79,6	0,2	2,4	1,0	0,2
2004-2005	11,5	81,6	0,1	2,0	1,1	0,3
2005-2006	13,1	82,6	0,1	2,3	1,1	0,3
2006-2007	10,6	86,0	0,2	1,8	0,9	0,2
2007-2008	11,3	87,3	-	1,7	1,0	0,2
2008-2009	10,8	87,7	0,0	1,6	0,9	0,2
2009-2010	9,1	89,3	0,0	1,5	0,8	0,1
2010-2011	8,6	90,1	0,0	1,5	0,7	0,1
2011-2012	7,6	91,0	0,0	1,3	0,7	0,1
<b>Privé sous contrat</b>						
2007-2008	7,2	94,0	0,1	1,8	0,4	0,0
2008-2009	9,0	92,2	0,0	1,8	0,3	0,1
2009-2010	5,9	95,1	0,0	1,3	0,3	0,0
2010-2011	5,9	95,3	0,0	1,3	0,1	0,0
2011-2012	4,4	96,1	0,0	1,7	0,2	0,0
Remarque - La somme des pourcentages peut être supérieure à 100 car un groupe d'élèves peut être comptabilisé dans deux langues différentes, dans le cadre du programme "Deux langues pour tous".						
Source : MEN / Direction générale de l'enseignement scolaire.						

Fonte: Ministère de l'Éducation Nationale. Les élèves du premier degré / Repères et références statistiques - édition 2012, pag. 85. Disponível em : <http://www.education.gouv.fr/cid57096/reperes-et-references-statistiques.html>

## Quadro 17

### Secções linguísticas europeias e internacionais do 6º ao 12º ano em 2011/2012.

<b>[2] Répartition des élèves en section linguistique selon la langue de la section à la rentrée 2011</b>								
(France métropolitaine + DOM y compris Mayotte, Public + Privé)								
	Langues							
	Anglais	Allemand	Espagnol	Italien	Portugais	O	Autres	Ensemble
Public	163 284	37 909	37 942	12 923	1 165	2 983	685	256 891
Privé	55 169	5 282	6 115	588		256		67 410
<b>Total</b>	<b>218 453</b>	<b>43 191</b>	<b>44 057</b>	<b>13 511</b>	<b>1 165</b>	<b>3 239</b>	<b>685</b>	<b>324 301</b>
%	67,4	13,3	13,6	4,2	0,4	1,0	0,2	100,0
Sections Européennes	208 448	41 688	41 620	12 355	513	2 301	95	307 020
Sections Internationales	10 005	1 503	2 437	1 156	652	938	590	17 281
Part des filles (%)	59,2	56,7	63,3	60,2	55,6	54,9	58,4	59,4
Lecture : Les sections d'espagnol accueillent 13,6 % des élèves scolarisés en section linguistique. 63,3 % des élèves des sections d'espagnol sont des filles.								
Champ : Etablissements publics et privés dépendant du ministère de l'éducation nationale (y compris Erea)								
Source : MENJVA-MESR DEPP / Système d'information SCOLARITE et enquête n°16 auprès des établissements privés hors contrat								

Fonte : Ministère de l'Éducation Nationale Française. Les élèves du second degré / Repères et références statistiques - édition 2012, pag. 129. Disponível em : <http://www.education.gouv.fr/cid57096/reperes-et-references-statistiques.html>

## ANEXO 2

### Questionário sobre o ensino de português em França

Este inquérito tem como objetivo ver a implicação das associações na promoção da língua portuguesa e fazer propostas para melhorar o seu ensino em França. Agradeço que as suas respostas sejam objetivas e fiáveis. Coloque um **X** nas respostas escolhidas (várias opções são possíveis). Argumente as suas respostas quando solicitado. Agradeço que o envie por email ou para o endereço na última página até dia 7 de julho.

Obrigado pela sua colaboração.

#### 1. Identificação

1.1 Sexo: M  F  Idade: \_\_\_ Profissão: \_\_\_\_\_ Função na associação: \_\_\_\_\_

1.2. Como identifica a sua associação?

Cultural  Desportiva  Educativa  Musical  Ação social  Outra: \_\_\_\_\_

1.3. Quantos membros tem a associação? \_\_\_ Há quantos anos existe a sua associação? \_\_\_

1.4. *Esta identificação é facultativa:*

Nome da associação: \_\_\_\_\_ Rua: \_\_\_\_\_

Código postal: \_\_\_\_\_ Cidade: \_\_\_\_\_ Tel. \_\_\_\_\_ Email: \_\_\_\_\_

#### 2. O ensino de português na sua associação:

2.1. A sua associação divulga informação sobre o ensino de português em França?

Sim. Porquê? \_\_\_\_\_

Não. Porquê? \_\_\_\_\_

2.2. Se sim, que meios utiliza para comunicar?

Nos encontros da associação  No jornal da associação  No jornal da câmara

Na rádio  Na paróquia  Outros: \_\_\_\_\_

2.3. A associação organiza cursos de português?

Sim. Porquê? \_\_\_\_\_

Não. Porquê? \_\_\_\_\_

2.4. Se sim, os cursos são para:

Crianças dos 6-10 anos Número de alunos: \_\_\_\_\_

Adolescentes e jovens dos 11-18 anos Número de alunos: \_\_\_\_\_

Adultos Número de alunos: \_\_\_\_\_

2.5. Tem alunos que **não são** de origem portuguesa?  Sim. Quantos? \_\_\_\_\_

Não. Porquê? \_\_\_\_\_

2.6. Porque é que os alunos frequentam os cursos de português na sua associação e não na escola?

Porque não têm outra alternativa mais próxima.

Porque preferem o ensino associativo ao ensino público.

Outra razão: \_\_\_\_\_

Não sei.

2.7. Quantos professores de português trabalham na associação? \_\_\_\_\_

2.8. Os professores na sua associação são escolhidos:

Pela associação  Pelo Instituto Camões  Outro: \_\_\_\_\_

2.9. Os professores na sua associação são pagos com:

Participação financeira dos pais.  Recursos próprios da associação.

Instituto Camões.

Subsídios de organismos públicos portugueses. Quais? \_\_\_\_\_

Subsídios de organismos públicos franceses. Quais? \_\_\_\_\_

Outros. Quais? \_\_\_\_\_

2.10. Que manuais utiliza o professor para o ensino de português? \_\_\_\_\_

2.11. Que outros meios utiliza o professor? Vídeo  Internet  CD  Jogos

Outros: \_\_\_\_\_

2.12. Os cursos feitos pela associação têm uma certificação? (diploma, certidão...)

Sim. Feita por quem? \_\_\_\_\_

Não. Porquê? \_\_\_\_\_

2.13. Os professores da associação têm um diploma para o ensino de Português Língua Não Materna?

Sim.  Não sei.  Não. Porquê? \_\_\_\_\_

2.14. Os professores da associação foram avaliados?

Sim. Quantas vezes? \_\_\_\_ Por quem? \_\_\_\_\_

Não. Porquê? \_\_\_\_\_

2.15. A sua associação pediu algum apoio à Coordenação do Ensino Português em França, para a valorização e a divulgação da língua e cultura portuguesas?

Sim. Que tipo de apoio? \_\_\_\_\_

Não. Porquê? \_\_\_\_\_

2.16. Para promover o ensino de português que tipo de apoio gostaria de ter da parte da:

Coordenação do Ensino Português - França: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

ADEPBA (Ass. Desenv. Estudos Port., Brasil., da África e Ásia Lus.): \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

CCPF (Coordenação das Coletividades Portuguesas em França): \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

### **3. A sua opinião como responsável de associação sobre o ensino de português em França.**

3.1. Conhece o acordo de cooperação linguística entre Portugal e a França?

Sim.  Não.

3.2. Se sim, acha que ele está a ser respeitado?

Sim.  Não. Porquê? \_\_\_\_\_

3.3. Acha que a maioria dos pais se mobilizam para inscrever os filhos nos cursos de português?

Muito  Suficientemente  Pouco. Porquê? \_\_\_\_\_

3.4. Acha que as associações de portugueses devem contribuir para a valorização e divulgação da língua portuguesa?

Sim.  Não. Porquê? \_\_\_\_\_

3.5. Se sim, de que maneira?

Organizar cursos na associação mesmo se já existem nas escolas públicas.

Organizar cursos na associação quando não existem nas escolas públicas.

Reivindicar que haja cursos integrados no currículo das escolas públicas.

Simplesmente informar os pais da existência destes cursos na escolas públicas.

Outra: \_\_\_\_\_

3.6. Para ensinar o **português como língua estrangeira**, acha que os professores de português em França estão:

Muito bem preparados.  Bem preparados  Suficientemente preparados

Mal preparados  Não sei.

3.7. Que propostas faz para melhorar? \_\_\_\_\_

3.8. Acha que os professores de português são avaliados no terreno (na prática letiva)?

Sim. Por quem? \_\_\_\_\_  Não.  Não sei.

3.9. Acha que o ensino de português em França deve ser da responsabilidade, pago e gerido:

Pelas associações de portugueses  Pelo estado português

Pelo estado francês  Não sei.  Outro: \_\_\_\_\_

3.10. Acha que o ensino de português nas associações :

- Não deveria existir
- Deveria existir só como ensino complementar quando não existe o do estado
- Deveria existir como um ensino paralelo ao mesmo tempo que o do estado
- Outra opinião: \_\_\_\_\_

3.11. Se acha que deve existir, quem deveria financiar o **ensino associativo** português em França?

- Os pais. Porquê? \_\_\_\_\_
- As associações. Porquê? \_\_\_\_\_
- O estado português. Porquê? \_\_\_\_\_
- O estado francês. Porquê? \_\_\_\_\_
- Outros. Porquê? \_\_\_\_\_

3.12. Acha que os pais devem participar financeiramente no ensino do português nas **escolas primárias públicas** em França?

- Sim. Porquê? \_\_\_\_\_
- Não. Porquê? \_\_\_\_\_

3.13. Acha que o ensino da língua portuguesa devia estar completamente **integrado no currículo** escolar francês, como é o caso do inglês ou do espanhol?

- Sim. Porquê? \_\_\_\_\_
- Não. Porquê? \_\_\_\_\_
- Não sei.

3.14. Se sim, a partir de que nível?

- Escola materna
- Escola secundária (collège e lycée)
- Escola primária
- Escolas superiores e universidades

3.15. Acha que é necessário criar uma **escola internacional portuguesa** em França?

Sim. Porquê? \_\_\_\_\_

Não. Porquê? \_\_\_\_\_

Não sei. Porquê? \_\_\_\_\_

3.16. Se sim, quem deveria financiar essa escola internacional?

O estado português       O estado francês       As empresas portuguesas

As empresas francesas       As associações de portugueses em França

Outros: \_\_\_\_\_

*Obrigado pela sua colaboração.*

*Enviar para: [adelino.desousa@wanadoo.fr](mailto:adelino.desousa@wanadoo.fr)*

*ou*

*99, av. des Acacias-91800 Brunoy*

## ANEXO 3

### Respostas ao questionário sobre o empenhamento das associações no ensino de português em França

#### 1. Identificação do responsável da associação

QUADRO 1.1.1

Género		%
Masculino	20	47,6
Feminino	22	52,4
<i>Total</i>	42	100

QUADRO 1.1.2

Idades		%
Menos de 30 anos	5	11,9
Entre os 30 e os 50 anos	13	31
Mais de 50 anos	21	50
Sem resposta	3	7,1
<i>Total</i>	42	100

QUADRO 1.1.3

Profissões		%
Reformado	7	16,7
Professor/funcionário	5	11,9
Estudante	4	9,5
Quadro comercial/negociador	4	9,5
Engenheiro/microbiologista	3	7,1
Eletricista/eletromecânico	3	7,1
Secretária direção /contabilista	3	7,1
Assistente jurídica /	2	4,8
Consultora/livreiro	2	4,8
Assistente infância /domicílio	2	4,8
Chefe de projeto	1	2,4
Chofer	1	2,4
Enfermeira	1	2,4
Sem resposta	4	9,5
<i>Total</i>	42	100

**QUADRO 1.1.4**

Funções		%
Presidente	30	71,4
Secretário	9	21,4
Outras funções	3	7,2
<i>Total</i>	42	100

**QUADRO 1.2**

Atividade da associação		%
Cultural	39	92,9
Desportiva	5	11,9
Educativa	13	31
Musical	12	28,6
Ação Social	10	23,8
Outras	4	9,5

**QUADRO 1.3**

Número de membros na associação		%
Menos de 30	8	19
Entre os 30 e os 50	8	19
Entre os 50 e os 100	13	31
Entre 100 e 200	4	9,5
Mais de 200	7	16,7
Sem resposta	2	4,8
<i>Total de associações</i>	42	100
<i>Total de membros</i>	4685	

**QUADRO 1.3.1**

Anos de existência da associação		%
Menos de 5	11	26,2
Entre 5 e 10	8	19,1
Entre os 10 e os 20	9	21,4
Mais de 20	14	33,3
<i>Total</i>	42	100

**QUADRO 1.4**

<b>Departamentos onde se situam as associações: Paris e região parisiense</b>		<b>%</b>	<b>Associações nos outros departamentos na província</b>		<b>%</b>
75 - Paris	12		6 - Alpes Maritimes	1	
78 - Yvelines	5		10 - Aube	1	
91 - Essonne	2		34 - Hérault	1	
92 - Hauts de Seine	3		35 - Ile et Vilaine	1	
93 - Seine Saint Denis	1		38 - Iser	1	
94 - Val de Marne	4		59 - Nord	1	
95 - Val d'Oise	3		60 - Oise	1	
<i>Total</i>	<i>30</i>		64 - Pyrénées Atlantiques	1	
			67 - Bas Rhin	2	
		89 - Yonne	1		
		Sem resposta	1		
		<i>Total</i>	<i>12</i>	<i>28,6</i>	

## 2. O ensino de português nas associações

**QUADRO 2.1**

<b>Número de associações que divulgam informação sobre o ensino de português</b>		<b>%</b>
Divulgam informação sobre o ensino de português	31	73,8
Não divulgam informação sobre o ensino de português	11	26,2
<i>Total</i>	42	100

**QUADRO 2.2**

<b>Meios utilizados para comunicar sobre o ensino de português</b>		<b>%</b>
Nos encontros da associação	26	61,9
No jornal da associação	8	19
No jornal da câmara	8	19
Na rádio	8	19
Na paróquia	5	11,9
Outros	9	21,4

**QUADRO 2.3**

<b>Número de associações que organizam aulas de português</b>		<b>%</b>
Organizam aulas de português	18	42,9
Não organizam aulas de português	24	57,1
<i>Total</i>	42	100

**QUADRO 2.4**

<b>Número de associações por público de alunos</b>		<b>Número de alunos</b>	<b>%</b>
Crianças dos 6-10 anos	8	108	19,8
Adolescentes e jovens dos 11-18 anos	11	271	49,7
Adultos	15	166	30,5
<i>Total</i>		545	100

**QUADRO 2.5**

<b>Número de associações segundo a origem dos alunos</b>		<b>Número de alunos</b>	<b>%</b>
Alunos que não são de origem portuguesa	14	105	19,3
Alunos que são de origem portuguesa	18	440	80,7
<i>Total</i>		<i>545</i>	<i>100</i>

**QUADRO 2.6**

<b>Razões que levam os alunos a frequentar as aulas da associação</b>		<b>%</b>
Porque não têm outra alternativa mais próxima.	16	88,9
Porque preferem o ensino associativo ao ensino público.	1	5,5
Não sei.	1	5,5

**QUADRO 2.7**

<b>Número de associações com professores contratados</b>		<b>%</b>	<b>Total de professores</b>
Professor voluntário não salariado	2	11,1	2
1 professor contratado	9	50	9
2 professores contratados	6	33,3	12
6 professores contratados	1	5,5	6
<i>Total</i>	<i>18</i>	<i>100</i>	<i>29</i>

**QUADRO 2.8**

<b>Número de associações segundo a entidade que escolhe os professores</b>			<b>%</b>
A própria associação	14		77,8
O Instituto Camões	4		22,2
<i>Total</i>	<i>18</i>		<i>100</i>

**QUADRO 2.9**

<b>Número de associações segundo o modo de remuneração dos professores</b>		<b>%</b>
Participação financeira dos pais	9	50
Recursos próprios da associação	5	27,8
Instituto Camões	3	16,7
Subsídios de organismos públicos portugueses	1	5,5
Subsídios de organismos públicos franceses	1	5,5
Outros	4	22,2

**QUADRO 2.10**

<b>Número de associações com manuais utilizados pelos professores</b>		<b>%</b>
Não utiliza manual	2	11,1
Utiliza um ou vários manuais	11	61,1
Sem resposta	4	22,2
Não sei	1	5,5
<i>Total</i>	<i>18</i>	<i>100</i>

**QUADRO 2.11**

<b>Outros meios utilizados pelos professores</b>		<b>%</b>
Vídeo	8	44,4
Internet	10	55,6
CD	11	61,1
Jogos	8	44,4
Outros	3	16,7
<i>Sem resposta</i>	<i>2</i>	<i>11,1</i>

**QUADRO 2.12**

<b>Número associações com cursos certificados</b>		<b>%</b>
Curso com certificação	6	33,3
Curso sem certificação	12	66,7
<i>Total</i>	<i>18</i>	<i>100</i>

**QUADRO 2.13**

<b>Número de associações com professores tendo um diploma para o ensino de Português Língua Não Materna</b>		<b>%</b>
Com diploma em PLNM	10	55,6
Sem diploma em PLNM	4	22,2
Informação desconhecida	4	22,2
<i>Total</i>	<i>18</i>	<i>100</i>

**QUADRO 2.14**

<b>Número de associações em que os professores foram avaliados</b>		<b>%</b>
Com professores avaliados	4	22,2
Com professores não avaliados	8	44,4
Informação desconhecida	2	11,1
<i>Sem resposta</i>	<i>4</i>	<i>22,2</i>
<i>Total</i>	<i>18</i>	<i>100</i>

**QUADRO 2.15**

<b>Número de associações que pediram apoio à Coordenação do Ensino Português</b>		<b>%</b>
Pediram apoio	15	35,7
Não pediram apoio	21	50
<i>Sem resposta</i>	<i>6</i>	<i>14,3</i>
<i>Total</i>	<i>42</i>	<i>100</i>

### 3. Opiniões de responsáveis de associações sobre o ensino de português em

#### França.

QUADRO 3.1

<b>Número de responsáveis associativos que conhecem o acordo de cooperação educativa e linguística</b>	<b>%</b>	
Conhecem o acordo	24	57,1
Não conhecem o acordo	16	38,1
<i>Sem resposta</i>	2	4,8
<i>Total</i>	42	100

QUADRO 3.2

<b>Opinião sobre o respeito do acordo por ambas as partes</b>	<b>%</b>	
Está a ser respeitado	1	4,2
Não está a ser respeitado	23	95,8
<i>Total</i>	24	100

QUADRO 3.3

<b>Opinião sobre o nível de mobilização dos pais para inscrever os filhos nos cursos de português</b>	<b>%</b>	
Muito	0	0
Suficientemente	3	7,1
Pouco	32	76,2
<i>Sem resposta</i>	7	16,7
<i>Total</i>	42	100

QUADRO 3.4

<b>Opinião sobre o contributo das associações para a valorização e divulgação da língua portuguesa</b>	<b>%</b>	
Sim	40	95,2
Não	1	2,4
<i>Sem respostas</i>	1	2,4
<i>Total</i>	42	100

**QUADRO 3.5**

<b>Opinião sobre a maneira de valorizar e divulgar a língua portuguesa</b>	<b>%</b>	
Organizar cursos na associação mesmo se já existem nas escolas públicas	15	35,7
Organizar cursos na associação quando não existem nas escolas públicas	26	61,9
Reivindicar que haja cursos integrados no currículo das escolas públicas	35	83,3
Simplemente informar os pais da existência destes cursos na escolas públicas.	22	52,4
Outra	5	12

**QUADRO 3.6**

<b>Opinião sobre a preparação dos professores para ensinar o português como língua estrangeira</b>	<b>%</b>	
Muito bem preparados	1	2,4
Bem preparados	11	26,2
Suficientemente preparados	9	21,4
Mal preparados	7	16,7
Não sei	12	28,6
<i>Sem resposta</i>	2	4,7
<i>Total</i>	42	100

**QUADRO 3.7**

*(Ver o resumo de propostas feitas, ponto 5.8, página 52)*

**QUADRO 3.8**

<b>Opinião sobre se os professores são avaliados no terreno (prática letiva)</b>	<b>%</b>	
Sim	4	9,5
Não	7	16,7
Não sei	23	54,8
<i>Sem resposta</i>	8	19
<i>Total</i>	42	100

**QUADRO 3.9**

<b>Opinião sobre o financiamento e a gestão do ensino de português em França</b>	<b>%</b>	
Pelas associações de portugueses	1	2,4
Pelo estado português	28	66,7
Pelo estado francês	33	78,6
Outro	2	4,7

**QUADRO 3.10**

<b>Opinião sobre o estatuto do ensino de português nas associações</b>		<b>%</b>
Não deveria existir	2	4,7
Deveria existir só como ensino complementar quando não existe o do estado	24	57,1
Deveria existir como um ensino paralelo ao mesmo tempo que o do estado	17	40,5
Outra opinião	3	7,1

**QUADRO 3.11**

<b>Opinião sobre quem deveria financiar o ensino associativo português</b>		<b>%</b>
Os pais	11	26,2
As associações	8	19
O estado português	25	59,5
O estado francês	21	50
Outros	2	4,8
<i>Sem resposta</i>	5	11,9

**QUADRO 3.12**

<b>Opinião sobre a participação financeira dos pais no ensino do português nas escolas públicas em França</b>		<b>%</b>
Sim	2	4,8
Não	36	85,7
Sem resposta	4	9,5
<i>Total</i>	42	100

**QUADRO 3.13**

<b>Opinião sobre se o ensino da língua portuguesa deveria estar completamente integrado no currículo escolar francês</b>		<b>%</b>
Sim	41	97,6
Não	0	0
Não sei	1	2,4
<i>Total</i>	42	100

**QUADRO 3.14**

<b>Opinião sobre a partir de que nível é que o ensino da língua portuguesa deveria estar integrado</b>		<b>%</b>
Escola materna	10	23,8
Escola primária	23	54,7
Escola secundária (collège e lycée)	4	9,5
<i>Sem resposta</i>	5	11,9
<i>Total</i>	42	100

**QUADRO 3.15**

<b>Opinião sobre a necessidade de criar uma escola internacional portuguesa em França</b>		<b>%</b>
Sim	20	47,6
Não	10	23,8
Não sei	9	21,4
<i>Sem resposta</i>	3	7,1
<i>Total</i>	42	100

**QUADRO 3.16**

<b>Opinião sobre quem deveria financiar essa escola internacional</b>		<b>%</b>
O estado português	23	54,8
O estado francês	17	40,5
As empresas portuguesas	7	16,7
As empresas francesas	5	11,9
As associações de portugueses em França	3	7,1
Outros	2	4,7
<i>Sem resposta</i>	5	11,9